



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores Diário da Sessão

VII Legislatura
I Sessão Legislativa

Número 21
Horta, Quinta-feira, 10 de Maio de 2001

Presidente: Deputado Fernando Menezes

Secretários: Deputados António Loura e Raúl Rego (Substituído no decorrer da Sessão pelo Deputado Aires Reis)

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 10 horas e 30 minutos)

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de lido o expediente entrado na Mesa, passou-se ao debate dos Votos de Saudação apresentados no dia anterior sobre o “Dia da Europa”.

Assim, proferiram intervenções os Srs. Deputados José Decq Mota (PCP), Paulo Gusmão (PP), José San-Bento (PS), Fernando Lopes (PS) e José Manuel Bolieiro (PSD).

O voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS foi aprovado por maioria, tendo o do PSD merecido a unanimidade da Câmara.

Em seguida, passou-se à apresentação de um **Voto de Pesar**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelo “**falecimento do Sr. José Rodrigues Ribeiro**”.

Procedeu à sua apresentação o Sr. Deputado Bento Barcelos (PSD), seguido das intervenções dos Srs. Deputados Francisco Oliveira (PS), José Decq Mota (PCP) e Alvarino Pinheiro (PP).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, passou-se ao período dedicado às **intervenções de interesse político relevante para a Região**. Assim, foram oradores os Srs. Deputados Nélia Amaral (PS), José Decq Mota (PCP), Bento Barcelos (PSD), Raúl Rego (PSD), Paulo Valadão (PCP), José Manuel Bolieiro (PSD), Joaquim Machado (PSD), José San-Bento (PS), Nuno Amaral (PS), Gilberta Rocha (PS), bem como os Srs. Secretários Regionais Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*) e da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Encerrado este período, passou-se à **Ordem do Dia**, na qual constava diversos diplomas.

Em primeiro lugar, foi apresentado, pelo Grupo Parlamentar do PCP, mais precisamente pelo Sr. Deputado José Decq Mota, o **Projecto de Decreto Legislativo Regional — “Áreas de navegação de motas de água na Região Autónoma dos Açores”**.

Em seguida, esteve presente mais um **Projecto de Decreto Legislativo Regional** apresentado pelo Sr. Deputado Sérgio Ferreira, do Partido Social Democrata, sobre “Gestão Ambiental e Urbanística da zona do aeroporto de Santa Maria”.

Como terceiro ponto, debateu-se a aprovou-se por unanimidade, tanto na generalidade como na especialidade, a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que converte automaticamente os contratos administrativos de provimento a termo certo, celebrados pelas Juntas Autónomas dos Portos da RAA com vários trabalhadores, em contratos por tempo indeterminado**”.

Usaram da palavra neste debate os Srs. Deputados Manuel Azevedo (PSD), José Decq Mota (PCP), Renato Leal (PS) e o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência (*Francisco Coelho*).

Posteriormente, passou-se à **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “condições gerais de aplicação das medidas previstas no eixo prioritário 2 — Incrementar a modernização da base produtiva tradicional, do Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), e do Plano de Desenvolvimento Rural da RAA 2000/2006 (PDRu).**

Intervieram no debate os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*), Francisco Oliveira (*PS*), José Manuel Boieiro (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Paulo Gusmão (*PP*), Hernâni Jorge (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*) e o Secretário Regional da Agricultura e Pescas (*Ricardo Rodrigues*).

Submetida à votação foi a aprovado por unanimidade, tanto na generalidade, como na especialidade, com excepção do artigos 10º e 11º que foram aprovados por maioria.

Passou-se, de seguida, ao debate da **Proposta de Resolução — “Defesa e preservação do património de indústria do chá e criação de uma “denominação de origem protegida” para a o chá de São Miguel”**, no qual intervieram os Srs. Deputados Ana Paula Marques (*PS*), *Paulo Gusmão* (*PP*), José Manuel Bolieiro (*PSD*), José Decq Mota (*PCP*) e José Rego (*PS*), a qual mereceu a unanimidade da Câmara.

Como penúltimo ponto da ordem de trabalhos, esteve presente as **Propostas de Resolução relativas à “Actividade de automóveis ligeiros de passageiros”**, oriundas do Grupo Parlamentar do PP e do Grupo Parlamentar do PCP.

Proferiram intervenções os Srs. Deputados José Decq Mota (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Francisco Oliveira (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Joaquim Machado (*PSD*), bem como o Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (*José Contente*).

Submetida à votação, foi aprovada, por unanimidade, a proposta oriunda da Comissão.

Por fim, aprovou-se por unanimidade a **Proposta de Resolução que “declara findo o período legislativo de Maio”**.

(Os trabalhos terminaram às 20 horas e 25 minutos).

Presidente: Srs. Deputados, muito bom dia. Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

(Eram 10 horas e 30 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Paula Pereira Marques

Andreia Martins Cardoso da Costa

António das Neves Lopes Gomes

António José Tavares de Loura

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Fernando Manuel Machado Menezes

Fernando Rosa Rodrigues Lopes

Francisco Cardoso Pereira Oliveira

Francisco Couto de Sousa

Francisco Sérgio Frade Frota Tavares Barros

Gilberta Margarida de Medeiros Pavão Nunes Rocha

Hernâni Hélio Jorge

João António Ferreira Ponte

José António Cabral Vieira

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

José de Sousa Rego

José Humberto Medeiros Chaves

Lizuarde Manuel Machado

Luís Paulo de Serpa Alves

Manuel Avelar da Cunha Santos

Manuel Herberto Santos da Rosa
Manuel Soares da Silveira
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nuno Alexandre da Costa Cabral **Amaral**
Óscar Manuel Valentim da **Rocha**
Paulo Manuel Ávila **Messias**
Renato Luís Pereira **Leal**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

Partido Social Democrata (PSD)

Aires António Fagundes **Reis**
António **Bento** Fraga **Barcelos**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Manuel Bettencourt **Cunha**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
José **Francisco** Salvador **Fernandes**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José **Manuel** Cabral **Bolieiro** Dias
José **Manuel** Avelar **Nunes**
Manuel da Silva **Azevedo**
Mark Silveira **Marques**
Raúl Aguiar **Rego**
Sérgio Manuel Bettencourt **Ferreira**

Partido Popular (PP)

Paulo Domingos Alves de **Gusmão**

Partido Comunista Português (PCP)

José Eduardo Bicudo **Decq** **Mota**
Paulo António de Freitas **Valadão**

Presidente: Estão presentes 46 Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência entretanto chegada à Mesa.

Secretário (*António Loura*): Do Grupo Parlamentar do PSD, envio de uma Proposta de Resolução sobre “Gestão Ambiental e Urbanização da Zona do Aeroporto de Santa Maria”.

Secretário (*Raúl Rego*): Requerimento do Sr. Deputado José Francisco Fernandes, do Grupo Parlamentar do PSD, relativo aos impactos ambientais negativos provenientes da ETAR da Cooperativa da Ilha das Flores, e diz:

“Considerando que os habitantes da Ilha das Flores, em geral, mas em particular os que têm as suas residências localizadas na proximidade das zonas circundantes da Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), na Vila de Santa Cruz sofrem, ao longo de todo o ano os “maus cheiros” e demais inconvenientes provocados pelas águas não tratadas que correm a “céu aberto”;

Considerando que esta situação é, de facto, um problema de saúde pública, provocada pela incúria resultante da falta de tratamento das águas residuais provenientes da Cooperativa da Ilha das Flores;

Considerando que se aproxima o Verão – época por excelência para o turismo na nossa Ilha;

Considerando que a Ilha das Flores, pela beleza e diversidade das suas paisagens, é um cartaz turístico relevante no conjunto das nossas Ilhas;

Considerando que já na anterior legislatura levantei esta questão em intervenção na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, sem que tal tenha produzido efeitos, voltei a fazê-lo também na Assembleia quando da discussão do Plano e Orçamento para o ano 2001.

Pelo exposto, e ao abrigo das disposições Estatutárias e regimentais aplicáveis, requero ao Governo Regional dos Açores as seguintes informações:

1 – Está ou não o Governo Regional informado sobre a actual situação da ETAR da Cooperativa da Ilha das Flores?

2 – Em caso afirmativo quais os estudos técnicos mandados efectuar para resolver definitivamente este problema?

3 – Em caso negativo para quando se prevê efectuar os respectivos estudos técnicos e implementar a respectiva obra?

Horta, Sala das sessões, 9 de Maio de 2001.

O Deputado Regional, José Francisco Fernandes”

Presidente: Lida a correspondência, está a mesma à vossa disposição, como é habitual.

Como se recordam, ontem foi pedido o adiamento do debate sobre dois votos relativos ao “Dia da Europa”.

Na sequência desse adiamento, vamos começar por efectuar o debate em conjunto dos mesmos.

Os Srs. Deputados que queiram inscrever-se, façam o favor de o fazer.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começava por dizer, em termos simples, a razão concreta pela qual este Grupo Parlamentar pediu o adiamento desta discussão.

Tem a ver com a estrutura e o conteúdo dos documentos e com a natureza deles, ou seja, um voto é um documento parlamentar sem discussão, imediatista e, como tal, não pode ser um documento que basicamente possa obrigar à discussão aprofundada de conceptualizações, o que torna o lugar inadequado para determinadas conceptualizações.

Que somos da Europa, estamos todos de acordo.

Que saudemos o Dia da Europa, também estamos de acordo e todos nós saudamos.

Que pensamos que esta solução de estar na Europa é a solução dos dias de hoje, também estamos todos de acordo, mas não estamos todos de acordo sobre a evolução da Europa, sobre a Europa que queremos e sobre a perspectiva que há para o futuro da Europa.

Uns defendem posições claras, marcada e desenfriadamente, federalistas. Outros defendem outras perspectivas e outras posições.

Não se pode no quadro de um voto tentar marcar em profundidade a opressão que se quer, a luta que se trava, o trabalho que se faz para o desenvolvimento e para coesão da Europa.

É esta a questão que levou, em termos de profundidade, a pedir algum tempo para reflectirmos.

Eu queria salientar nesta pequena intervenção o apoio do Grupo Parlamentar do PCP à saudação do Dia da Europa e, em função da natureza dos textos, indicar o nosso posicionamento face a cada um deles.

Antes disso, gostaria de dizer que é com espanto e com alguma surpresa, que reparo que nenhuma das saudações inclui referência ao facto de sermos região ultraperiférica.

Deputada Berta Cabral (PSD): O nosso inclui!

O Orador: Ou melhor, nenhum inclui em profundidade referência ao facto de sermos região ultraperiférica.

Entretanto, os dois votos também têm natureza diferente. O voto proposto pelo Grupo Parlamentar do PSD, é um voto que integra, nalguma medida, a realidade regional que é parte integrante específica da realidade europeia. O voto proposto pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista é um voto atirado para conceptualizações de futuro muitas delas problemáticas, muitas delas polémicas, muitas delas não consolidadas e nem mesmo dentro da família política em que o Partido Socialista se encontra.

Sendo assim, a posição do Grupo Parlamentar do PCP, reiterando a saudação ao Dia da Europa, vai no sentido de aprovar o voto proposto pelo PSD e abster-se no voto proposto pelo Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Perante os dois votos aqui apresentados, o Grupo Parlamentar do CDS/PP não poderia deixar de se associar como Partido Europeu, europeísta que é, com gosto aos votos de saudação aqui apresentados.

Deputado José San-Bento (PS): Falta só o referendo!

O Orador: Encaramos como positiva a adesão de Portugal à então CEE; revemo-nos na presença e na participação de Portugal na União Europeia. Aliás, honramo-nos do contributo decisivo para a construção Europeia de grandes figuras da democracia cristã, como uma das quais até o voto do Partido Socialista muito bem refere, Robert Schuman.

Aquilo que revemos sobretudo é no pensamento de paz que em ambos os votos parece estar espelhado e que desde os tempos mais autênticos dos seus pais fundadores, informa e atravessa a construção europeia sobre uma Europa cansada da guerra.

Acreditamos na construção e na ampliação de uma Europa de liberdade, de democracia e de Estados de Direito.

Justamente porque queremos e prezamos essa Europa das nações, discordamos de todas as transformações que alterando ou substituindo a sua própria natureza de união de estados livres e soberanos, a precipitem numa aventura de destino completamente incerto.

Se dúvidas não nos surgem relativamente ao Voto de Saudação do PSD, poderia ser que há primeira vista a questão que é levantada com alguma graça, pelo Voto de Saudação do Partido Socialista, enquanto aquilo que é o novo caminho que eventualmente pode a União Europeia seguir, não é respondido de forma que nos impeça de votá-lo favoravelmente, por uma questão óbvia que é o respeito pelos princípios proclamados na carta, sendo que um deles é a entidade nacional dos Estados-Membros e da organização dos seus poderes públicos ao nível nacional, regional e local.

Por isso mesmo, independentemente de caminhar para uma forma que seja diferente da actual, sendo talvez diferente a vossa da nossa posição, aquilo que é dito é que depois das cidades democráticas e depois do estado de nação, alguma coisa surgirá.

Como acredito que não seja algo que não tenha nada a ver com as cidades democráticas, também acredito que não seja algo que não tenha nada a ver com o Estado de nação.

Por isso mesmo votamos favoravelmente os dois votos de saudação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Uma vez que foi referido aqui nomes de construtores da Europa, não poderia deixar de referir o nome de uma pessoa que para mim é uma referência e que tem grande influência na minha formação política; um homem que teve a coragem de ter uma visão para Portugal que passou por um corte certo com o passado, a busca tatiante de um Portugal novo, aberto a influências externas e reintegrado numa Europa a que sempre pertenceu.

Refiro-me a um homem que é republicano, socialista, laico e federalista. Falo do Dr. Mário Alberto Soares.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Era para pedir um esclarecimento ao Grupo Parlamentar do PCP.

Eu estive a ler o voto de saudação proposto pelo Partido Socialista e gostava que o Sr. Deputado me esclarecesse em que medida é que neste voto é defendido o federalismo ou qualquer versão particular do federalismo?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado José Decq Mota, relativamente ao texto do voto de saudação do PSD pelo Dia da Europa, ontem celebrado.

Na verdade, o nosso texto não só faz uma referência ao estado actual da União Europeia, como inclusivamente faz a defesa e lança os alertas necessários para que a Região Autónoma dos Açores possa estar atenta na defesa dos seus interesses e naquilo que se perspectiva ser já, no próximo futuro, a evolução da União Europeia, desde logo, no que diz respeito à sua condição ultraperiférica e insular, quando aborda de forma inequívoca a posição sobre a revisão do POSEIMA e quando fala

também de forma inequívoca sobre as preocupações e as cautelas que Regiões como os Açores, sendo insulares e ultraperiféricas, devem ter para as perspectivas do alargamento da União Europeia a Leste.

Nessa medida, nós não só saudamos o Dia da Europa, como posicionamos, já aqui, o que deve ser neste processo de dinâmica da União Europeia, a posição da Região Autónoma dos Açores, na sua condição ultraperiférica e insular.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como disse no início, é óbvio que esta figura do voto não é, até pelas suas condicionantes regimentais, o momento de discussão aprofundada de conceitos e de orientações para o futuro de tão globais e tão gerais deste tipo.

De qualquer modo, gostaria, em relação às duas intervenções precedentes, de dizer que o anúncio do nosso voto favorável ao voto do PSD, é reconhecimento de que o texto inclui a perspectiva regional basicamente, embora deva dizer também que na nossa perspectiva a questão da ultraperiferia devia ser mais sublinhada, mas é a perspectiva com que nos colocamos.

O anúncio da abstenção em relação ao voto do PS e de alguma modo tendo em conta a pergunta do Sr. Deputado Fernando Lopes, tem a ver exactamente com o carácter global da perspectiva, na qual a resposta que é dada e que foi referida pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão, não é uma resposta clarificadora do nosso ponto de vista e tem a ver com um outro aspecto que já citei na minha intervenção que é com a própria incerteza e variação de posições dentro da família política em que o Partido Socialista no plano europeu se integra e na qual são notícia recente a corrente do chamado novo federalismo e outros aspectos.

Portanto, a conceptualização desta matéria num voto com esse sentido abstracto, não é própria para um voto. Quando o Sr. Deputado Fernando Lopes ou a bancada do Partido Socialista resolver abrir um debate sobre este assunto com a figura regimental adequada, contem connosco para debater, mas não contem connosco para aprovar as vossas posições. Não nos queiram obrigar a ter posição tão geral, tão clara, usando a figura de um voto de saudação, cuja saudação estamos de acordo, mas não concordamos da forma como está estruturado. Por isso vamos abster-nos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu agradeço o esclarecimento prestado pelo Sr. Deputado Decq Mota.

Percebo que o seu desejo de ver discutidas as posições sobre a construção europeia, em geral, num outro enquadramento.

No entanto não percebo — e essa é uma posição que tem a ver com o conteúdo do voto que eu estive a reler — como é que é possível o PCP abster-se no que respeita a um voto que, fundamentalmente, põe o acento tónico na proclamação da carta dos direitos fundamentais da União Europeia.

Recordo os povos da Europa que — e não falo em Estados — estabelecendo em si uma união cada vez mais estreita, decidiram partilhar um futuro de paz assente em valores comuns. Esses valores prendem-se com o património espiritual e moral, os valores indivisíveis e universais da dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade, assente nos princípios da democracia e do Estado de Direito.

Eu não percebo como é que é possível abster-se face a estes princípios, os princípios da “dignidade do ser humano, da liberdade, da igualdade e da solidariedade; os princípios da democracia, os princípios do Estado de Direito; a cidadania da União, ao espaço de liberdade, de segurança e de justiça que colocam o ser humano no cerne da sua acção”. Estou a citar o que aqui está escrito.

Não percebo como é possível abster-se quando se refere explicitamente “a União que contribui para a preservação e desenvolvimento destes valores comuns, no respeito pela diversidade das culturas, da tradições dos povos da Europa, da identidade nacional.”

Não estamos aqui a falar de federalismo, mas sim da preservação da identidade nacional dos Estados-membros, da organização dos poderes públicos ao nível nacional, regional e local.

Não percebo, por isso fiz a pergunta.

Eu percebo que se queira debater estes assuntos, mas não percebo a posição de abstenção, sobretudo face aos princípios ideológicos que sei que estão subjacentes à posição partidária do PCP.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muito rapidamente para de forma telegráfica mas convicta dizer que nós não nos abtemos face a esses princípios. Abstemo-nos face à incerteza do desenho do caminho que os senhores defendem e que de algum modo está reflectido na parte final do voto.

Abstemo-nos face à ausência dos Açores, no voto de saudação do Partido Socialista, face à problemática Regional.

Os Açores são Europa, mas são Europa com especificidades e precisam que as suas forças políticas tenham em conta essas especificidades na sua luta e no seu combate político. Nada dos Açores é referido no voto, nem a ultraperiferia, nem o POSEIMA. É uma ausência tremenda.

Não é face aos princípios, Sr. Deputado Fernando Lopes, que nos abtemo-nos. Estamos com esses princípios, mas queremos que o caminho os garanta, o que é outra coisa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Lopes.

Deputado Fernando Lopes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu agradeço a franqueza pela qual o Sr. Deputado Decq Mota colocou a razão.

Percebi claramente que não tem nada a ver com o voto, nem com a substância, nem com a forma do voto. Tem a ver com uma presunção de posição sobre a Europa do Partido Socialista.

O que estamos aqui a discutir não é essa presunção de posição sobre a Europa do Partido Socialista.

Estamos disponíveis para discutir essa posição aqui, como muito bem disse o Deputado Decq Mota.

Pensamos que é a altura de o fazer, seja num plenário dedicado a isso, seja na Comissão respectiva, seja em que fórum for.

Aliás, pensamos, no período que agora se abre ao nível da Europa, que é exactamente importante que o façamos aqui na Região, mas não é possível neste momento, e face ao conteúdo deste voto, deixar de frisar que este voto marca uma posição muito clara do Partido Socialista no que respeita à dimensão do processo da União Europeia.

Essa dimensão não é meramente uma dimensão económica, não é meramente uma dimensão financeira, não é meramente uma dimensão organizativa, seja ela qual for. É uma dimensão muito mais vasta.

É por isso que este voto não é um voto generalista quando fala da Europa dos povos, não é um voto generalista quando fala na defesa do património espiritual e moral da Europa, não é um voto generalista quando fala na defesa da dignidade do ser humano, da liberdade e da igualdade, não é um voto generalista quando fala na defesa do direito de cidadania europeia. Este é um elemento central da nossa concepção do que a Europa deve ser e por isso mesmo a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia é um elemento central da discussão futura, enformadora da evolução futura da Europa, muito mais importante do que outros documentos que eventualmente poderíamos estar aqui a discutir.

Presidente: Srs. Deputados, parece que não há mais inscrições sobre estes votos.

Começamos por submeter à votação o voto apresentado pelo Partido Socialista.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de saudação apresentado pelo PS foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP e 2 votos de abstenção do PCP.

Presidente: Passamos agora à votação do voto apresentado pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Deu entrada na Mesa um **Voto de Pesar**, apresentado pelo Partido Social Democrata, pelo “**falecimento de José Rodrigues Ribeiro**”:

Pedia a um dos Srs. Deputados subscritores para proceder à sua apresentação.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

José Rodrigues Ribeiro foi Deputado na Assembleia Regional dos Açores na 2ª legislatura – 1980-1984. Aqui chegou, eleito pelo círculo eleitoral da Ilha de São Jorge, onde nasceu em 03.05.1918, na Ribeira Seca, Concelho da Calheta.

Faleceu em 30 de Abril passado, em Angra do Heroísmo, quase em cima dos 83 anos.

Não fora outra razão, bem nos bastaria ter sido o Deputado José Rodrigues Ribeiro, alguém que durante quatro anos, pela sua acção política, contribuiu para a construção deste edifício autonómico que, ao longo de 25 anos, temos vindo a erguer e havemos de continuar, para neste Órgão e neste momento ser lembrado.

Não ficaria bem a este Parlamento olvidar todo o trabalho que, no decurso de uma longa vida, José Rodrigues Ribeiro desenvolveu, fosse na sua ilha natal, fosse na Ilha Terceira onde viveu a maior parte da sua existência, fosse na Índia, na Guiné, em Moçambique, territórios onde prestou serviço militar, não esquecendo também aqui a vertente cultural e sócio-religiosa que sempre o acompanhou.

Deixou-nos uma vasta obra de investigação histórica e etnográfica, de que se destacam, o Dicionário Corográfico dos Açores e o Dicionário Toponímico, Ecológico, Religioso e Social, obras marcantes na bibliografia açoriana.

Jornalista em vários órgãos da comunicação social escrita e falada, Rei Bori, tal era o seu pseudónimo, publicou os mais diversos textos de interesse histórico e cultural.

Interventor na sociedade terceirense, desempenhou os mais variados cargos em instituições de carácter político, tendo sido, de entre outros, Presidente da Junta de Freguesia da Conceição e Presidente da Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, bem como, em instituições de natureza recreativa, cultural, social, desportiva e religiosa, deixando um trabalho que é admirado por todos os que o conheceram.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reunida em plenário a 10 de Maio de 2001, a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues Ribeiro.

Presidente: Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Pesar acabado de ser apresentado pelas razões que ele próprio contém, enfim, sobretudo pela actividade política que o antigo Deputado José Rodrigues Ribeiro desempenhou na Ilha Terceira, pela vasta obra que deixou e por toda a participação quase permanente que teve na comunicação social.

Foi, de facto, um senhor que teve uma actividade transbordante em toda a sua vida, neste aspecto.

Por todas essas razões o Partido Socialista associa-se ao voto de pesar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Umhas palavras muito simples para sublinhar a nossa associação a este voto e para dizer que, para além de todas as profundas diferenças que nos separam do antigo Deputado José Rodrigues Ribeiro, todas as diferenças que foram bem patentes em numerosos artigos e intervenções do próprio na comunicação social, e reconhecendo o esforço, o trabalho, a capacidade e o empenhamento, principalmente a coerência, é com toda a sinceridade que nos associamos ao voto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com pesar e muita saudade que há aqui esta oportunidade de recordar a figura e pessoa de José Rodrigues Ribeiro.

Tivemos a honra e o prazer de com ele trabalhar nesta Casa durante a II Legislatura. Era um homem bom e deu um bom contributo à sua terra, como aqui muito bem foi expresso e foi dito.

Julgo que estamos perante uma nova realidade da autonomia. É que esta Casa, passado um quarto de século, vai, com demasiada frequência, constatando o desaparecimento de alguns dos concidadãos que connosco trabalharam e que fizeram parte da história da autonomia e nomeadamente desta Assembleia.

Foram vários os que por aqui passaram que ao longo deste anos, alguns precocemente deixaram o mundo dos vivos.

Acho que devemos registar com muito pesar o desaparecimento do Sr. José Rodrigues Ribeiro, daí associarmo-nos a este voto de pesar.

Presidente: Efectuado o debate, Srs. Deputados, vamos votar o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Rodrigues Ribeiro.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O voto foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida às intervenções de interesse político relevante.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A nossa actuação nesta Assembleia, enquanto representantes do povo Açoriano merece-nos, sem dúvida, uma atitude empenhada e responsável. Se, por um lado, nos cumpre agir como porta voz das necessidades, anseios e ambições de todos quantos nos elegeram, não é menos certo que também estamos incumbidos de analisar a acção governativa, na salvaguarda do melhor interesse dos Açorianos. O desenvolvimento dos Açores e o bem estar dos Açorianos depende assim, em grande medida, da nossa capacidade de trabalho.

Tendo este enquadramento como pano de fundo, proponho-vos que as questões referentes à área da Solidariedade Social nos mereçam redobrada atenção. Desde logo por se direccionarem preferencialmente a grupos mais fragilizados, menos organizados e com menor poder de negociação, mas também por se tratar se uma das áreas de actuação governamental onde, para além dos níveis de investimento e dos montantes globais disponíveis, as estratégias que lhe estão subjacentes assumem particular importância.

Sendo o meu propósito hoje, contribuir para a análise da política de solidariedade social proponho-me então reflectir convosco, sobre a nossa actuação nesta área, sobre os princípios que a norteiam, e que influenciam a escolha de estratégias de intervenção, determinando também a sua eficácia.

Em minha opinião, assiste-se actualmente a um grande desfasamento entre o nosso conhecimento e capacidade de intervenção ao nível dos problemas relacionados com as chamadas ciências exactas, e a nossa capacidade de resolução dos problemas humanos ou do âmbito da ciências sociais. Sem querer minimizar a importância dos progressos evidenciados no que concerne ao âmbito de intervenção social, não posso contudo deixar de verificar que, neste contexto, nos encontramos ainda longe de alcançar níveis de eficácia de intervenção semelhantes aos conseguidos no contexto das ciências exactas.

A justificação quase sempre avançada remete-nos em exclusivo para a natureza subjectiva da análise social e conseqüente complexidade da actuação nesta área. Reconhecendo o cariz multifactorial do comportamento humano, julgo, no entanto, não poder ser este o único factor relevante.

Recuso-me aceitar que este desfasamento se deva apenas a diferenças no grau de complexidade dos dois tipos de problemas. Não posso acreditar que levar o homem à lua ou clonar animais seja **realmente** mais fácil do que melhorar o nível de educação, construir casas dignas para todos, proporcionar a todos empregos justamente remunerados, ou condições para gozarem de melhor qualidade de vida.

Julgo tratar-se de uma questão de prioridades, de desenvolvimento e maturidade sociais, bem como de adequação dos métodos que utilizamos no combate aos problemas humanos. Senão vejamos:

Ao falar-se de desenvolvimento humano é consensual abordar-se o reconhecimento do outro e a capacidade de partilha como marcos de crescimento, uma tarefa iniciada logo nos primeiros anos de vida. Desde cedo se propõe que a criança abandone gradualmente a sua preocupação exclusiva com ela própria, com o seu corpo, e a satisfação das suas necessidades, em benefício da capacidade de

partilhar a sua realidade com o outro, bem como de se aperceber e de perceber realidades diferentes da sua. Ensinamos então as nossas crianças a preocuparem-se com o outro, a alegrarem-se com a sua felicidade e entristecerem-se com a sua dor, a associarem-se e partilharem dos seus sucessos mas também das suas desfortunas.

A capacidade de empatia e de solidariedade assumem-se assim como sinais de desenvolvimento e maturidade pessoal.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As sociedades também crescem e evoluem. Se estabelecermos um paralelismo entre o desenvolvimento pessoal e o desenvolvimento social, constatamos que à semelhança do que acontece a nível individual, a preocupação de qualquer sociedade com os mais desfavorecidos constitui também um indício do seu desenvolvimento.

As sociedades podem, também elas, possuir características autistas, de preocupação exclusiva com as necessidades, vontades e interesses do grupo dominante; ou empáticas e solidárias, de reconhecimento das diferenças, de preocupação com o outro, de partilha dos seus sucessos com os menos afortunados preocupando-se também com as necessidades e anseios dos grupos mais desfavorecidos.

Conclui-se assim que, à semelhança do processo que constatamos no âmbito do desenvolvimento pessoal, também o nível de desenvolvimento e maturidade das sociedades pode ser avaliado em função da qualidade do seu sistema de solidariedade social.

O investimento e empenhamento de qualquer sociedade na área da solidariedade social pode então ser considerado como um índice da sua maturidade.

Uma sociedade desenvolvida é **necessariamente** uma sociedade que define a solidariedade social como uma prioridade.

No entanto as boas intenções não chegam. Não basta preocuparmo-nos, redefinirmos prioridades, nem mesmo investirmos mais. Tal como argumentei inicialmente, a nossa dificuldade em lidar com os problemas sociais poderá dever-se também à necessidade de reajustar a metodologia seleccionada, adequando-a aos objectivos visados. Passemos então à análise deste outro factor.

Se voltarmos a recorrer ao desenvolvimento pessoal como base verificamos que, para promovermos a aquisição das competências em análise: empatia e solidariedade, desde cedo nos preocupamos em proporcionar às nossas crianças **experiências de vida** que lhes permitam realizar com sucesso esta caminhada desde a preocupação quase autista com o próprio, natural nos primeiros meses de vida, até à capacidade de reconhecimento do outro e de partilha, essenciais para a vida adulta. Levamos por exemplo, a criança a visitar um familiar doente, trazemos amigos seus para partilharem dos seus jogos e brincadeiras, simulamos vitórias e derrotas para lhes mostrar como se lida com o sucesso e com o fracasso, etc..

Quer isto dizer que, sem menosprezar as características individuais da criança (a sua personalidade, as suas motivações, as suas aptidões e as suas limitações) o nosso investimento se direcciona preferencialmente para a “manipulação” ou o controle do ambiente físico e social expondo as crianças a um leque de contextos e vivências que lhes permitam adquirir, consolidar e generalizar as competências desejadas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se bem que esta estratégia tenha resultados comprovados ao nível do desenvolvimento pessoal e traduza uma prática educativa generalizada, nem sempre é tida em linha de conta quando lidamos com os problemas sociais.

Nesta área as perspectivas que tradicionalmente têm orientado a nossa prática oscilaram entre extremos de determinismo e liberdade absoluta, com as respectivas consequências.

Se numa perspectiva de determinismo se considerava que o destino das pessoas estava traçado à nascença, constituindo-se como factor inevitável e imutável; numa perspectiva de liberdade de opção passou-se a defender que é o sujeito o “arquitecto” do seu próprio destino, que tudo é possível, dependendo unicamente da nossa vontade e do nosso empenhamento.

Enquanto a primeira considera a pobreza como um fenómeno incontornável, argumentando que quem nasce pobre inevitavelmente morre pobre, considerando portanto as pessoas como agentes passivos, incompetentes e ou impotentes para alterar o seu destino; a segunda propõe que só é pobre quem quer, que o nosso destino depende exclusivamente de nós e que qualquer pessoa, que se

esforce o suficiente pode sair de uma condição de pobreza, independentemente do contexto em que se encontre. Implícito, ou talvez nem tanto, está o pressuposto que só é pobre quem é malandro.

Se a metodologia de intervenção subjacente à primeira é predominantemente assistencialista, a segunda claramente culpabiliza a vítima, abandonando-a à sua sorte, ilibando a sociedade de toda e qualquer responsabilidade quer quanto às assimetrias que levam ao surgimento de situações de pobreza quer quanto à actuação para a sua erradicação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Proponho-vos que, à semelhança do que acontece com o desenvolvimento pessoal, a evolução das sociedades no sentido de uma maior empatia e solidariedade que lhes permita lidar eficazmente com os problemas sociais terá de se afastar, em atitude e na prática, de ambas as perspectivas abordadas, investindo fortemente numa metodologia de controle do ambiente físico e social das comunidades onde ocorram problemas sociais, sem com isso menosprezar as características individuais e/ou dos grupos específicos a que pertençam.

Por controle do ambiente entenda-se uma intervenção nos diferentes sectores da vida em sociedade, na educação, na saúde, na habitação, na formação profissional, no emprego, na cultura e nas actividades recreativas, por forma a influenciar a quantidade, diversidade e qualidade das interações e dos estímulos disponíveis aos grupos mais desfavorecidos.

Se hoje é do consenso geral que as causas estruturais da pobreza se prendem com todos estes factores, sendo potenciada pela interacção entre eles, então a solução terá, necessariamente, de contemplar uma intervenção multisectorial e concertada que abranja estes mesmos sectores.

Sem pretender argumentar ser o ambiente físico e social o único factor com influência na definição do nosso futuro, julgo essencial reconhecermos a importância do papel que desempenha e assumirmos que, se não actua como factor determinante sem dúvida exerce um poder de selecção, ou seja, pode incentivar e facilitar determinadas aprendizagens, quer de valores, quer de atitudes ou de comportamentos, enquanto dificulta ou inibe outras.

A Exposição a determinados estímulos e a privação de exposição a outros assume assim um papel fundamental no combate aos problemas sociais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

À luz desta análise, o percurso efectuado nos últimos anos, representa, em meu entender, um passo significativo no sentido do contínuo desenvolvimento da sociedade Açoriana.

Desde logo, porque manifesta uma clara preocupação com a área da Solidariedade Social, traduzida num aumento substancial do investimento dedicado a esta área, bem como no aperfeiçoamento, diversificação e alargamento do leque de acções implementadas. Dispomos assim de um indicador do seu posicionamento na nossa escala de prioridades, podendo constatar um empenhamento crescente na minimização dos problemas sociais que afligem os Açorianos.

Para além da clara intenção de assumir como prioritárias intervenções que visem combater as causas estruturais da pobreza, facilitar a integração social de grupos desfavorecidos, excluídos ou em risco, este Governo opta inequivocamente por uma metodologia de intervenção descentralizada, corresponsabilizadora e facilitadora do envolvimento do utente, da comunidade do poder Local e Regional na definição e implementação das medidas de controle do ambiente físico e social anteriormente abordadas;

Reconhece e reforça a necessidade de proporcionar aos mais desfavorecidos possibilidades de utilização de recursos que facilitem a aquisição de competências pessoais, sociais, educativas e profissionais que possibilitem o rompimento de ciclos de pobreza de exclusão ou de qualquer outra disfunção social, operacionalizadas através do contínuo e crescente investimento na criação de estruturas e serviços locais de Apoio ao Idoso, de Apoio à Infância e Juventude e de Serviços Comunitários, que fortaleçam a família, enriqueçam a comunidade, actuando não só numa perspectiva de resolução de problemas mas também de prevenção;

Assume as intervenções centradas na comunidade como prioritárias, reconhecendo a necessidade de definir actuações diferenciadas em localidades com características específicas e/ou destinadas a grupos também eles com características próprias e portanto com necessidades especiais.

Refira-se a título de exemplo que:

Pela primeira vez são disponibilizadas verbas e identificadas acções concretas para intervenção numa localidade em particular — Rabo de Peixe, uma freguesia onde o fenómeno da pobreza assume um cariz multigeracional com características muito próprias;

No seguimento desta metodologia são, também pela primeira vez, asseguradas dotações específicas para a promoção da igualdade de oportunidades e para a prevenção das toxicodependências, factor que considero relevante não pelos montantes envolvidos, mas pelo reconhecimento público da dimensão do problema e da subsequente necessidade de intervenção diferenciada;

De referir ainda o ênfase dedicado às acções dirigidas a crianças e jovens vítimas de abandono ou maus tratos, a jovens e adultos portadores de deficiência e a beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido, no sentido de os dotar de competências que lhes permitam lidar de forma mais eficaz com as suas características especiais.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino como iniciei. O bem estar dos Açorianos depende, em larga medida, do nosso desempenho. Saibamos e queiramos todos reconhecer a Solidariedade Social como área de intervenção governativa prioritária;

Saibamos e queiramos todos assumir a sociedade e o indivíduo como co-responsáveis pelo surgimento e manutenção das assimetrias, desigualdades e injustiças que estão na base dos problemas sociais; e como parceiros na definição execução e avaliação das necessárias medidas remediativas e preventivas;

Saibamos e queiramos todos fundamentar as nossas orientações à actuação governativa numa perspectiva que reconhece o sujeito como co-autor do seu destino, sem com isso esquecer que a qualidade da construção obtida não depende apenas das competências individuais do “arquitecto” mas varia também consoante a qualidade da formação que recebeu, as características dos recursos de que dispõe e do solo onde constrói.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Governo e dos Deputados Bento Barcelos, Alvarino Pinheiro e José Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Nélia Amaral:

Ouvi com muita atenção a sua intervenção. Julgo que a primeira parte poderia ter lugar num colóquio ou num seminário que tratasse deste tema, e não digo isto com nenhum sentido pejorativo, pelo contrário. Colocou o seu pensamento sobre esta matéria de forma organizada e estruturada. Não me parece que tenha sido desadequado fazê-lo aqui, na medida em que todos nós temos que ter a humildade de perceber que temos sempre muito que aprender e o tipo de intervenção desenvolvida na primeira parte ajuda a desenvolver a reflexão sobre o tema que é complexo em muitas das suas vertentes.

Na segunda parte da sua intervenção, a Sra. Deputada faz uma descrição avaliadora de algum modo da actual política social, nas vertentes principais do Governo, mas sem aquele traço apologético que muitas vezes as bancadas das maiorias têm a tentação de usar.

Faz a descrição da política governativa nestas áreas e era exactamente neste contexto que eu queria pedir a sua opinião sobre um ou dois temas correlacionadas.

Evidentemente que para além das orientações, para além das decisões em termos de investimento e das orientações programáticas constantes no programa do Governo — orientações governativas constantes nos instrumentos que os Secretários Regionais têm para estabelecer essa orientação — todos os sectores em geral, os sectores ligados à acção social directa, os sectores ligados ao apoio a camadas específicas, têm um problema que nem sempre é tido muito em conta, mas que é sério. Tem a ver com a estruturação, a funcionalidade e a capacidade instalada e desenvolvida pelos serviços a quem estão atribuídas responsabilidades.

Eu não estou de modo nenhum a fazer um acto de condenação dos serviços correlacionados com esta área, nomeadamente o Instituto de Acção Social, mas gostaria de conhecer a opinião da Sra. Deputada, uma vez que é conhecedora e especialista na matéria, sobre se sim ou não, a maioria, ou

pelo menos se a Sra. Deputada, avalia como esgotadas as possibilidades de estabelecer uma relação de eficiência mais forte entre o investimento feito e a eficácia com que o investimento é aplicado pelos serviços? Penso que me expliquei bem.

Eu, pessoalmente, devo dizer que pela observação e pelo conhecimento que tenho, verifico muitas vezes que muitas das possibilidades que o Orçamento e orientação possibilitam não são levadas até às últimas consequências.

Em termos de eficácia, penso que muitas vezes alguma coisa fica pelo caminho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queria agradecer as palavras simpáticas que me foram dirigidas.

Passaria, dentro daquilo que me for possível, a dar algum contributo para conseguirmos perceber melhor algumas destas questões.

Foi meu objectivo e reconheço uma diferença substancial entre a primeira parte da intervenção, a segunda e se calhar adicionaria uma última como sendo o desafio que gostaria de lançar a todos nós pelo nosso tipo de trabalho de reflexão, porque acho fundamental — não queria repetir, mas não encontro outra palavra — fundamentarmos as nossas propostas, as nossas intervenções numa base sólida e em factos que já estarão estudados e já terão produzido efeitos comprovados.

Em segundo lugar, e agora se calhar em resposta mais directa à sua pergunta, aquilo que lhe posso dizer é que não considero que estejam esgotadas todas as possibilidades, antes pelo contrário, acho que estamos longe disso.

Em minha modesta opinião, na sequência daquilo que tive oportunidade de apresentar no âmbito da minha intervenção, acho que uma das formas de potenciarmos essa relação de custo/benefício ou de aumentarmos a eficácia das acções ou da rentabilização dos recursos financeiros que nos estão disponíveis, é precisamente na articulação dos serviços oficiais ou dos serviços governativos com o poder local, com as comunidades ou com os próprios utentes.

Considero que sem esta articulação muitas vezes as acções poderão ser muito bem intencionadas, poderão ser muito bem planeadas dentro do gabinete, mas depois em termos práticos os resultados não são aqueles que desejaríamos e que esperaríamos.

Acho que não estão esgotadas as possibilidades e estou convencida que o nosso investimento deverá ser, mais uma vez, na manipulação no âmbito físico e na articulação com os próprios utentes em primeiro lugar, com os poderes locais e com as comunidades.

Acho que é aí que conseguimos ir buscar mais energia, não recursos financeiros, mais motivação e mais empenhamento para conseguirmos melhorar essa relação.

Obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Nélia Amaral:

Tem sido prática sua trazer para esta Casa assuntos com plena actualidade, muitos dos quais com a minha concordância como deputado eleito e sensível para estas questões de âmbito social.

Não quero repetir algumas das observações feitas pelo Sr. Deputado Decq Mota com as quais concordo, mas gostaria de fazer aqui um comentário, partilhar neste debate, com base em dois aspectos.

Um deles prende-se com o facto de ter referido, e muito bem, a necessidade de cultivar desde o início nas nossas crianças o sentido da empatia e da solidariedade, o mesmo querendo dizer o sentido do outro.

Eu julgo que é preciso fazer-se uma grande caminhada, abrangente, mas também tranquila, de sensibilidade das famílias, dos pais, para o sentido do outro, motivando esse valor nos seus próprios filhos e uma caminhada que envolva também o sistema educativo.

É essencial que, para além de todo o conjunto de informações de natureza técnico-científica prestadas em cada uma das disciplinas, nas nossas escolas, os nossos alunos sejam envolvidos, nesse sentido, o sentido do outro, o sentido da empatia, em primeiro lugar com os que tenham limitações que devem ser complementadas e ajudadas numa forma construtiva pelos outros.

Um segundo aspecto que eu retenho da intervenção da Sra. Deputada, no âmbito da intervenção solidária, integrada no âmbito do sistema de solidariedade social, é a participação do sujeito.

Não há desenvolvimento humano e social, mormente dos nossos concidadãos mais fragilizados, com menos recursos materiais, culturais, educacionais, sem a sua efectiva participação, a participação do sujeito, o sujeito activo, activo na mudança em prol do seu próprio desenvolvimento.

A Sra. Deputada referiu aqui, bem como o Sr. Deputado José Decq Mota, a intervenção oficial motivadora da participação do sujeito.

Bem sei que é mais importante ensinar a pescar do que dar o peixe, mas quando não existe peixe tem que se dar o peixe e ensinar a pescar.

É esse trabalho que tem de ser feito, que é importante que seja feito e tem que exigir, de facto, a participação das pessoas que são objecto e alvo dos projectos de solidariedade social.

A partilha que gostaria de fazer neste debate — não é uma pergunta, é uma partilha — vai no sentido de frisar que sinto que a estrutura institucional da acção social precisa de um reforço dos seus recursos humanos, até porque a actividade dos técnicos superiores do serviço social e dos técnicos que trabalham na área social, é altamente desgastante e exigente.

Julgo que todo o esforço que for feito do ponto de vista institucional para que essas equipas melhorem, sejam mais actuaentes no terreno, será vantajoso para a actuação no sentido da solidariedade social.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Amaral.

Deputada Nélia Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou propriamente responder ao Sr. Deputado Bento Barcelos, porque também não considere que me tivesse colocado uma questão, mas sim feito um contributo na análise que aqui quis lançar.

No entanto, também queria agradecer a apreciação que fez sobre a minha intervenção e aproveitaria as suas palavras para lembrar a todos de que realmente um dos meus objectivos foi precisamente colocar alguns dos assuntos que voltou a frisar, se bem que nós, em termos do desenvolvimento das nossas crianças, considero que já nos preocupamos com o cultivar desta solidariedade e desta empatia, pelo menos em círculos mais restritos e no círculo familiar.

Aquilo que considero é que muitas vezes quando vamos trabalhar com os grupos mais desfavorecidos, esquecemo-nos de aplicar os próprios ensinamentos que tentamos transmitir às nossas crianças.

Por outro lado, gostaria também de salientar e dar mais ênfase, que considero fundamental o envolvimento do utente na definição, na avaliação de qualquer medida implementada. Sem esse envolvimento, sem esse empenhamento o sucesso não será possível.

Presidente: Srs. Deputados, eu queria muito singelamente assinalar a presença na Sala do ex-Deputado Hélio Pombo a quem saúdo em nome da Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego.

Solicitava ao PSD a indicação de outro substituto para secretariar a Mesa.

(Neste momento, o Deputado Raúl Rego foi substituído no lugar de Secretário da Mesa, pelo Sr. Deputado Aires Reis).

Deputado Raúl Rego (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Administração Regional – Que estratégia?

Quando o Partido Socialista anunciou a criação de um novo Departamento Governamental visando trazer uma maior eficiência à Administração Regional, fiquei expectante em relação ao que o futuro nos reservava.

Passaram-se quatro anos.

Nesse período, a política adoptada caracterizou-se por alguma continuidade em relação à legislatura anterior, com três grandes excepções, a saber:

A primeira grande diferença prende-se com a rejeição de um projecto anteriormente adoptado que decorria a bom ritmo, visando a gradual desintervenção e privatização de Serviços Públicos. Curiosamente este projecto foi anunciado em meados de 1997 como um grande objectivo a prosseguir. Mas, depois, não sei se por razões ligadas à dominante ortodoxia socialista, esse projecto foi mergulhado na inacção e no silêncio. A sua omissão no programa do actual Governo, é notória.

A segunda grande diferença prende-se com a rejeição de outro projecto também anteriormente adoptado, que visava o acompanhamento e controlo do crescimento dos recursos humanos na Administração Regional.

E a terceira grande diferença prende-se com a adopção de um projecto designado INFOCID (que visa, grosso modo, prestar informações aos cidadãos, através de caixas automáticas), projecto esse anteriormente rejeitado.

Agora, aprovado o programa do VIII Governo Regional dos Açores, bem como o Plano de Médio Prazo 2001/2004, surge claro que a grande estratégia da governação socialista para a Administração Regional assenta, sobretudo, na vertente da automatização do acesso do cidadão à Administração (quiosques INFOCID; postos de atendimento ao Público-PAC, e rede integrada de apoio ao cidadão – RIAC).

Estes projectos e esta estratégia são uma cópia do que está a ser feito pelo Governo da República. Uma mesma solução para as distintas realidades da Administração Regional e da Administração Central.

Penso que se cometeu um erro.

Senão vejamos:

A Administração Regional, tendo já alguns vícios, é jovem e vulnerável à mudança. A Administração Central é velha, tem vícios rotinados e é quase invulnerável à mudança;

A nossa Administração é razoavelmente informal e flexível, desde o contínuo até ao Director Regional. A Administração do Continente é formal e rígida, do Porteiro até ao Director Geral;

A Administração Regional é muito mais pequena, mais repartida e descentralizada. A Central é enorme, está mais concentrada e centralizada.

Cá, tudo é mais próximo e acessível ao cidadão. Há mais personalização e humanização. Lá, tudo é mais distante e inacessível ao cidadão. Há mais impessoalidade e desumanização.

Tirando o modelo organizacional e o quadro legal que são, de facto, comuns aos dois universos, tudo o mais é totalmente diferente.

Se a nossa realidade, as nossas necessidades e as nossas prioridades são tão diferentes, que sentido faz importar o que se faz no Continente? Será esse o sentido da apregoada Nova Autonomia. A Autonomia, aliás, nem é nova nem é velha. É simplesmente Autonomia e consiste em adoptar soluções próprias perante realidades próprias.

É tão simples quanto isso. Quer para a Administração Regional quer para todos os sectores da nossa sociedade.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Confesso que, tendo praticamente assistido ao nascimento e vivido intensamente o desenvolvimento da Administração Regional em todo o período pós-25 de Abril, nunca me tinha apercebido que o acesso dos Açorianos à sua Administração fosse o maior problema ou, sequer um grave problema. Será, quando muito, um problema do meio da tabela.

Qualquer Açoriano que precise relacionar-se com a Administração, fá-lo, em geral, sem grande dificuldade com relativa celeridade e, na maior parte das vezes, de forma personalizada.

É certo que os quiosques INFOCID e os futuros Postos de Atendimento, beneficiando das novas tecnologias, encerram a vantagem de levar mais longe a informação, mas tão só a informação, não resolvem problemas. Só que, a INTERNET, só por si, também o faz. Por outro lado, a informação disponível a carregar centralizadamente, terá sempre insuficiências quer em quantidade, quer em qualidade, quer em actualidade.

Embora não rejeitando, obviamente, o fenómeno da automatização na nossa Administração, gostaria de afirmar, bem alto que, muito melhor que ela, será sempre uma Administração personalizada. E nós temos condições privilegiadas para mantê-la e estimulada.

O nome, o rosto e a voz de uma pessoa valem e valerão sempre mais, que a imagem, o som e as letras de um écran.

O que está aqui em causa, como é óbvio, não é a potenciação das novas tecnologias na Administração Regional — que fique claro. Essas são sempre bem vindas. O que se põe aqui em causa é a graduação da necessidade, a definição da prioridade e a inadequação dos projectos de automatização aos fins pretendidos.

Face ao exposto, julgo que estamos perante uma estratégia mal delineada.

O mais importante foi rejeitado e o menos importante sobrevalorizado, ainda por cima com soluções pouco ajustadas.

Os grandes e principais problemas da nossa Administração são, de facto, outros.

Residem no peso crescente da função pública na sociedade Açoriana (esse é maior de todos); no seu crescimento não controlado; na irracional gestão de recursos; nas dificuldades de relacionamento dentro da própria Administração e na descoordenação entre departamentos governamentais, Direcções Regionais e Serviços; na ausência de uma análise custo-benefício das decisões; na ausência de avaliação de resultados dos investimentos públicos; nas perversas atitudes de politização de dirigentes e quadros; etc., etc.

O crescimento do sector público, em particular dos seus recursos humanos, é um problema estrutural na nossa sociedade, com graves repercussões na despesa e no conjunto das variáveis macro-económicas. As medidas de controlo do crescimento e mesmo refreamento das despesas com pessoal são uma necessidade imperativa. Tal, só se consegue, com medidas de congelamento de admissões, sobretudo nas carreiras menos diferenciadas, acompanhadas de acções estimuladoras da mobilidade entre Serviços e Departamentos, de tal forma que os excedentes de uns compensem as carências de outros, tendo como fronteira a dimensão ilha. Tal só se consegue se os que vão saindo, nomeadamente para a reforma, forem substituídos por acréscimos de produtividade dos que estão.

Qualquer pessoa relativamente bem informada sabe que a questão contemporânea essencial que se coloca às Administrações Públicas dos Países desenvolvidos, passa por uma progressiva desintervenção estatal e correspondente transferência das suas **funções de execução** para a Sociedade Civil, reservando para si, tão só, as funções de concepção, regulação e avaliação.

O Governo e o Partido Socialista, sabem que esta é que é a verdade e o caminho a seguir.

É certo que a desintervenção e privatização de Serviços Públicos, ou áreas de negócio actualmente ocupadas pela Administração Pública, não são nada compatíveis com a crónica paixão socialista pelos votos. De facto, transferir recursos, é prescindir de poder.

Ou será que o PS e o seu Governo, acreditam mesmo, que a manutenção e reforço do papel do Estado, trará mais benefícios para a Sociedade Açoriana? Custa-me a crer.

Pessoalmente penso e recomendo que a valorização do papel das famílias e das empresas, sobretudo das pequenas e médias, na nossa sociedade, em progressivo detrimento do gigantismo estatal, é o caminho a seguir, em coerência, aliás, com a nossa opção europeia.

Quando se erra na concepção da política e na selecção dos objectivos, erra-se, obrigatoriamente, na definição da estratégia e na aplicação dos recursos.

E nós somos demasiado pobres, para nos darmos ao luxo, de errar tanto.

Disse.

Deputados José Manuel Bolieiro e Mark Marques (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colega de Governo:

Eu devo começar por dizer com toda a sinceridade que estou um pouco comovido, e desde já agradeço a intervenção do Sr. Deputado Raúl Rego, porque devemos reconhecer que não é muito

comum, ao nível do que diz respeito à Administração Pública, à modernização administrativa e da máquina, esses assuntos serem falados nesta Casa.

É claro que há sempre aqueles lugares comuns, é claro que sempre que se discutem Planos e Orçamentos fala-se naqueles lugares comuns no que toca ao aumento da despesa pública, mas fora disso, não se costuma ir muito longe. Obviamente acho, como certamente o Sr. Deputado Raúl Rego acha e tem essa obrigação, até pelo seu percurso político e dirigente, que estes assuntos são importantes e merecem uma reflexão, merecem ser alvo de debate nesta Casa.

Não sei se percebi completamente a intervenção do Sr. Deputado Raúl Rego, porque nalgumas matérias ela pareceu-me contraditória. Por um lado, fala-se de que a política é sobretudo de continuidade, por outro, fala-se que há coisas que estão mal e aponta-se duas ou três. Gostava de falar exactamente sobre isso.

Em termos de diferenças, se bem me lembro, o Sr. Deputado Raúl Rego, manifestou-se contra a opção do INFOCID. Falou de uma política de privatizações que não tem sido seguida. Vamos começar por aí.

Relativamente às privatizações, é evidente que há ao nível da Administração Pública, como já havia anteriormente, um conjunto de serviços, nomeadamente ao nível das escolas, dos hospitais, ao nível de refeitórios e de bares, bem como de serviços de limpeza que são hoje concessionadas, como já eram, em larga medida.

Para além disso, também devo dizer com sinceridade que acredito e tenho todo o direito de pensar e de defender a ideia da privatização, mas também devo dizer que não vi os seus governos, nomeadamente quando V. Exa. teve responsabilidades nesta área, fazer uma política de privatizações nesta matéria.

A única coisa que me lembro, com toda a sinceridade, e já foi aqui vagamente referida algumas vezes, trata-se, digamos assim, da privatização da mercearia dos Serviços Sociais de Angra que, em bom rigor, nem sequer era da Administração Pública, era dos serviços sociais. Como sabe era uma associação de direito privado.

Com excepção disso, e da integração desses funcionários, por acordo, no Hiper Modelo, sinceramente, para além dos serviços de limpeza, refeitórios, bares que continuam a ser concessionados, não me lembro, ao nível da Administração e da máquina administrativa, de mais privatizações no tempo em que V. Exa. tinha responsabilidades nesta matéria.

INFOCID.

Efectivamente percebeu-se e constata-se que não foi essa a opção dos governos do PSD, sobretudo se atendermos a que o projecto começou a ser implementado em 93 e até 96 nada tinha sido feito.

Nós pensamos que o INFOCID é um instrumento importante de divulgação de informação. Precisamos não esquecer que o projecto INFOCID não é tanto os terminais que são postos à disposição das pessoas, é sim toda a informação constante na Internet e nos serviços que agora a tem.

Presidente: Sr. Secretário, temos que encontrar aqui um “modus vivendis” relativamente aos tempos.

O Orador: Aliás, não é à toa que é o portal do INFOCID um dos portais portugueses mais consultados na INTERNET.

Eu voltarei a este tema porque tenho ainda muito para dizer.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria levantada pelo Sr. Deputado Raúl Rego, vai merecer algumas considerações, embora atendendo que ele, pelo seu passado profissional, teve grandes responsabilidades na matéria de Administração Pública e tem um conhecimento profundo da matéria.

De qualquer modo, preocupa-me quando se procura comparar a nossa realidade regional neste campo com aquilo que ele chamou “os países desenvolvidos”.

Quer queiramos quer não, não podemos comparar a nossa pequena realidade de Administração Pública com esses conceitos.

Mais. Dentro da nossa Administração Pública Regional, quer queiramos quer não, temos 9 realidades, duas das quais serão semelhantes (São Miguel e Terceira, ou talvez, Ponta Delgada e

Angra do Heroísmo), e o outro conjunto é completamente diferente. Aqui, permita-me que diga que durante o decorrer dos anos foram feitas algumas experiências que falharam completamente e aponto um exemplo concreto:

No passado, na altura em que V. Exa. tinha responsabilidades, os Serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas resolveram privatizar os Serviços de inseminação artificial.

Se isso tivesse sido levado até às últimas consequências, em 7 das 9 ilhas teria sido caos, teria sido o rebentar com os serviços, quer públicos, quer privados, porque não havia, nem há, disponibilidade nesse campo nas pequenas ilhas, porque são economicamente inviáveis e do ponto de vista técnico são absolutamente necessárias para o melhoramento animal da nossa Região.

Isto apenas para mostrar um exemplo onde as particularidades das nossas ilhas têm que ser atendidas e quem tem que responder, em nosso entender, às necessidades da comunidade, às necessidades da sociedade é a Administração Pública, porque são serviços que não são rentáveis, são serviços que têm exigências bastante grandes, quer técnicas, quer de prestação de serviços, em termos de horários, etc..

Isto para dizer que temos que distinguir, temos que analisar, e temos que ser realistas, em nosso entender, em relação à nossa realidade.

Há exigências no sector público na nossa sociedade que não têm nada a ver com a grande maioria de outras zonas onde a situação é diferente, onde o desenvolvimento é diferente e onde os serviços são completamente diferentes.

Por outro lado, temos o problema da privatização de serviços. Eu penso que é fundamental analisar o custo existente entre esse serviço prestado pela Administração e o custo deste serviço prestado pelo sector privado e, por outro lado, a qualidade do serviço prestado pelo sector privado e a qualidade do serviço que felizmente ainda existe no sector público.

Em muitos casos, ou nalguns casos, têm sido referidos serviços que foram privatizados com determinado custo, muitas vezes superior àquilo que é prestado pela Administração Pública, e a qualidade desse serviço, lamentavelmente, não é aquela que existia no passado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuando o esclarecimento, embora com este inconveniente de ser às prestações, creio que não perdi o fio à meada, e gostaria de referir que para além da opção pelo INFOCID e das privatizações, o Sr. Deputado Raúl Rego, em primeiro lugar, criticou a opção que consta do Plano a Médio Prazo.

Aliás, se pensarmos em termos daquilo que é habitual a nível da modernização administrativa, com a dotação no PMP de cerca de meio milhão de contos — o que temos que convir é razoável, não é muito comum em termos dos nossos planos para essa área — temos que considerar, dizia o Sr. Deputado, que se trata de uma mera cópia do que está sendo feito pelo Governo da República.

Não é verdade, Sr. Deputado. Não é que tivéssemos o mínimo problema de copiar alguma coisa que estivesse bem feito. O nosso problema aqui não é de direitos de autor, mas repare que a opção principal seguida no Continente para esta matéria, é a constituição de lojas de cidadão. Embora recentemente, parece ser essa a opção do Governo Regional da Madeira. A nossa opção não é essa.

Nós pensamos exactamente que devido à nossa realidade e à nossa dispersão, a opção deve passar pela criação de uma rede que depois terá que ter apoio nalguns parceiros, nomeadamente as autarquias locais, para levar essa informação e esse atendimento o mais rapidamente possível aos cidadãos.

De resto, tenho que concordar consigo nalgumas coisas, por exemplo, quando fala em política de continuidade.

O facto de nós termos uma administração jovem — e ainda hoje temos em termos etários e em termos de média, uma situação totalmente diferente do Continente — o facto de haver uma aposta que vinha de trás, que continua e tem vindo a ser reforçada na formação dos funcionários, leva-nos realmente a ter um rácio excelente. O mais importante são as pessoas, as que estão do outro lado dos serviços, quer os cidadãos, quer os funcionários. Essa política continua e isso é essencial.

É claro que é possível melhorar, e não vejo nenhum problema em usar nesta medida, os instrumentos poderosos das novas tecnologias, da chamada comunicação e sociedade de

informação, para levarmos a informação ainda mais rapidamente e facilitarmos a vida aos cidadãos. Até porque isto, como é evidente, gerará ganhos de produtividade.

O Sr. Deputado Paulo Valadão deu um contributo que também me parece interessante, ou seja, estas coisas não podem ficar pela rama.

Hoje, o lugar comum do aumento dos funcionários ou do aumento da despesa, tem que ser devidamente explicado e como muito bem disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, tem que ser explicado atenta a nossa realidade arquipelágica.

Muitas vezes as pessoas falam dos funcionários públicos e todos ficamos com a ideia de que estamos a falar do “velho manga de alpaca”. É preciso lembrar sempre que os médicos, os enfermeiros que estão nas Flores e no Corvo, por exemplo, são funcionários públicos.

É preciso lembrar que a nossa administração, como administração prestadora, tem sobretudo um grande peso nos sectores da educação e da saúde, que são sectores sociais fundamentais.

Presidente: Sr. Secretário, procure terminar porque o seu tempo esgotou.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente, dizendo que não é verdade que a máquina administrativa esteja a aumentar desmesuradamente.

O grande aumento ocorrido nos últimos anos deveu-se, e lembro que mereceu o apoio unânime desta Câmara, na regularização de situações de falsos tarefeiros, quer no decorrer de legislação nacional, quer da iniciativa do Governo e desta Câmara ao nível do PROSA e do MEFÉ.

Fora disto, se V. Exa. fizer as contas, o crescimento tem sido até bastante moderado

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego.

Deputado Raúl Rego (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vamos à prova dos nove.

A máquina administrativa não está a crescer! Então, vamos saber quantos somos, quem somos e quanto custamos? Diga-me Sr. Secretário e compare a evolução desse crescimento.

Eu não vou falar de privatizações, porque não é o momento, mas obviamente foram feitas privatizações e existia um projecto que decorria a bom ritmo que visava fundamentalmente a “desintervenção” pública na sociedade açoriana.

Meus amigos, é tempo da sociedade açoriana começar a caminhar pelos seus próprios pés, o mais possível e tanto quanto possível.

É tempo de se fazer o desmamo da sociedade açoriana.

A sociedade açoriana precisa, em muitas questões essenciais, do insubstituível papel do Estado, mas há muitas áreas que estão a ser sustentadas pelos Estados que não deviam ser. Deviam ser substituídas à sociedade civil.

A sociedade civil, progressivamente, tem que caminhar para a sua auto-sustentação, caso contrário não saímos da cepa torta. Esta é que é a verdade.

A política do Governo Regional nomeadamente neste sector de actividade, não aponta nesse sentido, bem pelo contrário.

O senhor anunciou em 1997 que ia prosseguir com o projecto — eu ouvi na televisão — de desintervenção. O trabalho estava, no essencial, feito.

As áreas estavam identificadas. Havia um grupo de trabalho, envolvendo a Administração Pública e outras forças vivas da sociedade que coordenava, digamos assim, esse projecto.

Nunca mais o Governo Regional falou nele e, obviamente, nem se referiu a ele no Programa do Governo actual. Porquê? Responda-me, Sr. Secretário.

Vamos à prova dos nove.

INFOCID.

O INFOCID não esteve parado de 93 a 96. O INFOCID, pura e simplesmente, foi rejeitado.

Nós entendemos, a Administração Pública Açoriana, que o INFOCID era desajustado, inadequado e desnecessário. Eu pessoalmente continuo a defendê-lo com toda a veemência e com toda a convicção. Tem uma utilidade muito relativa, porque não faz nada que a Internet, em qualquer computador, em casa de qualquer pessoa, não faça mais e muito melhor.

Fala de INFOCID há cerca de 4 anos.

Ao longo desses 4 anos, praticamente, em todos eles, a informação frequente do INFOCID era: “informação não disponível”. Era essa a informação do INFOCID.

Presidente: Tem novamente a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou continuar este debate interessante sobre a Administração Pública.

Quantos somos? Quem somos?

Como deve calcular, Sr. Deputado, não tenho aqui os dados, mas deve saber que em Setembro do ano transacto, procedeu-se ao lançamento do recenseamento da nossa função pública. Esses dados têm muita pouca desactualização, embora isto seja uma realidade dinâmica e permanente.

Outra coisa que é fundamental não confundir, Sr. Deputado, é que aumento de pessoal na Administração e aumento da despesa, não é necessariamente a mesma coisa.

Como sabe — se não se lembra eu recorde porque é importante — quer termos de legislação nacional, quer em termos de legislação desta Assembleia, nomeadamente ao nível da redução do IRS e da criação da remuneração complementar, os funcionários públicos tiveram os últimos 4 ou 5 anos, no país e de forma ainda mais acrescida na Região, aumentos salariais reais muito significativos.

Conforme já tivemos oportunidade de dizer a respeito de várias situações, nomeadamente ao nível da saúde, isso implicou um aumento de despesa de 4 milhões e meio de contos.

Se V. Exa. não concorda com isso, eu aceito a sua opinião. Fico um pouco confundido, uma vez que o PSD tem proposto aumentos na remuneração complementar muito mais generosos do que os do Governo e aumentos na redução de impostos, mais generosos do que os do Governo.

Deputado Raúl Rego (PSD): Não faça demagogia, Sr. Secretário! Sabe que falo com conhecimento real!

O Orador: Já que estamos nesta matéria, eu, após a sua intervenção, fiquei com uma dúvida filosófica.

Explique-me, se faz favor e se puder, como é que conseguia a sua sanha de desmamar a sociedade civil com o facto de querer funcionar os 2000 trabalhadores das IPSS?

Explique-me por favor, e se for possível, qual é a coerência do seu partido ao vir aqui V. Exa. falar em lugares comuns e em desmamo da sociedade civil e, na prática, querer tratar 2000 trabalhadores de instituições particulares como se se tratassem de funcionários públicos e meros assalariados públicos?

Eu fico com muita curiosidade à espera do seu esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego.

Deputado Raúl Rego (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário estava a ir razoavelmente, mas depois derrapou e na parte final da sua intervenção entrou na demagogia. Quando começou estava moderado, mas depois foi no impulso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Fugiu para a verdade!

O Orador: Não tem nada a ver. Eu estava a falar em crescimento real, não estava a falar em crescimentos nominais. Não confundamos crescimentos nominais em tempos quando falamos em despesa com crescimentos reais, com crescimentos efectivos na Administração Pública.

A questão das IPSS é um assunto independente do que estamos aqui a falar, como muito bem sabe. Escuso-me de estar aqui a perder tempo a chamar a atenção para isso, por isso disse que era demagogia o que estava a dizer.

Há tanta coisa importante para se fazer na nossa administração.

O Sr. Secretário sabe, por exemplo, qual é a demora média das respostas aos acessos dos cidadãos à Administração Pública, ou seja, o tempo que demora entre a entrada do processo, a sua consumação e a sua resposta?

Em dada altura eu sabia. Eu não sei e provavelmente o Sr. Secretário também não saberá, mas posso dar-lhe uma amostra de dois cidadãos.

Eu, pessoalmente, entreguei um requerimento na Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, em 21 de Novembro do ano 2000, acerca de um assunto relativamente banal.

Até hoje, 10 de Maio de 2001, ainda não obtive resposta, nem sequer a dizer que o assunto tinha sido remetido para um outro departamento para pedir uma informação jurídica. Nem isso.

Recentemente, fui abordado por uma pessoa que fez um requerimento de reclassificação profissional. Treze meses depois é que obteve a resposta.

O Sr. Secretário está preocupado em informar os cidadãos das potencialidades da Administração, mas os cidadãos querem é ver resolvidos os seus problemas.

O INFOCID não resolve coisa nenhuma, apenas informa, apenas diz que há consultas, que há matrículas, que há processos, que pode-se aceder, indica o número de telefone, o departamento e a sua localização. Isso não resolve os problemas dos cidadãos.

O resto, na minha opinião, não é prioritário, não é o mais importante, por isso é que disse que a estratégia seguida pela nossa Administração Pública não é a mais correcta. É uma opinião perfeitamente convicta e natural.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Raúl Rego:

Eu não vou comentar, até porque penso que não é significativo, um ou outro caso, mais ou menos solenizado, mas uma coisa é verdade, nós achamos que é possível melhorar e que há que melhorar prazos, respostas e formas de servir o cidadão.

Não achamos que vivemos no melhor dos mundos possíveis.

Exactamente por isso, Sr. Deputado, é que pensamos ser bastante importante a implementação da RIAC (Rede Integrada de Apoio ao Cidadão). Ela, obviamente, no nosso entender, vai trazer melhorias significativas e de proximidade. V. Exa. não tem opinião, mas aceito a que tem.

De resto, permita-me que lhe diga, que sei perfeitamente a diferença entre o Estatuto das IPSS e o Estatuto da Função Pública. Às vezes, parece que alguns não sabem, mas quando falei nisso estava a referir-me à sua expressão genérica de desmame da sociedade civil, sem bem percebi. Aí, terá de convir que as duas coisas são bastante contraditórias, quer a posição de desmame, quer aquilo que é a posição da sua bancada a respeito dos trabalhadores das IPSS.

V. Exa. também falou, embora de forma genérica, na politização da Administração Pública.

Eu gostava apenas de lhe pedir um esclarecimento:

Enquanto ocupou funções dirigentes na Administração Pública e porque a lei o permitia, quantos concursos abriu para cargos de dirigentes?

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, este debate está interessante entre termos agro-pecuários e de Administração Pública, mas a Mesa vai fazer um intervalo de 10 minutos e depois prosseguimos.

(Eram 12 horas e 10 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 35 minutos)

Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro para dar continuidade ao debate.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para um breve esclarecimento na sequência do debate que se fazia ainda antes do intervalo, relativamente à Administração Regional.

O meu companheiro de bancada, Deputado Raúl Rego, esclareceu e muito bem, quer na sua intervenção, quer depois nos esclarecimentos suplementares, o que era a sua consideração relativamente ao estado actual da Administração Regional e referindo a sua perspectiva de desenvolvimento.

Creio mesmo que o Sr. Secretário Regional entendeu, pela reacção que teve, o essencial da sua intervenção, mas a páginas tantas o Sr. Secretário confundiu a essência do debate e persistiu numa tese que é enganadora, merecendo, por isso, um esclarecimento inequívoco e indesmentível face à posição que o PSD tomou quanto aos trabalhadores das IPSS.

Não se pode confundir a posição do Grupo Parlamentar do PSD e do Partido Social Democrata quando defende, em acompanhamento das justas reivindicações dos trabalhadores das IPSS, um estatuto remuneratório que seja equivalente, quando o conteúdo funcional das suas atribuições

laborais sejam idênticas, àquele que a Administração Regional tem para os seus quadros. Isso não se confunde, de forma alguma, com a transformação desses trabalhadores em funcionários públicos. A sua confusão, Sr. Secretário, é eventualmente tática, mas não é verdadeira, por isso merece este esclarecimento.

O que o PSD defende, é que a trabalho igual, salário igual. Se aqueles trabalhadores exercem funções de interesse público e têm funções equivalentes a muitos dos funcionários públicos que também desempenham, naquelas áreas a mesma intervenção, devem ter tendencialmente um estatuto remuneratório idêntico, mantendo o seu estatuto jurídico laboral, que efectivamente têm com as IPSS. O que defendemos é que possam melhorar o seu estatuto remuneratório, que é hoje menor do que aquele que é pago aos funcionários públicos.

Esta é a pretensão dos trabalhadores das IPSS.

Esta é a posição que o PSD defende.

Foi esta a opção que o PSD tomou na Proposta de Resolução que entregou nesta Assembleia Legislativa Regional.

Muito obrigado.

Deputado Mark Marques (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Três notas breves nesta discussão, a primeira das quais em tom interrogativo, depois de um pequeno preâmbulo.

Nós reconhecemos o esforço que tem sido feito, e este Parlamento em devido tempo também deu um contributo nesse sentido, com vista à regularização de situações de funcionários contratados. Todavia, continuamos a verificar situações de contratos celebrados pela Administração Regional.

Num abordagem alienatória ao Jornal Oficial, II Série nº 17, do passado dia 24 de Abril, folheando-o, encontrei, só no sector correspondente à Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, despachos correspondentes a 50 contratos a celebrar, 27 dos quais são renovações a 3 e a 6 meses.

Portanto, o Sr. Secretário Francisco Coelho perde aqui alguma da sua argumentação quando diz que antigamente (referindo-se ao tempo do PSD) faziam-se contratos e mais contratos, e quando os senhores chegaram tornaram toda aquela turbulência num autêntico oásis. Não é verdade e a prova está aqui.

A interrogação que queria fazer vai no sentido de apurar de V. Exa., que tem essa área do pessoal, para quando o cumprimento do Decreto-Lei 515/99, que foi adaptado à Região em Decreto Legislativo publicado em Agosto de 2000, relativamente à reclassificação de algum pessoal não docente, nomeadamente cozinheiros (pode chamar o Sr. Secretário da Educação para lhe dar uma ajuda) cuja reclassificação e conseqüentemente também a sua remuneração, deviam estar a ser praticadas desde o dia 1 de Janeiro deste ano e até agora continuam a não receber nalgumas escolas, nomeadamente por orientação da Direcção Regional da Educação, que deu instruções no sentido daquelas escolas que ainda não tivessem iniciado o pagamento não o fizessem, a fim de aguardar uma orientação da Direcção Geral da Educação.

Relativamente às nomeações que foram feitas no tempo do PSD, ou os concursos para cargos de dirigentes, de facto, eu desconheço quantos foram feitos. Todavia, não queria deixar de lembrar aqui que desde que o actual Governo Regional foi empossado, pecando por defeito, porque a contabilidade não está actualizada, já tem apuradas 121 nomeações, entre as quais — e não me referindo aos 21 Directores Regionais, nem a 17 Directores de Serviços vários, nem a 6 Directores de Serviços — contam-se 22 Secretárias pessoais e administrativas, 9 chefes de gabinetes, 3 avenças, vários representantes, coordenadores e até assessores de imprensa, redactores e fotógrafos 4. No todo 121 nomeações.

Muito obrigado.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E o concurso para chefe de gabinete!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Eu já lhe dou a lista se tem dúvidas ou anda distraído!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Joaquim Machado:

É com muito gosto que esclareço as 3 questões colocadas pelo Sr. Deputado.

Começando pela primeira, penso que há aí alguma confusão.

Quando falei em regularizações, falei, tal como a lei expressamente o prevê, nas regularizações do pessoal considerado — e citando de cor — sem título jurídico adequado, ou seja, as regularizações abrangeram, sobretudo, e isso é que faz sentido, todo aquele pessoal que estava numa situação ilegal, ou porque não tinha contrato, ou porque tinha sido ultrapassado o prazo do contrato, ou porque o contrato não correspondia àquilo que efectivamente desempenhava, etc..

Se reparar, Sr. Deputado, as outras situações são legais e a lei diz que há 3 formas das pessoas trabalharem a tempo inteiro na Administração Pública: é a nomeação que dá, como sabemos, o título e o estatuto de funcionário público propriamente dito; é o contrato administrativo de provimento que, sendo um contrato a prazo mais excepcional, dá à pessoa em causa a qualidade de agente e como tal, também sujeito, embora a título transitório ao estatuto da Função Pública e o chamado contrato de trabalho a termo certo na função pública.

Ora bem, isto para dizer que quem está na situação de contrato a termo certo, está numa situação legal.

É evidente que a Administração Pública Regional continua a ter — e seria impossível que não tivesse — gente em contrato de trabalho a termo certo, até porque, segundo a lei, isso corresponde a maior parte das vezes a acudir a necessidades transitórias ou prementes. É óbvio que temos pessoas contratadas a termo certo e vamos continuar a ter.

Também é evidente que se trata de uma situação perfeitamente legal.

Com respeito à transição do pessoal não docente na Região ou relativamente à adaptação do Decreto-Lei 515/99, de que falou, eu realmente olhei para trás, mas na altura não estava cá o meu colega que é o principal responsável por esta matéria, mas posso informar que ontem tivemos uma reunião com 3 dos sindicatos desta área, onde foram apresentadas as principais linhas orientadoras nesta matéria propostas pelo Governo e foi feita uma acta dessa reunião que foi tornada pública.

Penso não exagerar se disser que houve um largo consenso e que os sindicatos saíram satisfeitos dessa reunião, onde se acautelou a possibilidade de intercomunicabilidade entre a nova carreira a criar de assistente de administração escolar com a de assistente administrativo e onde, nomeadamente, foi inclusive proposto pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, face à possibilidade dos actuais oficiais da acção educativa transitarem para a nova carreira de assistente de acção educativa, a possibilidade da Região criar cursos especiais e flexíveis que permitam a esse pessoal a aquisição das necessárias habilitações académicas para poderem posteriormente transitar para a nova carreira.

Penso que este assunto, Sr. Deputado, está bem encaminhado.

Presidente: Sr. Secretário Regional, o seu tempo terminou.

O Orador: Eu termino já.

Relativamente às nomeações, ninguém põe em causa que há e que tem que continuar a haver, em determinado tipo de matérias e de cargos, cargos de nomeação política. Acho que nunca ninguém defendeu que os Secretários Regionais, os Chefes de Gabinete deviam ser por concurso público.

Relativamente àquilo que são os chamados cargos de dirigentes da Administração Pública Regional, concretamente Chefes de Divisão e Directores de Serviços, o que posso dizer é que, pela informação que tenho — e porque isto são processos onde os júris são sorteados, há uma comissão de observação e acompanhamento que é presidida por um magistrado, etc. — já foram realizados na Região 163 sorteios, estando concluídos 135 concursos.

Também como sabe, Sr. Deputado, a lei, neste momento, obriga, pela primeira vez, a que se faça o concurso antes. A anterior não obrigava, mas possibilitava.

O que nós pensamos que era essencial nesta matéria, é jurisdicionalizar esta questão, porque falhas podem haver sempre, mas felizmente ao jurisdicionalizarmos essa matéria, entramos no campo do Estado de direito e há sempre a possibilidade, felizmente, das pessoas que não se sintam satisfeitas ou que se sintam injustiçadas, recorrerem aos tribunais.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo:

Apenas para referir que todas essas questões relacionadas com a Administração Pública preocupam muito o Grupo Parlamentar do PS.

Nós felicitamos o Sr. Secretário Regional Adjunto pela coragem e pelas reformas que tem introduzido na Administração Pública Regional e a esse propósito não poderia deixar de falar aqui no que foi referido sobre o INFOCID, ou seja, de que não era importante e não adiantava nada.

É óbvio, Srs. Deputados, que o INFOCID é uma das medidas que revela uma consciência e uma inovação muito importante, porque o INFOCID pode evitar diversas deslocações. Com certeza, todos nós já tivemos essa frustrante experiência de ir a uma repartição e afinal eram precisas mais duas fotografias, mais três fotocópias e mais uma assinatura reconhecida.

O INFOCID exclui e elimina duas ou três etapas nesse processo.

Parece-me que isso foi falado aqui de uma forma um pouco ligeira e não corresponde à perspectiva que o Grupo Parlamentar do PS tem e que, felizmente, o Governo também tem.

Em relação ao Sr. Deputado Joaquim Machado, eu devo dizer que uma vez mais o senhor deixou-me cibrado.

O senhor utiliza agora uma forma que parecia-me que já tinha abandonado, ou seja, uma demagogia que, se me permite, não é própria da seriedade que nós devemos ter aqui dentro. Então o senhor tem a coragem de falar em assuntos de Chefes de Gabinete, de secretárias dos Srs. Secretários Regionais e de assessores de imprensa?

No seu desespero para conseguir substancializar uma contabilidade demagógica, teve que recorrer ao enquadramento de nomeações que não têm razão de existir.

Sr. Deputado, isso acontece em todos os regimes democráticos.

Nos Estados Unidos, a entrada no Governo do actual Presidente, levou a mais de 3 mil nomeações de confiança política. Isso é a coisa mais natural que existe e já acontecia no seu tempo.

Devo dizer que os senhores eram muito abusivos no recurso a nomeações, a assessores e tudo mais.

Para terminar, eu gostaria de dizer duas coisas:

Em primeiro lugar, se o Sr. Deputado lesse o Programa Eleitoral do PS, percebia que o Partido Socialista muito tem feito para reduzir a máquina do Governo.

Em segundo lugar, devo dizer, uma que o senhor que gosta tanto de solenizar as questões políticas a propósito de nomeações, que o senhor esqueceu-se de falar no fotógrafo e no assessor do Sr. Secretário Regional da Habitação que já por diversas vezes falou aqui.

Deputado João Cunha (PSD): É verdade. Ainda mais esses!

O Orador: Faltaram esses dois.

Deputado João Cunha (PSD): E outros tantos que a gente não sabe!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Começo pelo fim.

Em relação às considerações que o Sr. Deputado José San-Bento fez, naturalmente que elas são do meu agrado, porque cada vez que o descontento é sinal que disse coisas acertadas e que vos incomodam.

Vamos a um desafio, só um e muito simples: o Sr. Deputado ou qualquer um dos seus camaradas de bancada dê-me um exemplo de um assessor de imprensa nomeado pelos governos regionais do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Vasco Cordeiro)

O Orador: A deselegância do Sr. Deputado José San-Bento fica-lhe muito bem. Aliás, o senhor é conhecido em vários espaços por essa infeliz característica, mas vamos ao que importa.

Sr. Secretário Francisco Coelho, eu não duvidei da legalidade dos contratos que os senhores continuam a celebrar a termo certo e das renovações que fazem. Provavelmente, já duvidarei da legalidade da celebração de novos contratos com as mesmas pessoas que continuam a prestar o

mesmo serviço, o mesmo conteúdo funcional, embora ao abrigo de contratos tenham outras designações funcionais.

Não me peça para eu lhe dar um exemplo, porque como sabe muitas dessas pessoas fazem depender o rendimento do seu agregado familiar exactamente por esses contratos e há grande dificuldade em revelar objectivamente à luz do dia essas situações.

Do mesmo modo como nós ouvimos isso, mais ou menos em surdina, também se levantam questões muito pertinentes, nomeadamente da prestação de serviço por pessoas que estão contabilizadas como desempregadas e que vão prestar serviço em determinada instituição da Administração Regional que por razões processuais e financeiras não pode fazer esse pagamento e as pessoas sujeitam-se. Isso é dito com alguma frequência, mas não tão objectivamente como estou aqui a fazer, mas admito que também tenho um outro à vontade, porque o meu rendimento familiar não depende disso, como também não depende da função que neste momento estou a desempenhar, coisa que provavelmente já não se poderia dizer de algumas conhecidas figuras políticas regionais. Eu não pus em dúvida a legalidade desses contratos.

Relativamente à aplicação do Decreto-Lei 515/99, do pessoal não docente, eu também tomei conhecimento da reunião ontem realizada e de algum consenso, que não foi tão absoluto como o senhor quis fazer crer, chegado entre os sindicatos e a Administração Regional.

Todavia, o senhor acabou por não desmentir aquilo que eu disse, de que desde o dia 1 de Janeiro há determinadas categorias funcionais de pessoal não docente que deviam estar a receber e deviam estar integradas em novas categorias profissionais, nomeadamente os ajudantes de cozinha e cozinheiros que, de acordo com este novo diploma, transitam para a categoria de cozinheiro principal e de cozinheiro.

De facto, porque essa transição implica mais de 10 pontos do índice remuneratório, deviam estar a receber desde o dia 1 de Janeiro.

Há escolas que por orientação da Direcção Regional de Educação — se é mentira o Sr. Secretário que aqui está presente desminta — não estão a pagar esses vencimentos, porque a Direcção Regional da Educação alega que espera um parecer da Direcção Geral de Educação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Raúl Rego.

Deputado Raúl Rego (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Só para precisar em relação ao INFOCID.

A minha posição sobre esse projecto não é rigorosamente uma posição ligeira, como afirmou. É uma posição absolutamente consciente e sustentada. Talvez ligeira tenha sido a sua observação, perdoe-me a franqueza.

Eu gostaria de referir, concretamente, que se eu quiser ir à Secretaria da escola matricular um filho, não me vou deslocar da minha casa até a um INFOCID — e julgo que há um por concelho, naqueles que existe, porque uns têm, outros não têm — para tocar em dois ou três botões a fim de saber se para matricular o meu filho tenho que levar as fotografias e não sei mais o quê. Quem é que faz isto? Ninguém!

Se eu tiver dúvidas, pego no telefone, ligo para a escola e resolvo esse assunto, isto no caso em que eu precise e sinta a necessidade imediata de resolver um assunto.

Supúnhamos que eu vou na rua, não tenha para resolver, e encontre aquela máquina. Se tiver algum tempo disponível, alguma pachorra, é natural que curiosamente faça uma consulta. Mas isso o que é que me resolve? Não resolve problema nenhum, fico apenas a saber mais alguma coisa.

O senhor acha que isso é que é o projecto essencial de aproximação do nosso cidadão à nossa administração ou reciprocamente?

Deputado José San-Bento (PS): Óh, Sr. Deputado!

O Orador: Óh Sr. Deputado, digo eu.

Vamos pensar maduramente e com verdade sobre isto, sobre a eficácia. A eficácia é limitada.

A utilidade é mínima. O investimento e o custo é que é grande. Sejamos práticos e pragmáticos.

Nós — o Governo — utilizamos dinheiros públicos e temos que ser cuidadosos nessa sua aplicação. Temos que definir prioridades e temos que avaliar o custo de oportunidade desses investimentos que fazemos.

Eu penso que o INFOCID não é a afirmação de uma necessidade.

Será, porventura, — permita-me este juízo de valor, já que o fez — mais uma necessidade de afirmação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Membros do Governo, Sr. Deputado Raúl Rego:

Com toda a estima que tenho por si, devo dizer que o senhor não precisa de sair de casa, nem de embater contra nenhum posto do INFOCID. Basta o senhor, na Internet digitar WWW.INFOCID.pt e tem acesso a toda essa informação.

Deputado Raúl Rego (PSD): Se tenho Internet para que é que quero o INFOCID?

O Orador: Sr. Deputado, além do mais, digo-lhe com toda a franqueza — não vamos perder aqui muito tempo sobre isso, mas reafirmo e é essa a perspectiva do Grupo Parlamentar do PS — que o INFOCID e todas estas questões que passam pela reforma da Administração Pública numa vertente de redes telemáticas e da informática em geral, são muito importantes e têm toda a razão de ser. O INFOCID é o primeiro passo importantíssimo e queria reafirmá-lo aqui.

Quanto ao Sr. Deputado Joaquim Machado, agradeço a palavras sobre a minha notoriedade. Eu interpreto as suas palavras como o reconhecimento da minha autonomia de pensamento, que é uma coisa que eu não sei se o senhor tem.

Queria ainda dizer, numa resposta ao desafio que o senhor lançou a mim e à minha bancada, que realmente assessores de imprensa, para ser muito franco consigo e num exercício profundo de memória que fiz, não encontro nenhum nome. Aliás, digo-lhe que nem há razão para encontrar nenhum nome, porque o PSD tinha uma máquina direccionada especificamente para esse sector.

Quando um Governo cria uma Subsecretaria para a Comunicação Social, tem uma visão estalinista e propagandista da acção governativa controlando a comunica social.

Era isto que queria reafirmar aqui.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O Sr. Deputado está com alucinações!

Deputado Mark Marques (PSD): O senhor não pensa livremente, simplesmente, não pensa!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Há ainda alguma agitação no reino da Dinamarca!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Raúl Rego:

Um ligeiríssimo esclarecimento.

Nós já percebemos e respeitamos que o Sr. Deputado Raúl Rego é um adepto fervoroso do contacto pessoal e um pouco alérgico a estas novas tecnologias.

Sr. Deputado, eu também penso sinceramente que não há nada melhor do que o relacionamento pessoal e não há nada verdadeiramente importante que não se consiga fazer através do relacionamento pessoal, mas não há dúvida que esses instrumentos facilitam, agilizam e inclusive podem induzir, como sabe, a alguns ganhos de produtividade.

Mais dois esclarecimentos que são importantes atentas as suas preocupações.

Quanto aos custos do INFOCID, a esse respeito Sr. Deputado, fique descansado, porque não nos custou um escudo. As máquinas, através do protocolo assinado com a Secretaria de Estado da Administração Pública e Modernização Administrativa, são cedidas de forma absolutamente gratuita.

Somos a região do país que já tem mais máquinas, faltando neste momento apenas cobrir, o que vai ser feito proximamente, creio mesmo que na próxima semana, a Ilha das Flores. Todas as outras ilhas e todos os seus concelhos, atenta também a sua densidade populacional, têm alguns deles várias máquinas.

Mas há aqui uma coisa que gostaria que ficasse clara. O INFOCID é um instrumento importante a que devemos aderir e obviamente não perdemos nada por aderir. A sua vertente mais importante e mais operacional é efectivamente ao nível da Internet, embora ainda seja importante ao nível da divulgação os outros tipos de portais.

Também gostava de dizer que algures numa das suas intervenções, o Sr. Deputado disse que essas máquinas muitas vezes estão avariadas.

Gostava de esclarecer que isso tem um pouco de verdade. Têm havido algumas deficiências da empresa regional que está obrigada a fazer a assistência a essas máquinas, mas como sabe essas máquinas resultam de um protocolo entre a Secretaria do Estado da Administração Pública e as SIBS e para além de disponibilizarem a informação INFOCID, disponibilizam, com excepção dos levantamentos, o acesso às funções multibanco e na generalidade dos casos, o que está avariado é o acesso às operações multibanco e não o acesso propriamente dito à informação do INFOCID.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Duas conclusões muito rápidas e uma observação.

A primeira conclusão é que, de facto, aquilo que eu disse relativamente a funcionários não docentes da Administração Regional que deviam estar a receber por uma nova categoria em que deviam estar integrados desde o dia 1 de Janeiro, não é mentira, é uma verdade. Fiz o desafio ao Governo Regional e tanto o Sr. Secretário Regional Francisco Coelho como o Sr. Secretário Regional da Educação, presentes, foram incapazes de desmentir.

A segunda conclusão também confirmativa é de que nunca os governos regionais do PSD contrataram assessores de imprensa ou fotógrafos, muito menos pagaram mais de 500 contos por mês a esses assessores que os senhores agora têm, nomeadamente, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que faz o favor de participar neste debate ainda que escudado só na figura regimental do aparte, o seu assessor de imprensa que percebe pelo índice 610 da função pública, embora sendo requisitado a uma imprensa privada onde provavelmente não receberia um terço desse vencimento.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Quanto é que é isso?

O Orador: É superior a 500 contos, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): O senhor é mentiroso!

O Orador: Sr. Presidente, eu não posso deixar passar intacto este momento de profunda deselegância do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas que me chamou mentiroso.

Portanto, o senhor está desafiado, para que eu não lhe devolva o epíteto, a provar que o seu assessor de imprensa, requisitado a uma empresa de Ponta Delgada, não percebe pelo índice 610 da função pública. Porque, das duas uma: ou o senhor não sabe o que diz, ou não sabe o que escreveu no fim dos despacho da respectiva requisição. Provavelmente as duas coisas.

Continuando:

Sobre a máquina que o PSD tinha montada para efeitos de comunicação social, Srs. Deputados do Partido Socialista, tal nunca aconteceu, nem eu tomo a veleidade ou a demagogia de considerar que o actual Governo da República, tendo um Ministro, um Secretário de Estado e Directores Gerais para esta área, que também tem uma grande máquina montada.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Devo só lembrar que em Fevereiro de 1993, o então Deputado do Partido Socialista na Assembleia da República Arons de Carvalho, apresentou naquela Assembleia um projecto de decreto-lei de apoio à comunicação social privada, nomeadamente às estações de rádio privadas, que se baseava na legislação criada nos Açores e que no seu preâmbulo fazia o respectivo elogio à política de Comunicação Social que nós aqui prosseguíamos.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, nós já ultrapassámos a nossa hora regimental. É previsível que o debate não acabe aqui.

Portanto, vamos interromper os nossos trabalhos até às 15 horas.

(Eram 13 horas e 05 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 25 minutos)

Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições. Faltam alguns Srs. Deputados na Sala, mas vão ficar prejudicados.

Vamos passar às intervenções.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Muito se tem falado de construções escolares nesta Assembleia, parecendo que o fundamental de uma escola, é se tem salas suficientes, se tem grandes espaços de recreio, se servem boas refeições, se caem pingos de água no ginásio, etc. etc. Mais do que nos edifícios há que investir nos processos. Mais do que nos “saberes” há que investir na formação das pessoas, de cada pessoa.

É esta a função de todos os educadores! O que teremos, com certeza neste século, são as pessoas. E, com certeza, queremos um futuro de pessoas **boas**, de pessoas de **bem**, de pessoas que estejam **bem consigo próprias**; quem apoia e ajuda a construir e a manter este património? Quem apoia a ecologia da pessoa?

Esta tem sido a mensagem e o desafio dos educadores empenhados na Formação Pessoal e Social, mas também o Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI, enunciando os quatro pilares da educação. São eles :

- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a viver juntos, aprender a viver com os outros;
- Aprender a ser.

Caberá então ao professor (a cada um dos professores) agir de acordo com os princípios das teorias do desenvolvimento pessoal e social e com os do sistema educativo. Parece-me assim, que cada professor deve ser um adulto:

- **com uma profunda e equilibrada formação pessoal e social;**
 - **com os seus valores pessoais devidamente clarificados;**
 - **com acções congruentes com os valores pessoais e sociais que defende;**
 - **com o domínio de metodologias específicas e intencionais consideradas como “mais” promotoras de desenvolvimento pessoal e social e, nomeadamente, com a aquisição de valores.**
- Educar é educar-se.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estão, ainda, presentes em muitos de nós e na memória colectiva, os discursos e as leis da ditadura fascista onde se determinava que a escola ensinasse o mínimo de cultura “fatal para a saúde moral e psíquica dos alunos” e que os seus programas deveriam ser “reduzidos às matérias essenciais: ler, escrever e contar correctamente”.

Mais tarde foi, ainda, dada à escola a função de “formar a personalidade moral dos alunos”, e acrescentavam: “O destino de cada criança pertence à moral e a moral ou é religiosa ou não é nada!”.

E, sabendo nós que a Escola herdou, e continua a herdar, esta cultura receou-se, durante muito tempo, uma formulação curricular que não fosse inovadora e que não considerasse as opiniões dos diversos sectores socio-políticos e educativos existentes na sociedade portuguesa. Mantivemos, também, o receio de “passar valores” pois isso seria, segundo esses, irremediavelmente, endoutrinar.

A Reforma Educativa e Curricular veio, apesar de tudo e finalmente, considerar e dar importância ao Humanismo e às Humanidades.

Creio ser claro que para se ser PESSOA é necessário a construção/desenvolvimento do “EU”; constituir uma unidade psicofísica em relação com o outro e a sociedade; ser reconhecida na sua singularidade; ser caracterizada por uma personalidade; precisar de ter acesso à autonomia e orientar-se por um ideal (sentido de vida).

É, assim, necessária uma relação humana e pedagógica que permita que a criança ou adolescente se desenvolva no sentido de ser um adulto em toda a sua plenitude o que pressupõe uma profunda e equilibrada formação pessoal e social, ser capaz de possuir e de construir as características essenciais da personalidade.

Temos de preparar os jovens nas escolas para um mundo de:

- cidadania activa e participação na democracia
- liberdade responsável e liberdade de escolha
- justiça para todos e erradicação das injustiças
- paz interior e desenvolvimento da **pessoa como um todo**
- procura e celebração da verdade.

Não se pode prever, assim, uma escola neutra, mas uma escola que assegure a formação moral e cívica dos jovens dirigida para a democracia.

Felizmente, os Açores já possuem vários docentes habilitados para leccionarem a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, mas ainda não são os suficientes, de forma a que em todas as escolas se possa iniciar um projecto de intervenção para o apoio à construção e ao desenvolvimento da PESSOA.

Para não falar de outras dou o exemplo da escola a que pertenço, a Escola Básica Integrada de Nordeste, de que ultimamente muito se tem falado. Seria ingrato da minha parte não agradecer aos meus camaradas de bancada, ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e a toda a Secretaria Regional da Educação e Cultura, o empenho e a paciência que tiveram em ouvir-me e à Deputada Nélia Amaral, para que se conseguisse transferir alguma verba de forma a que as obras se pudessem iniciar ainda este ano.

Sinto-me muito feliz por este sonho se realizar, pois fui eu, que em 96 sensibilizei o Governo Regional para a necessidade do arranque desta obra tão desejada e merecida pelos nordestenses.

Fiquei também contente por ver alguns, que durante vários anos, não se manifestaram, agora tudo fazerem para protestar, anos esses em que as telhas da escola voavam pelos ares, pondo em perigo vidas humanas.

Durante os anos de 92 a 96, viam a escola com plástico e ripas a substituir os vidros, sabiam que os alunos tomavam banho de água fria no final das aulas de Educação Física, sabiam que os quadros das salas não estavam em condições, contribuindo assim para o insucesso escolar, que havia salas sem luz e sem corrente eléctrica, portas que não fechavam, alunos do 2º ciclo que andavam todo o dia com a mochila às costas, que havia falta de mobiliário, que as escolas do 1º ciclo estavam a necessitar de obras e ampliação, assim como durante mais de 17 anos não deram conta que havia professores do 1º ciclo no Nordeste, que não recebiam o subsídio de fixação. Ainda bem que o Governo mudou em 96, senão haveria muitas coisas que determinadas pessoas não viam, ou melhor não lhes interessava ver. Parece que o Governo do Partido Socialista até resolveu problemas de cegueira a muita gente. Não se queixem do aumento das despesas com a saúde.

Realmente a mudança de Governo em 1996 foi uma lufada de ar fresco a todos os níveis e no Nordeste bem se notou, principalmente na Educação, com o arranjo da grande maioria das escolas do 1º ciclo, da remodelação do seu mobiliário e equipamento, pois todos os núcleos escolares têm a sua fotocopiadora. Com a criação do Fundo Escolar, fundo esse destinado a pequenas reparações e manutenção das escolas, acabou-se com o aspecto de degradação da Escola Básica Integrada com o Secundário, que se arrastava entre os anos de 92 a 96.

Graças ao Governo do Partido Socialista os alunos do Nordeste puderam ver os quadros das salas substituídos, vidros e portas em condições, ter o seu duche de água quente, cacifos para guardar as suas mochilas, remodelação das armações e luz eléctrica em todas as salas de aula, tendo assim mais e melhor luz, rampas para os deficientes, material informático e Internet na sua escola.

Foi também o Governo da “Nova Autonomia” que levou o Programa de Formação Profissional (PROFIJ) abrindo novos horizontes a alguns jovens, assim como uma Extensão do Conservatório Regional de Ponta Delgada, criando assim, pela primeira vez, igualdade de oportunidades ao Nordestenses. A colocação de um psicólogo a tempo inteiro é neste momento uma realidade.

Mas, são hoje os que mais criticam a actuação dos Governos Socialistas, aqueles que nada fizeram no passado, para termos no Nordeste o Ensino Profissional, onde já se investiram mais de 120 mil contos, criando assim novas oportunidades de trabalho para os jovens. Senão vejamos:

Iniciando as suas actividades em 9 de Fevereiro de 1998, a Escola Profissional de Nordeste, abre com os cursos de Técnico de Gestão Agrícola e Técnico de Construção Civil/Condução de Obras e, no ano seguinte, o Curso Técnico de Turismo/Profissionais de Informação Turística. Dos 24 jovens que concluíram os dois primeiros cursos 18 já se encontram no mercado de trabalho de diversas empresas ou instituições.

No corrente ano lectivo iniciaram-se 4 novos cursos:

Empregado de Andares/ Quartos
Operador de Electricidade de Edificações
Informática /Qualificação
Técnico de Contabilidade.

Gostaria de salientar que dos 66 formandos, 33 são do sexo feminino, o que nos leva a ter esperança de estarmos a resolver um dos graves problemas do Nordeste, que é o emprego feminino, preparando assim jovens para o desenvolvimento e modernização do tecido produtivo do Nordeste.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Ensino Profissional no Nordeste é, sem dúvida, mais um dos marcos históricos da governação do Partido Socialista. A adaptação ao Ensino Secundário e ampliação da Escola Básica Integrada do Nordeste (que gostaria de vos dar mais informações sobre todo o processo de arranque da obra, mas até à data o Sr Presidente da Câmara não respondeu ao meu ofício enviado a 4 de Abril, onde, se calhar, vamos ter algumas surpresas) é, sem dúvida, mais uma prova da boa vontade deste Governo, apoiado pelo seu grupo Parlamentar, em ajudar os mais desfavorecidos geograficamente, embora muitos se esforcem por provar o contrário.

Como nos encontramos numa fase de reforma educativa e considero também que o amor e o humor são as principais armas educativas, gostaria de partilhar convosco um excerto do diário de um aluno desprevenido (mas lúcido) acerca de uma escola e dos professores desprevenidos.

É a história do Justino. Aquele que quer justiça e pretende ser justo.

“Eu sou o Justino. Hoje tive um desgosto de amor. Porque é que na escola me dizem que devo respeitar as raparigas e os homens lá da minha banda me dizem para as engatar?

Bom mas este desgosto de amor deu-me para ficar aqui comigo a pensar acerca de coisas sérias. A verdade, verdadinha é que ando muito baralhado. Mas, acho que os professores e a minha escola também. Olhem para isto:

Em Matemática põem-me a comprar berlindes e rebuçados (eu nem tenho dinheiro para isto!) e em Ciências dizem-me que os rebuçados fazem mal á saúde. Meio confuso entro no bar (onde a Sôtora de Português que escreveu um abaixo assinado pela paz em Timor está a dizer mal duns colegas dela e dos funcionários da escola — uma guerra) deparo-me com uma montra de doces lindos, coloridos quase sexys. Como-os ou não os como? Também se resolvesse comprá-los havia de haver um professor que passava à frente — eles têm sempre mais pressa, ou mais fome ca’gente!

É claro que me apetece o raio dos doces até porque já vinha meio chateado com a Dr^a Estela que passa a vida a pregar para sermos amigos, companheiros, solidários e outras balelas, só porque me viu a ajudar o Alberto e depois no recreio a pôr-lhe um braço por cima para o consolar, perguntou-me:

— Ouve lá rapaz , agora deste em maricas?

Esta coisa de maricas e de educação sexual também não me confunde mesmo. Se estamos a segredar entre colegas todos os professores nos olham como se estivéssemos a falar de sexo. Às vezes até estamos! Mas, se lhes perguntamos alguma coisa parecem burros — ou não respondem, ou dizem que não sabem, ou para perguntarmos em casa, ou se não vimos na televisão.

Coisas assim!

Alguns lá se armam em heróis e mostram-nos umas gravuras com pintainhos (coelhinhos não, pois lembra a Playboy!) e florinhas ou linhas e estações de comboio — e depois dizem-nos que o que é preciso é amor. Pois! Então aproximo-me de uma rapariga como um franganito, a fazer poucaterra, poucaterra como o comboio, ou demonstro-lhe amor?

Também,... conforme a outra me perguntou se eu era “neão”, também se me vêem com uma rapariga até põem a espreitar pelas persianas da sala de professores. Ou são mirones ou têm a mania que são polícias!

Será que os meus professores namoram e fazem amor?

Acho que não!

Bom! Mas, a Adriana não me sai da cabeça! E depois aquele sotaque brasileiro até me embala durante a noite. Mas, na minha família todas as mulheres são muito trabalhadoras e a minha mãe avisa-me:

— Filho,... escolhe uma rapariga trabalhadora, que te ajude!...

Para além da Adriana não ter muito boas notas (o que me faz desconfiar se é preguiçosa ou se está caidinha por mim) ontem pus-me a estudar as Descobertas, para Estudos Sociais, e vejo lá escrito no livro: “os Portugueses descobriram o Brasil. O Brasil era uma terra fértil mas como os brasileiros não gostavam de trabalhar os portugueses foram obrigados a levar para lá negros de África que por sua vez se tornaram escravos”.

Já não sei nada!

Será que a Adriana não gosta mesmo de trabalhar só porque é brasileira?

E esta dos pretos eu não engulo, também. Então eles são parvos ou quê? Algum branco se quer tornar escravo?

Mas, todos os meus professores dizem que somos iguais. A verdade, verdade é que me pus a reparar que os únicos cartazes que existem na escola com miúdos pretos- ou estão a chorar, ou são cadáveres de fome, ou são leprosos ou não têm pernas,... coisas assim! Haverá males só p’ra pretos? Não há brancos com problemas? Não Há pretos como eu?

Até tenho pena deles. Noutra dia quando o Dr. Celestino nos mandou escolher, a todos, um texto de Língua Portuguesa, o Moisés escolheu um do Mía Couto (por acaso muito bonito com palavras gordas, perfumadas e quentes) e o gajo disse que aquilo não era Português.

Ah! Mas isto do racismo não é só com os pretos.

São os que não vêm vestidos à “Betinho”, são os das freguesias, são os das ilhas- então se é da Terceira ou do continente é melhor não o dizer e tentar mudar o sotaque.

Pois é! “O Mundo é a nossa casa!” É! É! É!... A gente está mesmo a ver!

Aquela do “sentido crítico”, também tem muita graça. Ah! Essa tem!

Quere-se um jovem com opiniões diferentes e a expressá-las e ...toma!

Ou mandam-nos calar, ou dizem para falarmos no recreio ou, pior ainda, se num teste resolvemos pôr a nossa opinião (mesmo naquelas perguntas que dizem “Qual a tua opinião acerca de qualquer coisa” e sa’ gente põe mesmo a nossa opinião e se ela é diferente do que os professores dizem... TAU! Cortam logo alguns valores, e o nosso sentido crítico.

Agora que me começaram a vir à cabeça os professores e a escola, parece-me que ninguém está de acordo ou não sabem o que querem:

— Dizem que se deve ser honesto e depois ficam quase todos invejosos daquele que parece que fez um desvio lá na empresa e agora tem uma bruta vivenda.

— Dizem que o trabalho é bom, enobrece o homem e coisa e tal... mas quando nos castigam não sabem mais nada senão pôr-nos a trabalhar. Então o trabalho é um castigo ou uma coisa boa?

— Dizem para participarmos, que não temos ideias e outras coisas e quando fazemos alguma sugestão dizem que somos parvos ou que quem manda são eles.

— Mandam-nos ler muito e se quero requisitar mais do que um livro de cada vez não posso.

— Elegemos o Victor para chefe de turma e vêm logo dizer que não sabemos escolher, que escolhemos o pior. Metem-se com o rapaz. Mas andam sempre a ver se ele se descose a dizer coisas acerca de nós. Espertos!

— Plantámos árvores, no Dia da Árvore, e nenhum professor nos dá 5 minutos para as irmos regar. O que se aprende dentro da sala é que é importante. Claro! Melhor as árvores estarem no meu quintal assim não morriam. Também não faz mal, para o ano lá plantamos mais umas para secarem também, mas até podemos aparecer no jornal “Alunos da Escola tal comemoram o Dia da Árvore”.

— Agora mandam-nos pesquisar. Pesquiso o quê e onde? Lá vou à biblioteca (livros chatos) pergunto aos meus pais (não sabem). Também já desisti só os tipos que têm Internet é que trazem novidades e têm as melhores notas, p’ra que é que eu me vou chatear?

— Por falar nos meus pais, eles já nem vêm cá à escola. Os professores só falam para os doutores. E, eu também não insisto. É claro quando eles vêm às reuniões vão sempre para casa “marrar comigo” (Portas-te mal! Não estudas! Andas com más companhias! Coisas assim...) Afinal quem é que diz bem de mim?

Sei lá! Ando tão baralhado! Ou andei, mesmo, muito desprevenido.

Mas isto deve ser mal desta escola parece que andam todos desprevenidos, ou não pensam ou não chegam a acordo entre eles. Sei lá!

Bom, mas como em todas as histórias que acabam em bem, também tenho de dizer que há, ainda, uns gajos fixes!”

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Depois deste momento juvenil, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Tenho de confessar, porque em regra geral em quase todas as ocasiões da minha vida ponho nelas o máximo da sinceridade, de que gostei desta parte final da intervenção do Sr. Deputado Nuno Amaral que me pareceu uma autobiografia. Todavia fiquei na dúvida se se tratava da sua autobiografia enquanto aluno, ou se eventualmente de algum outro camarada de bancada dadas algumas referências geográficas que foram introduzidas pelo meio.

Tirado este pequeno espaço de divertimento, provavelmente para distender algumas questões bem mais sérias que já foram hoje reflectidas nesta Câmara, e a parte inicial da sua intervenção, tenho que dizer que fico com a convicção de que “antes eram as trevas e depois fez-se a luz”.

Esse fiapo de luz foi no momento em que o Partido Socialista entrou para o Governo.

Num relampejo das divindades, repararam-se os telhados, as janelas, os esquentadores, as correntes eléctricas e tudo o mais que, no tempo em que o Sr. Deputado Nuno Amaral era Presidente do Conselho Directivo daquela escola, estava em muito mau estado.

Eu não vou duvidar, até por uma questão de rigor e de respeito à verdade, que existiam em 1996, quando o PSD deixou de ser Governo, algumas coisas que não estavam bem na Escola do Nordeste. Como em escolas novas, 15 dias depois da inauguração, chove dentro, é evidente que em escolas com o tempo desta, que foi construída pelo PSD, naturalmente que algumas coisas deviam funcionar menos bem.

Mas se a escola tinha esta premência de actuação, não eram uns pequenos remendos, uns pequenos paliativos que resolviam a situação.

Portanto, justificava-se que o Partido Socialista e o seu Governo Regional tivessem actuado e rapidamente.

Não faltou boas intenções, porque em 1999, na proposta de Plano trazido a esta Assembleia em Novembro de 98, já o Governo Regional do Partido Socialista dizia “elaboração e aprovação do projecto de execução e início da empreitada.” Ia-se iniciar em 99.

Presidente: Sr. Deputado, chamo a atenção para o tempo.

O Orador: Vou já concluir.

No ano 2000, voltava a referir início da empreitada.

Na proposta de Plano para 2001, não dizia nada. Dizia apenas que em 2002 ia iniciar a obra.

Sabe quando é que ela nos planos do Governo devia estar concluída? Em Setembro.

Ela vai arrancar depois da data em que devia estar concluída.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Renato Leal (PS): Não faça referências ao “Justino”!

O Orador: Espero que tenha percebido a história que eu li.

No que se refere às obras da escola, eu disse na minha intervenção que gostaria de lhe dar mais informações sobre o atraso das obras. Já mandei há tempos um fax ao Sr. Presidente da Câmara para me dar informações e até à data ainda não obtive nenhuma resposta.

Também posso dizer-lhe que, segundo me parece – não tenho a certeza, porque as certezas só podem ser dadas pelo Sr. Presidente da Câmara — o projecto da escola ficou concluído e foi entregue na Secretaria da Educação no dia 11 de Janeiro de 2001. Esse projecto é da responsabilidade da Câmara.

Quanto à escola, quando eu lá estive, posso dizer-lhe que sempre fiz da escola a minha segunda casa, dei o melhor por ela e julgo que consegui resolver muitos problemas.

Na resolução desses problemas, tive a ajuda de um companheiro vosso — o Dr. Aurélio da Fonseca, que foi uma pessoa que sempre me compreendeu — apesar de, aos Domingos de manhã, durante dois anos, ter andado um travesti a atacar-me num jornal.

Eu aguentei tudo isso e tive sempre o apoio da Secretaria da Educação.

Eu gostaria de lhe dizer que quando o Governo do Partido Socialista entrou, eu levei o Sr. Presidente do Governo Regional e a Sra. Directora Regional à escola para verem em que estado é que ela estava. A partir daí, tivemos todo o apoio.

Eu tinha pena de a minha segunda casa ter vidros partidos e não ter dinheiro para os pôr. Eu tinha pena de ver os meus alunos do Nordeste, nesta situação e posso dizer-lhe, Sr. Deputado, que os alunos do Nordeste são os melhores desta Região. Dêem-lhes oportunidades que eles mostram e já mostraram a todos os níveis, até mesmo ao nível desportivo, só que não têm tido grandes condições para demonstrar isso, mas vão ter.

Quanto à obra, eu fico muito contente porque as obras vão arrancar este ano. Foi um dos sonhos que eu sempre tive, ou seja, além da criação do ensino secundário, ter a possibilidade de dar àqueles alunos as mesmas condições que os alunos de qualquer parte desta Região.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo chegou ao fim.

O Orador: Que pena! Só mais um minuto.

Quanto ao projecto, posso dizer-lhe que tenho aqui um jornal, o *Nordestense*, — deve conhecer bem! — que em 5 de Dezembro de 96, dizia: “O Presidente do Conselho Directivo, Professor Nuno Amaral, apresentou um projecto que gostaria de ver realizado num futuro próximo, um edifício para 4 laboratórios, 4 salas de aulas, acrescentado que o mesmo iria resolver os problemas que actualmente defronta o estabelecimento que é a falta de espaço. Os jovens teriam um futuro mais risonho e com este projecto a nossa região deveria ser beneficiada”.

Como está a ver, agora andam muitos aí preocupados, a aparecer todos os dias na televisão, a fazer artigos para os jornais, a dizer que é que fizeram isto, aliás, é que fazem tudo. No ano 2001 vai aparecer muita coisa feita por essa gente, mas se eu tiver a resposta no próximo plenário eu mostro-lhe de quem foi a culpa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Começando por algumas questões que ficaram fora da intervenção anterior, naturalmente por falta de tempo.

Incentivos.

De facto, durante muito tempo não houve incentivos para o 1º ciclo no Nordeste, mas houve os suficientes para se fixar lá professores vindos dos mais variados lugares, como foi o caso do Sr. Deputado Nuno Amaral.

Portanto, sobre o trabalho feito nesse domínio, nós também temos a consciência muito tranquila.

Parece-me que a sua intervenção, — faltou também referir em termos apreciativos — é uma espécie de candidatura à Câmara Municipal do Nordeste de alguém que já perdeu uma vez e que já tem um ano suficiente para se lançar novamente nessa batalha.

De facto, vir imputar responsabilidades ao Presidente da Câmara do Nordeste no atraso da obra, é das coisas mais diletantes que eu já ouvi neste Parlamento.

Repare:

A obra é uma responsabilidade exclusiva da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Em relação à verificação dos atrasos, do adiamento que a Secretaria Regional da Educação e Cultura fez deste projecto, basta referir que no ano de 1999, de 50 mil contos, gastou zero escudos e nesse ano, sim, para elaboração do projecto e não executou também em 2000, porque ele sendo entregue à Câmara Municipal do Nordeste no dia 11 de Janeiro de 2001, não me venha o Sr. Deputado dizer que a responsabilidade é do Presidente da Câmara do Nordeste. Como de resto continua a não ser da Câmara Municipal do Nordeste a responsabilidade do atraso, porque na proposta de Plano que o Governo Regional do seu partido apresentou aos parceiros sociais, nomeadamente à Associação de Municípios, a obra de ampliação e adaptação da Escola Secundária do Nordeste tinha zero escudos em 2001.

Naturalmente que o Sr. Presidente da Câmara do Nordeste, com toda a boa vontade e com o empenhamento que pôs nesta questão, substituindo aquilo que é uma responsabilidade do Governo, não podia avançar com um processo quando tinha zero escudos.

Mais. No dia 6 de Abril, nós PSD, propusemos aqui a inscrição de uma verba no Plano de 2001 para a Escola do Nordeste, no valor de 200 mil contos.

Deputado Nuno Amaral (PS): Até podia ter proposto mais. Para quem nunca fez nada lá, até podiam ter posto mais!

O Orador: Os senhores acharam que esse valor era exagerado e retiraram-lhe um zero. Aprovaram a vossa proposta de 20 mil contos.

Passados menos de 15 dias, numa audiência do Sr. Presidente do Governo, Sr. Carlos César, com o Dr. José Carlos Carreiro, Presidente da Câmara Municipal do Nordeste, qual não é o nosso espanto, quando ouvimos da boca do Sr. Presidente do Governo a afirmação “tenha calma, não há problema, vamos reforçar a verba!”. Isto significa que nós PSD tínhamos razão na nossa proposta.

Se mais dúvidas houvesse de que este Governo anda à nora em termos de rumo e de estratégia em construções escolares, essa constatação do Sr. Presidente do Governo 10 dias depois da vossa bancada ter aprovado 20 mil contos em vez dos 200 que nós PSD propusemos, é a prova evidente que, de facto, os senhores não sabem o que fazem, nem sabem para onde vão neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Francisco Barros (PSD): Vocês não sabem o que dizem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Amaral.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei se a televisão que o senhor vê lá em casa é a que eu vejo. Realmente, eu não me lembro de ter ouvido o Sr. Presidente do Governo Regional dizer “tenham calma que a gente vai reforçar!”. Eu ouvi o Sr. Presidente do Governo Regional dizer: “as obras da Escola do Nordeste vão começar!”.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Eu compreendo que o senhor entre começar e reforçar tenha percebido mal. Se calhar estava a fazer outras coisas e não se apercebeu daquilo que estavam a dizer.

Eu não ouvi isso, mas eu tenho isso gravado, posso-lhe mostrar e tiramos as dúvidas.

Eu tenho aqui um boletim municipal de Outubro de 99, da responsabilidade do Dr. José Carlos Carreiro, que diz:

“Obras na Escola Básica do Nordeste.

A Assembleia Municipal, aprovada a intenção da Câmara Municipal, em autorizar a edilidade a abrir concurso para elaboração do projecto cujo concurso público foi ganho por uma gabinete de projectos pelo valor de...

O projecto vai ser executado durante 3 meses e meio, (105 dias), e será posto à consideração ...”

Em Outubro de 99, através do contrato ARAAL, diziam que eram 105 dias. O Sr. Deputado faça as contas de Outubro de 99 a 11 de Janeiro de 2001.

Quanto à minha candidatura, o senhor referiu que eu já perdi uma vez. Eu nunca me lembro de ter sido candidato a nada.

Eu no Nordeste, nem a Presidente da Junta fui candidato, mas gostaria de passar por essa experiência, porque julgo que é um lugar que está bem perto das pessoas.

Eu nunca fui candidato, nem estou a preparar aqui a minha campanha, embora reconheça que já há algum mal estar quando avançam com o meu nome.

Deputado João Cunha (PS): É no Partido Socialista? Se calhar é algum que não goste!

O Orador: Não deve ser. Eu não sei quem será o candidato, mas em Dezembro nós vamos contar os votos, não se preocupe, embora saiba que areia, cimento...

Deputado João Cunha (PS): Têm dado pouco!

O Orador: ... e outras coisas a gente não tem. Nós vamos trabalhar com outros trunfos.

Quanto aos incentivos à fixação de professores...

Presidente: Sr. Deputado, é melhor deixar os incentivos para a próxima intervenção, porque já ultrapassou o seu tempo.

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente.

Quanto aos incentivos à fixação, eu não fui para o Nordeste por causa dos incentivos. Quando concorri nem sequer sabia que tinha incentivos, mas orgulho-me muito de resolver problemas naquela escola que outros tiveram lá muitos anos e nunca os resolveram, ou não quiseram resolver. Posso-lhe dizer que orgulho-me bastante, porque houve quem sempre pôs outros interesses acima dos interesses dos alunos, mas eu sempre defendi-os e vou continuar, porque é para isso que eu trabalho.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Implicitamente, o Sr. Deputado Nuno Amaral, como de resto não podia deixar de ser, tenta reconhecer que aquela escola foi construída, como de resto isso é um facto inquestionável, pelos Governos do PSD.

Na sequência da sua intervenção, parece-me que há aqui alguns pormenores a acertar.

Um deles que no meu entender também merece uma grande reflexão, prende-se com o sistema de incentivos à fixação de professores que nós temos neste momento.

Se no tempo do PSD não era perfeito, — eu não tenho problemas em admitir isso — o actual parece-me muito mais imperfeito, porque cria desigualdades e injustiças que levam, designadamente, a que dentro da cidade de Ponta Delgada haja professores que nunca leccionaram fora das Escolas Secundárias de Ponta Delgada e recebem uma percentagem elevada do seu vencimento como acréscimo salarial, recebem juros para pagamento de crédito concedido para efeitos de habitação, enquanto que em zonas mais complexas das nossas ilhas, como o Nordeste, há docentes que deixaram de receber qualquer incentivo. Mas essa seria uma outra reflexão.

Relativamente àquilo que é responsabilidade da Câmara Municipal do Nordeste, devo informá-lo que continuando a substituir aquilo que é uma responsabilidade do Governo Regional nesta matéria, a Câmara Municipal do Nordeste, até já abriu as propostas e já encontrou a empresa construtora, através da apreciação das propostas, para executar aquela obra.

Só que num telefonema entretanto recebido do Sr. Presidente da Câmara do Nordeste, por um companheiro da minha bancada, coloca-se sempre uma questão que era aquela que eu sempre aqui trouxe em Abril, quando discutimos o Plano a Médio Prazo, e já neste momento.

A verba tem, de facto, que ser reforçada, porque só os 20 mil contos não dão para pagar o projecto.

Sobre esta matéria estamos conversados.

Quanto ao senhor ser ou não ser candidato, de facto, eu errei e gosto de corrigir todos os meus erros.

O senhor nunca foi candidato, foi apenas candidato a candidato.

Se me é permitido, Sr. Presidente, eu tenho que fazer uma correcção sobre uma afirmação feita aqui no nosso plenário durante a manhã e que não está correcta.

De facto, quando aqui discutimos questões relacionadas com assessores, nomeadamente assessores de imprensa dos gabinetes dos Srs. Membros do Governo, eu cometi um erro do qual me quero penalizar.

Deputado Cabral Vieira (PS): Isso já não tem nada a ver para aqui!

O Orador: O assessor do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, de facto, não recebe pelo índice 610 como eu referi. É falso.

O assessor do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas não recebe pelo índice 610, mas sim pelo índice 830, o que corresponde a 502 mil 255 escudos, ou seja, está no índice equivalente ao penúltimo escalão da categoria de assessor principal, o que demoraria, para quem estivesse na carreira, a um tempo de permanência e com boa progressão de 20 anos.

Presidente: Sr. Deputado, quando disse que ia corrigir um erro, a Mesa não teve qualquer intervenção. Simplesmente, o Sr. Deputado levanta um problema que nos pode reconduzir a uma situação anterior.

Agora, eu terei que avaliar se esse tema vai voltar a ser debatido.

Nós estávamos a tratar dos problemas da Escola do Nordeste e agora é introduzida uma questão que já não estava em debate.

Portanto, eu penso que não terá sido muito correcto da sua parte introduzir isso agora, mas como começou dizendo que queria corrigir, eu pensei que era coisa e não exactamente isso, de maneira que agora a Mesa sente-se obrigada a facultar a palavra às outras pessoas, nem que seja pelo princípio do contraditório, que queiram entrar nesse debate.

Há aqui um problema delicado em termos de direcção dos nossos trabalhos.

Embora estejamos a debater o Nordeste, eu terei que permitir qualquer intervenção sobre essa matéria, sob pena de estar a privilegiar o Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Para fazer uma interpelação.

De bom agrado e sem qualquer ressentimento como me é habitual, tomo em boa consideração as palavras que me acaba de dirigir, mas pretendia saber que disposição regimental é que acabei de violar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Leia o Regimento. Leia a parte dos pedidos de esclarecimento!

O Orador: Eu acho que é sempre elementar nós fazermos as correcções sobre aquilo que eventualmente não tenha correspondido à verdade.

Nesse contexto, de uma outra correcção que estava a fazer aproveitei para fazer esta.

Se violei alguma disposição regimental, antecipadamente peço desculpa.

Presidente: Eu posso explicar isso.

Naturalmente violou. Os pedidos de esclarecimento, segundo as regras regimentais, dirigem-se à intervenção que foi feita pelo orador anterior.

Portanto, presume-se que o tema é sempre esse que está em debate.

Imagine o Sr. Deputado que entrávamos aqui no esquema de cada um falar do que queria. Isto era perfeitamente anárquico.

Compete à Mesa e ao Presidente evitar a anarquia aqui dentro.

Na verdade, não foram cumpridos os Estatutos, mas para assegurar o princípio do contraditório, eu tenho agora o dever de permitir que outras pessoas falem sobre o mesmo assunto. Parece-me que isso é elementar.

Neste momento está inscrito o Sr. Deputado Nuno Amaral, a quem dou a palavra.

Deputado Nuno Amaral (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto ao subsídio de fixação que aqui foi referido pelo Sr. Deputado Joaquim Machado, não esqueça que esse subsídio era dado quando o Nordeste tinha 80% de professores sem habilitação. Neste momento, julgo que os professores que estão a leccionar no Nordeste, praticamente 95%, ou são licenciados ou têm habilitação própria.

Além disso, há muitos professores desempregados.

Por isso, julgo que teremos que passar para outro tipo de incentivos que julgo que têm que ser dados aos professores que estão em zonas carenciadas.

Esse subsídio monetário não tem fixado praticamente ninguém.

Gostaria também de ler aqui uma entrevista que o deu o Sr. Presidente da Câmara em que disse — posso, depois, dar-lhe cópia se tiver dúvida:

“A Câmara Municipal do Nordeste arrancou com o processo junto da Secretaria Regional da Educação e Assuntos Sociais, disponibilizando-se para executar as obras através de contrato ARAAL.

Estas têm um custo estimado em cerca de 4 centenas de milhares de contos”.

Já que o senhor sabe da abertura das propostas e quem ganhou, gostaria que afirmasse nesta Câmara qual a empresa que ganhou e quanto é que vai receber para fazer a obra (se são realmente os 400 mil contos para executar a obra).

Deputado João Cunha (PSD): Não é!

O Orador: Eu sei que não é, mas gostaria que fosse o Sr. Deputado a responder.

Deputada Berta Cabral (PSD): Pergunte na Assembleia Municipal!

O Orador: Pois. Eu sei que as coisas quando não é interessam, passam para outro campo.

Então se o Sr. Deputado ou outro qualquer recebe telefonemas do Sr. Presidente da Câmara a dizer que já abriu isto e já abriu aquilo, eu como nordestense fico preocupado porque realmente ele é capaz de dizer coisas aos deputados que não diz aos nordestenses.

Por isso, é bom que se esclareça isso.

Deputado João Cunha (PSD): É por isso que ele ganha as eleições.

O Orador: Coitados dos nordestenses!

Deputado Mark Marques (PSD): Olhe que não!

O Orador: Os senhores têm sempre a mania de dizer que “nós construímos isto, construímos aquilo”. É verdade, eu não ponho isso em causa.

Outro dia entrei numa tasquinha no Nordeste — eu hoje estou de contador de histórias —...

Deputado João Cunha (PSD): Tem jeito para isso!

O Orador: ... e falei lá com um senhor com pouca formação. Ele começou a falar e disse-me que o Dr. Mota Amaral muito fez pela Região, construiu isto, construiu aquilo.

Eu disse: “Ó meu amigo, se amanhã aparecesse uma ilha nova, o que é que o senhor fazia nessa ilha”.

Presidente: Sr. Deputado o seu tempo já terminou.

O Orador: Ele disse: “Eu, se fosse Presidente de uma ilha nova, construía escolas, centros de saúde, aeroportos!”.

O que é que vocês fizeram?

Até este senhor, o tio Manuel, disse que construía isso.

Era uma obrigação vossa. Qualquer governo construía isso.

Pelo amor de Deus!

Presidente: Srs. Deputados, eu peço-vos que mantenham alguma disciplina no debate e sobretudo não aproveitem as intervenções para responder, se não isto é um jogo de perguntas e respostas. Mais parece o programa “Jogo Falado” do que propriamente a Assembleia Regional dos Açores.

É necessário termos algum cuidado com isso e respeitar minimamente o Regimento.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, não é meu hábito falar de questões tão particulares. De resto, nunca frequentei nenhuma Assembleia mui digna como esta. Naturalmente que as outras anteriores a esta que eu costumava frequentar, não eram tão dignas quanto esta, mas em nenhuma dessas assembleias que frequentei, quer como jurista, quer como presidente de várias assembleias de várias associações, nunca se chegou à baixeza de se perguntar salários de pessoas.

As pessoas têm a sua dignidade, as pessoas têm a sua privacidade e a elegância apregoada deve ser praticada.

Mas como é meu timbre não fugir às questões que me são colocadas e pedindo desculpa, eventualmente ao colaborador que comigo trabalha, terei naturalmente que esclarecer esta Câmara e reafirmar que é mentira o que foi dito.

Mentira, porque o que os açorianos têm que saber, não são índices de 830 ou 610. O que os açorianos têm que saber é, efectivamente, quanto é que recebe.

O Deputado que fez a interpelação, que fez a pergunta, foi claro naquilo que disse e por isso mereceu e sujeitou-se ao epíteto que eu acabei por ter que dizer.

Ele disse que o assessor percebe. Percebe e em português, só tem um significado: recebe.

Percebe, em qualquer dicionário de português, tem o significado de recebe.

Eu tenho aqui a folha do mês do Abril, do funcionário em causa. Ele recebeu 348 mil 814 escudos.

Quando se fala de assuntos sérios, quando se responde sério, embora quem invoca os factos é que o tem que provar e o desafio da sua parte é ilegítimo, não custa nada dizer que o senhor não tem razão, que o senhor está mal informado e que vem para aqui levantar questões de pouca elegância e que obriga a que eu tenha que dizer que o senhor é mentiroso.

Deputado Victor Cruz (PSD): O PS é que fez propostas de alteração para pôr na rua os assessores!

Presidente: Srs. Deputados, eu creio que este assunto deve ficar encerrado por aqui. Não vamos agora entrar no debate sobre quanto é que recebem a pessoas, quanto é que ganham, se tiram férias ou não tiram.

Srs. Deputados, eu vou suspender os nossos trabalhos por 10 minutos.

(Eram 16 horas e 15 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Srs. Deputados, a Mesa suspendeu os trabalhos por alguns momentos na tentativa de retomarmos o fio à meada.

Entretanto, estamos ainda no período de antes da ordem do dia e ainda existem tempos disponíveis por parte dos partidos políticos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito obrigado, Sr. Presidente, por me conceder a palavra para um esclarecimento, embora na minha modesta interpretação do Regimento o pudesse fazer para defesa da honra, mas entendo que isso não deve ser um recurso, como entendo também que só me ofende quem eu deixo.

Quanto à nobreza dos princípios e do tipo de debate que se faz nesta Assembleia, nesta ou noutras, aqui tive oportunidade de durante 7 anos, como membro do Governo, e no período que decorre desta legislatura, de colocar todo o meu esforço, todo o meu empenho, toda a minha seriedade e sinceridade.

Aqui, durante todo este período, como em outros fóruns, em outras assembleias gerais, uma das quais em que sou presidente, jamais alguém dirigindo-se a mim ou a outrem, ousou utilizar o termo aqui proferido pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, de mentiroso.

Sobre a matéria que estamos a discutir, trata-se de uma matéria que também deve ser objecto da nossa preocupação.

À Assembleia compete fiscalizar a actividade do Governo e fazer uma requisição, nomear um assessor ou um outro qualquer cargo de dirigente, é um acto do Governo. Como tal, deve ser objecto da nossa apreciação.

Tanto assim é, que a própria lei determina que esses actos sejam também plasmados no Jornal Oficial para garantir a transparência que esses actos devem conter.

Foi nestes termos que eu trouxe uma matéria que não é de menor interesse, nem é de natureza pessoal, nem de qualquer outra característica de menos importância.

Devemos debater isto, porque se há matéria que prejudica a imagem dos detentores de cargos políticos, é exactamente a da remuneração.

Por muito que isso custe ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, não é ele que determina quais as matérias que esta bancada, que o PSD terá que utilizar para fazer a fiscalização dos actos públicos.

Tenho, de facto, que continuar a insistir que o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas utilizou termos que nunca havia ouvido nesta Câmara. Ele fê-lo por duas vezes hoje, em relação a mim, como já o havia feito em relação ao meu companheiro de bancada Luís Henrique de Sequeira Medeiros, noutra ocasião.

Disse e repito: é isso que está publicado num despacho assinado pelo Sr. Secretário que mereceu também o consenso do Sr. Secretário da Administração Pública para esta matéria, bem como pelo Sr. Secretário Regional das Finanças.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo já terminou.

O Orador: O assessor em causa percebe pelo índice 830 da escala salarial das carreiras do regime geral da Administração Pública, equivalente a 502 mil 255 escudos, o que só seria possível de obter se estivesse na carreira com 20 e tal anos de serviço.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Gilberta Rocha.

Deputada Gilberta Rocha (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Fiz a minha primeira intervenção nesta Assembleia aquando da discussão do Programa do VIII Governo Regional, da responsabilidade do Partido Socialista, tendo então realçado a importância das Políticas de Solidariedade no contexto das sociedades actuais, nas quais, e ainda que em moldes distintos do passado, continua a grassar uma enorme desigualdade social. Desigualdade que hoje adquire maior visibilidade até porque, e felizmente, cada vez mais é repudiada e denunciada por largos sectores da população.

Com efeito, a modernidade tem sido emblematicamente definida numa óptica de informação e de globalização, induzindo-se daí, por vezes, a percepção de uma sociedade igualitária, até porque

supostamente democrática, na qual existe, nem que seja em termos tendenciais, uma normalização de valores, de vivências sociais e culturais que cada vez mais se entrecruzam e potenciam.

Alterou-se o tempo de comunicação interpessoal e interorganizacional, com base numa simultaneidade relacional sem fronteiras, e o espaço passa a ter uma outra função identificadora. À igualdade temporal em territórios por vezes geograficamente distantes vemos corresponder, em alguns aspectos, a manutenção ou mesmo um acentuar da desigualdade no mesmo espaço territorial. Neste contexto, pretendo salientar que a criação de grupos populacionais de relativa homogeneidade não pode ser confundida com uniformidade generalizada, global, que caracterize a contemporaneidade numa óptica de igualdade, ou melhor, de sociedades igualitárias.

Não está em causa a desigualdade individual, inerente à especificidade de cada ser humano — não obstante a importância do habitat e dos processos de socialização na sua formação — mas a desigualdade entendida como compartimentação de grupos específicos que vivem numa sociedade aberta e defensora da mobilidade social.

Penso, todavia, que existe ainda uma outra forma de normalização que atinge a globalidade dos países mais desenvolvidos, nos quais estamos inseridos. Falo de uma certa forma de estratificação interna, que, em alguns casos, se tem vindo a aprofundar. E esta é, de facto, ou tendencialmente, similar. E é nesta similitude da desigualdade que a sociedade também se globalizou, homogeneizando um pouco por todo o lado as diferenças entre grupos populacionais que partilham os vários espaços e que podemos designar como uma das formas de vivência actual da desigualdade social.

Na sociedade dita global, de normalização de espaços e simultaneidade de comunicação pessoal à distância, observamos, assim, que existem e persistem grandes fracturas sociais e que tem aumentado o fosso entre vários grupos populacionais, nomeadamente no que respeita ao conjunto dos excluídos da organização económica, social e cultural, conjunto que é cada vez mais significativo.

Nos Açores confrontamo-nos, por vezes, com a difícil conjugação de ter de enfrentar concomitantemente as "velhas" e as "novas" desigualdades. Assim se pode entender as palavras que posteriormente referi nesta Câmara, tanto na apresentação de uma Proposta de Resolução relativa aos Idosos, como numa outra intervenção mais directamente relacionada com o "Trabalho Infantil" na Região. Sim, porque além das desigualdades ancestrais que ainda são visíveis em muitas das nossas ilhas, são também já bem evidentes as "novas" fracturas sociais e respectivas consequências. E estas fazem-se sentir num aspecto central relativamente ao qual consideramos urgente uma reflexão aprofundada. Hesito em denominá-lo de **Violência** ou de **Segurança**, se é que são realidades que podem ser genericamente dissociadas, ou se, ao contrário, não representarão na maioria dos casos as duas faces de uma mesma moeda.

Faço-o com os mesmos pressupostos ideológicos das outras intervenções. Sim, porque acredito nas ideologias, nos valores que sustentam uma determinada visão do mundo, que contribuem para a elaboração de um diagnóstico da realidade, ou das realidades, mas também, e fundamentalmente, condicionam as soluções que devem ser seguidas. Creio que, por vezes, não é difícil estarmos todos de acordo, ou pelo menos uma grande maioria, sobre quais são os principais problemas sociais. Custa-me a acreditar que os vejamos todos da mesma maneira, mas não tenho qualquer dúvida em discordar que as formas de os resolver sejam idênticas. Entendo que o discurso dos factos, do pragmatismo, em contraposição ao do dos valores é ele próprio uma forma de ideologia, ideologia perigosa, porque camuflada, impotente e cobarde de defender o que sabe ser indefensável.

Vivemos nos Açores numa sociedade que apresenta características de alguma violência e pouca segurança. Não tenho a certeza se ela é mais violenta relativamente ao passado. Provavelmente será até menos violenta e mais segura para uns e o inverso para outros. Creio que não valerá a pena estabelecer comparações, que obrigariam decerto a um maior aprofundamento do tipo de violência e de segurança a que cada um se reporta em cada momento.

Todavia, estamos perante formas de violência até há bem pouco tempo quase desconhecidas na nossa vivência insular e que cada vez mais se assemelham àquelas que sabemos existir em outras sociedades, mormente em países desenvolvidos e que tanto afectam a desejada qualidade de vida a que todos temos direito.

Creio que a violência e a consequente insegurança são sentidas ou pressentidas para todos nós aqui presentes e por uma grande parte da população açoriana. Com efeito, e ainda que sem qualquer suporte científico penso que há mais insegurança nas estradas, nas ruas e casas das cidades e outros aglomerados populacionais, principalmente os de maiores dimensões. Continua a existir violência nas famílias, fundamentalmente para com as mulheres e as crianças. Há mais mortes violentas, por homicídio, por suicídio, os primeiros fundamentalmente realizado por adultos, os segundos em especial por jovens e idosos. Há novas formas de insegurança relativas à natureza, ao ambiente e à saúde.

Então que soluções devem ser propostas para cada dos problemas? É este o desafio que hoje trago a esta Assembleia, sendo certo que não acredito em soluções passadistas, repressivas, de uma sociedade que já não é a que hoje vivemos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como princípio norteador para reflexões específicas, relacionadas com as várias vertentes que esta problemática contém, gostaria de realçar o meu sentir nas palavras de Helena Roseta, nomeadamente quando afirma (no livro “Os dois lados do espelho”, p.88):

Os excluídos são (considerados) as "classes perigosas" a que se associa toda a espécie de malvadezas: droga, marginalidade, delinquência, violência, crime... Recuso-me a aceitar esta visão de "classes perigosas". Perigoso é o comportamento de quem assim as encara."

Entendo que este deve ser também o nosso ponto de partida para uma mais correcta percepção destas novas realidades, tendo uma atitude de procura de inserção dos mais marginalizados, mas também de firmeza para com os transgressores da vivência comunitária, designadamente para com aqueles que têm maior responsabilidade, que propiciam ou geram as condições de acréscimo ou aumento da violência e da insegurança: nas famílias, nas ruas, nas escolas, nos locais de trabalho, no ambiente rural e urbano.

Não sou a favor da permissividade nem da irresponsabilidade, mas sim da procura do entendimento das diferentes situações e do papel dos vários actores sociais, sabendo das enormes alterações que se efectuaram nos Açores nos últimos anos e que afectam de uma maneira ou outra a totalidade, ou quase totalidade, da sua população.

Temos de saber como vivem e sentem os nossos jovens, adultos e idosos; rapazes e raparigas, homens e mulheres. Conhecer quais as dificuldades que enfrentam quotidianamente, as frustrações que sentem face às expectativas que lhes são presentes, tanto em termos de habitação, como de emprego e formação ou até nos tempos de lazer, não minimizando as comparações que fazem com um mundo que já não lhes é vedado, antes mostrado muitas vezes de uma forma pouco realista e alienante.

Já existem alguns conhecimentos em questões parcelares ou direccionadas para grupos populacionais específicos. Há que continuar este esforço, mas, e fundamentalmente, interligar saberes e reflectir, sendo certo que há ainda muito e muito para fazer, violência e insegurança não surgem nem se modificam por acaso.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, dos Membros do Governo e dos Deputados José Manuel Bolieiro e Humberto Melo)

Presidente: Não havendo mais inscrições para este período, vamos iniciar o **Período da Ordem do Dia.**

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota para apresentação do **Projecto de Decreto Legislativo Regional “Áreas de Navegação de Motas de Água na Região Autónoma dos Açores”.**

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu venho aqui muito brevemente fazer uma apresentação de um projecto de diploma que nos é pretensioso e julgo que útil.

Trata-se de um segmento pequeno de um sector importante que é a náutica de recreio e trata-se de um segmento pequeno porque é uma questão sentida de forma viva por aqueles praticantes dessa modalidade — motas de água e pranchas motorizadas — e pelos clubes que os praticam.

Gostava apenas de vos chamar a atenção para duas ou três coisas que me parecem importantes.

No início do preâmbulo está uma frase que passo a ler:

“A legislação nacional vigente quanto à náutica de recreio não reconhece plenamente a especificidade insular da Região Autónoma dos Açores.”

Esta frase não é da minha autoria e consta do preâmbulo do Decreto Legislativo Regional, aprovado por esta Casa em 1998, quando definiu as áreas de navegação na Região Autónoma dos Açores.

Mas a frase merece e tem que estar aqui, porque traduz fiel e sinteticamente a realidade existente.

De facto, a legislação nacional neste sector, não reconhece as especificidades da Região Autónoma dos Açores.

Penso mesmo, e gostava de dizer nesta apresentação, que é urgente, é necessário e é importante que seja feito um esforço no sentido de encontrar, no quadro da especificidade existente, um conjunto de soluções de forma a que essas especificidades sejam respeitadas.

Todavia, esse esforço que obriga a um debate aprofundado, a um estudo aprofundado da matéria, porque estamos a lidar com a Lei Geral da República, não impede que detectada de forma muito clara a especificidade deste pequeno segmento — lembrando que aqui nos Açores não há albufeiras, não há estuários, não há rias, os praticantes desta modalidade ficam condicionados a fazê-la no mar — e garantido o respeito pelo princípio fundamental e orientador da Lei Geral da República, que é o princípio da segurança, nada obsta, na opinião do Grupo Parlamentar do PCP, que este assunto possa ser resolvido com a urgência possível no quadro de uma tramitação normal.

É por isso que hoje faço esta apresentação e espero que na sessão de Junho este diploma possa ser aprovado.

Muito obrigado.

Presidente: Também nos termos regimentais, vamos passar à apresentação de uma Proposta de Resolução apresentada pelo PSD, e lida no início da nossa Sessão, sobre “gestão ambiental e urbanística da zona do Aeroporto de Santa Maria”.

Tem a palavra o Sr. Deputado Sérgio Ferreira.

Deputado Sérgio Ferreira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O estado em que se encontra o aeroporto de Santa Maria é, no mínimo, lamentável. Desde os lixos acumulados, às casas em ruínas, à vegetação que cresce por todo o lado sem qualquer controlo, ao mau estado das estradas, tudo é possível encontrar nesta zona.

Não estamos a falar de uma zona qualquer. Estamos a falar da principal porta de entrada de Santa Maria e dos terrenos que seriam, por excelência, vocacionados para a expansão de Vila do Porto.

A empresa ANA,SA é quem explora toda a área.

Por muito estranho que pareça, esta empresa tem plenos poderes para construir ou destruir, não tendo para isso que obedecer a regra nenhuma, nem sequer participar tal facto à Câmara Municipal de Vila do Porto.

Numa altura em que os Governos e as Câmaras Municipais, investem milhares de contos nos mais diversos planos de ordenamento, Santa Maria tem uma zona que é cerca de 10% da sua área total e onde se pode construir sem obedecer a qualquer regra ou qualquer controlo.

É certo que a ANA,SA herdou esta situação da Direcção Geral da Aeronáutica Civil.

Também é certo que durante muitos anos o aeroporto até foi um local aprazível, mas a evolução é muito rápida.

Os pressupostos que levaram o Estado Português a, na década de 50, entregar todos aqueles terrenos à Administração da Direcção Geral de Aeronáutica Civil, neste momento, não são válidos.

Os padrões de qualidade evoluíram e principalmente os cuidados a ter, tanto com o nosso património edificado, como com o natural, não se compadecem com situações como esta.

A ANA,SA, é uma empresa cujo objecto é a exploração de aeroportos. Não tem nem a sensibilidade, nem os bens para administrar, em termos urbanísticos e paisagísticos uma tão vasta área.

É à Câmara Municipal que compete fazer essa exploração integrando o desenvolvimento urbanístico do aeroporto numa lógica de ilha e que, conseqüentemente, obedeça a regras e a princípios definidos no Plano Director.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A primeira e mais urgente acção a realizar no aeroporto é a sua limpeza.

Não interessa agora quem deve limpar ou quem sujou. O que urge fazer é sentar todas as entidades intervenientes à mesma mesa e iniciar os trabalhos de limpeza sem demora, mas a limpeza e eventual requalificação do aeroporto não resolvem o problema, são simplesmente uma forma de agora se minorar o impacto negativo de toda esta situação.

A resolução definitiva do problema terá sempre que passar pela entrega da administração daqueles terrenos à Câmara Municipal de Vila do Porto, tentando de alguma forma contribuir para a resolução do atrás exposto e tendo em consideração todo o peso institucional do Governo Regional, o Grupo Parlamentar do PSD apresenta esta Proposta de Resolução que visa o seguinte:

1º. Recomendar que o Governo Regional, promova a celebração de um protocolo com a Administração Regional, a Câmara Municipal de Vila do Porto e a empresa ANA,S.A. no sentido de se proceder à limpeza de toda a zona do Aeroporto de Santa Maria e elabore um plano de ordenamento que permita a sua reabilitação paisagística e urbanística;

2º. Recomendar que o Governo Regional encete contactos com o Ministério das Finanças no sentido de desanexar os terrenos não necessários às operações aeroportuárias e entregá-los à Câmara Municipal de Vila do Porto, para que esta promova a adequada gestão ambiental e urbanística daquela zona.

Disse.

Presidente: Temos em seguida a **Proposta de Decreto Legislativo Regional que converte, automaticamente, os contratos administrativos de provimento a termo certo, celebrados pelas Juntas Autónomas dos Portos da RAA com vários trabalhadores, em contratos a tempo indeterminado”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Uma breve apresentação deste Decreto Legislativo Regional que, na sequência do que também aconteceu com o diploma nacional, visa dar estabilidade laboral à situação de 24 trabalhadores, concretamente 22 trabalhadores da Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada e 2 trabalhadores da Junta Autónoma do Porto da Horta.

A esmagadora maioria destes trabalhadores, nomeadamente no caso da Junta Autónoma de Ponta Delgada, foram contratados durante a década de 90 e, sobretudo na sequência, no caso da Junta do Porto de Ponta Delgada, da perda de cerca de 70 trabalhadores por via, quer de diversos diplomas que possibilitaram a reforma antecipada através da reestruturação do sector portuário de alguns deles, quer também pela aplicação da famigerada lei dos disponíveis.

A verdade é que isto provocou uma situação em que se teve que abrir concurso público sendo imprescindível contratar algum pessoal para garantir a operacionalidade, e a verdade é que a esses concursos a maior parte dos candidatos que concorreram vinham do sector da pesca e não da marinha mercante como se pretendia.

Isso implicou que fossem contratados nesse regime, pensando-se desde logo que lhes seria facultada a possibilidade de adquirirem a habilitação profissional marítima adequada como veio a acontecer.

Estamos, portanto, nesta fase, em condições de garantir a estabilidade e a segurança laboral a estes trabalhadores que têm todos os requisitos para isso e de lhes garantir também, como forma de justiça, que o tempo que estiveram na situação em que ainda actualmente se encontram, desconte para todos os efeitos laborais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Azevedo.

Deputado Manuel Azevedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário acabou, muito objectivamente, — compete-lhe fazer isso, porque a proposta é do Governo,— de dizer o que é que esta Proposta de Decreto Legislativo Regional pretende.

A mim, e em nome do PSD, compete-me dizer que, uma vez que se trata do benefícios de alguns trabalhadores, de lhes dar estabilidade na sua vida profissional e uma vez que foram também pela

Comissão ouvidos o Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Administrações e Juntas Portuárias e o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores, como manda o Regimento e que estão naturalmente de acordo com a matéria, nós vamos votar favoravelmente, não sem trazer antes aqui uma preocupação que estes sindicatos nos colocaram e espero que não saia muito do objecto desta Proposta de Decreto Legislativo Regional.

Essa preocupação tem a ver com a necessidade de adaptar à Região o estatuto que é adaptado aqui num caso muito específico e muito especial.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que o Grupo Parlamentar do PCP aprova esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. É necessária, é importante só que vem um pouco tardia e é bom que as coisas fiquem postas no seu devido lugar.

Esta proposta tem uma ligação com uma outra iniciativa legislativa que é um Decreto-Lei, e que promove a possibilidade da reforma antecipada de 43 — salvo erro — trabalhadores das Juntas Autónomas.

Tudo isto resulta da reestruturação do sector portuário, que não abrangeu a Região Autónoma dos Açores, tendo abrangido o Continente e a Região Autónoma da Madeira. Portanto, as administrações portuárias que se regem de forma diferente das nossas Juntas Autónomas.

Efectivamente, estes trabalhadores desenvolveram, através das suas estruturas representativas, esforços aturados durante 2 anos, no sentido de se encontrar a saída que tinha que ser conjugada entre o Decreto-Lei que possibilitava a reforma antecipada e este Decreto Legislativo Regional que possibilita a passagem dos contratos a termos certo para contratos a termo indeterminado e como forma de acesso ao quadro.

A situação de Ponta Delgada foi caracterizada e muito bem pelo Sr. Secretário, porque realmente vem mais detrás e é uma acumulação de situações que ao longo dos anos foram rolando na indefinição que muitas vezes a Administração Pública nacional ou regional deixa e diz respeito aos seus trabalhadores.

É identificada uma situação e é transposta para a Região uma situação que beneficiou os colegas destes trabalhadores no Continente e na Madeira e estamos todos de parabéns com isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Leal.

Deputado Renato Leal (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para informar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai, naturalmente, votar também a favor desta Proposta de Decreto Legislativo Regional, por todas as razões que aqui já foram apontadas, na medida em que tem havido um esforço muito grande no sentido, a partir de determinada altura do ano passado, de acelerar este processo como forma de efectivamente se regularizar uma situação que era mais preocupante para a Junta Autónoma do Porto de Ponta Delgada, do que para as restantes, mas que efectivamente também contempla 2 trabalhadores da Junta Autónoma do Porto da Horta.

Por essa razão vamos votar a favor e manifestar também o nosso empenho para que esta legislação que aqui foi referida, designadamente pelos Srs. Deputados Decq Mota e Manuel Azevedo, venha a ter um outro desenvolvimento para bem desta actividade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Secretário Regional Adjunto da Presidência (Francisco Coelho): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Colegas de Governo:

Apenas para concordar na generalidade com os esclarecimentos que aqui foram feitos em relação a esta matéria.

Efectivamente, terá que se seguir e está a ser preparada pela respectiva tutela, a reestruturação deste sector que oportunamente será trazida a esta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 3/2001, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos ao debate na especialidade.
Está aberta a discussão para o artigo 1º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 3º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à apreciação de outra **Proposta de Decreto Legislativo Regional – “condições gerais de aplicação das medidas previstas no eixo prioritário 2 — incrementar a modernização da base produtiva tradicional, do Programa Operacional para o Desenvolvimento Económico e Social dos Açores (PRODESA), e do Plano de Desenvolvimento Rural da RAA 2000/2006 (PDRu).**

Está aberto o debate na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Trata-se de uma proposta apresentada pelo Governo Regional e como se percebe da própria definição e objecto que V. Exa., Sr. Presidente, teve oportunidade de ler, trata-se de matéria relativa à aplicação do PRODESA e do (PDRu), Plano de Desenvolvimento Rural, na Região Autónoma dos Açores.

Como sabem, os programas comunitários são acordados entre a Comunidade e o Estado-membro naquilo que interessa às regiões, designadamente os Açores, com a negociação e o acordo do Governo Regional dos Açores, mas estas são as definições e o enquadramento comunitário dos diversos programas comunitários que se aplicam na Região Autónoma dos Açores e, neste caso particular, diz respeito à agricultura, florestas e ao Plano de Desenvolvimento Rural que tem a ver com as reformas antecipadas, com as indemnizações compensatórias e reflorestação.

Portanto, temos um enquadramento comunitário que, por sua vez, tem um enquadramento legislativo nacional.

Nesse enquadramento legislativo nacional, o Estado-membro, também de acordo com a Região nessa matéria, está prevista a estrutura orgânica para as Regiões Autónomas relativamente à gestão, ao acompanhamento, à avaliação e ao controlo da execução de cada um desses programas.

Trata-se de programas plurifundos, ou seja, que exige para cada um dos fundos uma regulamentação específica que é tradição nos Açores ser feita através de regulamentação própria emitida pela Secretaria que tutela essa área.

Hoje, o que aqui nos traz, é essencialmente o relacionamento entre as entidades pagadoras, nesse caso o INGA e o IAMA, e os beneficiários desse programa.

Como as entidades pagadoras são institutos nacionais que não têm nenhuma dependência hierárquica da Região Autónoma dos Açores, convinha e era necessário que o relacionamento entre os beneficiários, ou seja, os senhores agricultores ou todos aqueles que pretendam candidatar-se a esses programas (pessoas singulares ou colectivas), e a entidade pagadora ficasse regulamentada num diploma regional, o que hoje se solicita a aprovação.

Tive a oportunidade de ir à comissão e há uma proposta de alteração introduzida pela comissão que diz respeito ao objecto, com a qual nós concordamos.

Isto é tudo o que nos apresta dizer quanto a esta matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Decreto Legislativo Regional que estamos aqui a apreciar, visa estabelecer as condições gerais, como disse o Sr. Secretário, de aplicação de dois instrumentos que, na nossa opinião e penso que de todos, são essenciais para o desenvolvimento da agricultura no caso, e das pescas, na vigência deste Quadro Comunitário de Apoio, em que estamos, isto é, de 2000 a 2006.

Neste caso, são o eixo prioritário 2, o PRODESA mais ligado para a área do investimento e o Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores que apoiará mais as áreas da florestação, indemnizações compensatórias e reformas antecipadas.

O diploma estabelece assim as normas de relacionamento entre os beneficiários das ajudas e os organismos pagadores — o INGA e o IFADAP — bem como as obrigações delas decorrentes. Nesta medida, nada temos a opor, aliás, como também já explicitámos na Comissão.

Considerando que já vamos no segundo ano de vigência deste Quadro Comunitário de Apoio, só temos neste caso a realçar uma questão que tem a ver com a necessidade da entrada rapidamente em vigor destas disposições e da sua conseqüente regulamentação, designadamente aquelas que estão previstas no nº 3 do artigo 2º, para além daquilo que também nos parece que tem que ser criado que é a unidade de coordenação e de gestão do PDRu.

Assim, ficará tudo enquadrado para que os beneficiários possam ser esclarecidos e possam candidatar-se.

Só desta forma é que se poderão planificar os investimentos e apresentar atempadamente as suas candidaturas.

Em função do que eu já explicitiei, o Grupo Parlamentar do PSD vai votar favoravelmente esta proposta.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente e com economia de palavras, apenas para dizer que o Grupo Parlamentar do PCP aprovará este Decreto Legislativo Regional.

Pensa que é um instrumento necessário e útil para aplicação destes programas e é bom que esta situação seja resolvida de imediato.

Em termos de algum pormenor, há uma dúvida ou outra que temos, mas isto não tem a ver com as situações de generalidade. Na generalidade, estamos de acordo com a proposta.

Quando chegarmos à votação na especialidade levantarei o problema.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, na generalidade, com esta Proposta de Decreto Legislativo Regional, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: Na generalidade, a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 4/2001, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos ao debate na especialidade.

Está aberta a discussão para o artigo 1º para o qual há uma proposta de alteração da comissão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 2º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 3º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 4º. Está aberta a discussão.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 4º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 5º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 5º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está aberta a discussão para o artigo 6º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 6º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 7º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 7º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 8º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 8º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 9º.

(Pausa)

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O artigo 9º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 10º.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura:

É exactamente aqui que se coloca uma das dúvidas que temos.

O que resulta deste artigo é que a rescisão de qualquer contrato feita pelo IFADAP ou pela INGA, faz com que o beneficiário alvo dessa rescisão, fica com o impedimento temporal de poder ter outros benefícios, num caso 3 anos, noutra caso 5 anos.

Eu perguntava ao Sr. Secretário, qual a razão destes prazos, porque em determinadas situações, especialmente este de 5 anos, parece-me excessivo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma ligeira intervenção sobre este artigo 10º, embora a pergunta não me tenha sido dirigida directamente, mas gostaria de adiantar algo em relação a ele.

Para já, este diploma regional, como o Sr. Secretário disse na introdução e muito bem, vem na sequência daquilo que os regulamentos comunitários estipulam e a própria legislação nacional.

Assim sendo, nesta matéria, não julgamos de todo possível que se altere aquilo que foi estabelecido a nível nacional.

Como este diploma é a conjugação dos dois nacionais, isto é, do 8/2001, de 22 de Janeiro, que trata da parte do equivalente ao regional PDRu, que a nível nacional é o RURIS e do Decreto-Lei 163/A, de 2000, de 27 de Julho, que é o AGRO e AGRIS nacional, equivalente ao PRODESA regional, como é a soma dos dois, é evidente que tenho que obedecer nestes termos àquilo que a nível nacional é estipulado, já que o Regulamento 1257, apenas dá orientação de que serão os Estados-membros a determinar qual as penalizações ou sanções aplicadas em termos de falhas que aí são abordadas, quer de produtos utilizados nas explorações, quer de falsas declarações prestadas pelos utilizadores dos benefícios comunitários.

O Regulamento 1750, também refere que as sanções têm que ser por forma a tornar dissuasivo a tentativa de ludibriação da utilização desses dinheiros comunitários.

Nessa sequência nós temos o Decreto-Lei 8/2000, do RURIS, que estipula que a penalização nesses casos será por um período de 5 anos, enquanto que o do PRODESA diz que serão apenas 3 anos de penalização. Por isso é que, e referindo muito bem, especificando quer para o PRODESA, quer para o PDRu, o diploma regional, no seu artigo 10º, diz claramente que os períodos de sanção nunca serão inferiores a 3 ou a 5 anos, consoante se trate de ajudas concedidas no âmbito do PRODESA e do PDRu.

É nossa opinião, que não se podem alterar estes prazos, porque é lógico que as falsas declarações e a utilização de produtos nocivos, conforme é estipulado no regulamento nacional, sejam devidamente penalizados, senão seria um abuso total por parte dos beneficiários.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Francisco Oliveira:

O senhor fez uma substituição temporária e muito legítima do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas. Eu sabia que esse esclarecimento ia ser nesse sentido, mas de qualquer maneira coloca-se-me sempre uma dúvida.

Custa-me muito, não sendo jurista — perdoem-me que fale assim à vontade — neste exercício de faz de conta, que se entenda que a Assembleia Regional tem que fazer.

Se isto está no Decreto Nacional e tem aplicação nos Açores, este exercício de fazer de conta, não fica bem. Aqui não podemos mexer, então temos que legislar assim.

Se não podemos mexer, se não há nenhuma razão, nenhuma base legal para se poder mexer, não se mexe, aplica-se e então refere-se na lei regional a forma que tem que ser aplicado.

Eu tenho ideia de que este é um problema muito antigo, que tem aparecido em muito tipo de decretos deste género, que não toca, no fundo, no problema da matéria que estamos a discutir. Não é isso que me está a preocupar.

Para não voltar a intervir, falo já no artigo seguinte, que coloca exactamente o mesmo problema.

Aí, levanta-se um problema também complicado, porque se um beneficiário adoece, por exemplo, e fica impedido, pode ficar numa situação, junto com a família, bastante complicada.

Bem sei que são os tais regulamentos. Bem sei que só podemos fazer de conta.

Mas então façamos de conta de forma ilegal.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não se trata, efectivamente, Sr. Deputado José Decq Mota, de fazer de conta.

Nós temos que ter uma cultura de responsabilidade e se é verdade que eu estive, estou e estarei sempre ao lado dos lavradores e pescadores naquilo que são as funções de um Secretário Regional, também tenho que, com frontalidade e com clareza, afirmar que aquilo que se pretende com essa norma, é cobrir situações que, pela sua natureza, como já se disse, quase todas elas constituem crimes, ou seja, uma pessoa que faz ou que comete falsas declarações.

Temos que considerar — e aqui peço desculpa por ser jurista — aquilo que são as falsas declarações em termos objectivos e as falsas declarações enquanto crime que têm que ter um elemento subjectivo, ou seja, cognitivo, no sentido do conhecimento da falsa declaração.

O que estamos aqui a falar e a relatar são situações de irregularidades flagrantes. Portanto, não devemos nem podemos pactuar.

Durante muitos anos — felizmente nos Açores não temos problemas, pelo menos que eu saiba ou que tenha conhecimento — em todos os Estados-membros temos visto, ao nível de algumas situações irregulares, grandes fraudes ao nível desses programas comunitários.

Nos Açores não temos tido essas situações com esta gravidade, mas o que é facto é que quem deliberadamente comete um acto de falsas declarações para se colocar na posição de obter um benefício ilegítimo, deve ser severamente punido.

Devemos dar exemplos, não que no concreto nos apeteça a aplicar a norma, mas acontece que ela tem que ser persuasiva, ela tem que ter a força suficiente para que se perceba que ninguém deve tentar prevaricar.

Aqui não se trata, tal como disse inicialmente, de fingir, porque o que eu disse foi que esse Decreto Legislativo Regional regulava as relações entre as entidades pagadoras (IFADAP e INGA) e os beneficiários nos Açores.

Essa norma é a norma sancionatória relativamente ao incumprimento por força de um vício relevante que determina a nulidade do contrato e a devolução do dinheiro. Obviamente, quem assim falha, quem assim tenta prejudicar e enganar o erário público, um programa que é feito para ser aplicado convenientemente num investimento, deve ser também convenientemente punido.

Essa questão para nós é clara, é límpida. Não se trata de menoridade em termos de legislação, tratava-se sim, se trouxéssemos um diploma em tudo igual ao outro. Os outros estão legislados e aplicam-se aos Açores.

O que trazemos aqui é o mero relacionamento entre o IFADAP, o INGA e os beneficiários.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É evidente que as duas intervenções que me precederam, obrigam-me a fazer uma pergunta óbvia.

Pergunto directamente ao Sr. Secretário Regional, tendo consciência plena de que é um jurista ilustre, se fosse essa a intenção da Região, esta norma podia ser diferente ou não?

Aguardo uma resposta, porque o que o Sr. Deputado Francisco Oliveira defendeu é que não podia. O Sr. Deputado defendeu que tinha que ser transcrita a norma para a Região e daí eu falei em “fazer de conta que estávamos a legislar”.

O Sr. Secretário Regional com aquele seu estilo que efectivamente é um estilo insidiosamente agressivo, mesmo quando as palavras são em tom ligeiro, fez um discurso moralista profundíssimo sobre uma razão que não estava em questão.

O que estava em questão era saber se a norma tinha que ser aquela, os 3 e os 5 anos ou se podia ser 4-6 ou 2-3. O que estava em questão era isto.

Portanto, pergunto muito objectiva e directamente o seguinte:

Se o Sr. Secretário Regional, a sua Secretaria ou o Governo Regional quisessem que a penalização fosse outra, podiam propor?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente este diploma, porque, fazemos o mesmo entendimento que acabou, há instantes, de fazer o Sr. Secretário Regional.

Na verdade, os diplomas que a nível nacional vigoram, limitam a sua aplicação ao território do Continente.

É com base nesse entendimento que nós achamos que estamos a criar nos Açores as condições gerais de aplicação daqueles diplomas para a Administração Regional.

É certo, e já tive ocasião de dizer na legislatura anterior, que não é sequer dignificante fazermos uma espécie de plágio dos diplomas nacionais. Mas aqui não estamos a fazer uma mera adaptação, estamos a criar, uma vez que as condições gerais de aplicação daqueles programas estão, para já, limitadas ao território do Continente.

É com este entendimento que vamos votar favoravelmente.

Relativamente a este artigo 10º, o entendimento a que chegámos para votar favoravelmente, é de que corresponde a exigências dos regulamentos comunitários sobre a matéria.

Mas, mesmo assim e uma vez que colocou a questão directa ao Sr. Secretário, também aguardo o esclarecimento.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei falar de outra maneira, o que é que quer que eu faça? Talvez muitos anos de bancada de advogado contribuiu para isso. Se calhar o Sr. Deputado Nuno pode ensinar-me alguns truques de brincadeira, se calhar mais uma graça ou outra, mas não tenho nenhuma intenção insidiosa contra quem quer que seja. É de personalidade, é do feitio, o que é que se vai fazer? Vou tentar corrigir, mas que fique claro que intencional não é.

Quanto à prática vou tentar corrigir, se é que alguma vez conseguirei.

Na prática, entendo — e não convém aqui, naturalmente não é o lugar próprio — que se deve saber quais são as competências da Região Autónoma e desta Assembleia Legislativa Regional sobre as suas competências legislativa.

De qualquer maneira e sumariamente, direi que o princípio basilar assenta no interesse específico regional.

Portanto, se algum dos Srs. Deputados encontrar um interesse específico regional diferente do Continente e da Comunidade para legislar sobre essa matéria, estamos de acordo e vamos ver qual era o interesse específico quanto a matéria de falsas declarações, a matéria de incumprimentos contratuais. São regimes genéricos dos códigos em vigor em Portugal e, dificilmente, vejo que nos Açores tínhamos uma matéria de interesse específico.

Contudo, Sr. Deputado José Decq Mota, eu entendo que podia fazer com um normativo diferente. Sabe como? Aumentando os limites sancionatórios.

Eu entendo que dentro dos limites mínimos fixados por entidades exteriores à Região com competência — como sabem, os regulamentos comunitários são de aplicação directa em todos os Estados-membros e as Leis Gerais da República são de aplicação no País e por isso mesmo também

nos Açores — seria possível, legislando de forma diversa, aumentar o limite mínimo em vez de o diminuir.

E em que circunstância?

Bem, isso é um mero exercício filosófico em termos legislativos. Porquê?

Só podia ser se nos Açores se tivesse detectado graves fraudes, se nos Açores tivéssemos problemas concretos de gravíssimas dificuldades ao nível da fraude, então sim, existiam eventualmente razões para, em concreto, termos uma sanção maior.

O regime, como acabei de dizer, é de que nos Açores vive-se uma situação que, genericamente, é de conformidade com a lei nesta matéria.

Não vemos razão para termos um normativo diverso daquele que vigora no país.

Não havendo razões para termos, em termos sancionatórios, um regime diverso, obviamente que copiar por si só pode ser um defeito. Quando é bem feito é uma virtude.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já agora, Sr. Secretário, para que fique totalmente esclarecido relativamente aos artigos em discussão, os 10º e 11º, gostava de saber se se confirma a notícia que nós temos, ou seja, que aqueles prazos são exigências dos regulamentos comunitários ou se nós estamos apenas a fazer a mesma aplicação que o Governo da República fez no Continente e não por exigência dos regulamentos comunitários, porque, se for o caso, obviamente que podíamos então tomar opção diferente.

Neste último caso, estaremos perante uma questão política e até de especificidade autonómica, já que ao procurar encontrar essa especificidade, teríamos aqui esta oportunidade, tendo em conta que inclusivamente vamos ter mais atrasos em relação à entrada em vigor destes programas ao nível do QCA para o Continente. O nosso PRODESA vai entrar mais tarde e ainda por cima este diploma não está em vigor.

Gostava que o esclarecimento fosse feito nesta e as dúvidas sanadas.

Presidente: Srs. Deputados, o artigo 113º nº 1, diz que participar no debates sobre a matéria da ordem do dia, quer na generalidade, quer na especialidade, cada deputado ou membro do governo pode usar da palavra duas vezes.

Eu não quero ser aborrecido, mas não sei como é que se faz isto.

O Sr. Deputado Decq Mota falou 3 vezes, o Sr. Deputado Bolieiro já falou duas e o Sr. Secretário duas.

Gostava que se pronunciassem sobre isso.

(Pausa)

Estamos no âmbito dos pedidos de esclarecimento, aí não há limites. Muito bem, está fixada esta jurisprudência para o futuro.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não acho muito oportuno, confesso, que em sede de discussão na especialidade de um diploma legal nesta Casa, se use a figura de tirar dúvidas jurídicas.

Todos os Srs. Deputados têm liberdade, conhecimento e muitos de vós têm mais experiência do que eu em termos legislativos.

O Secretário Regional deve prestar esclarecimentos, está aqui para prestar esclarecimentos, mas não de natureza jurídica.

Imagine que era aqui o meu colega José Contente, o Secretário da Agricultura e Pescas e colocavam-lhe questões jurídicas.

Eu não tenho que fugir à matéria, mas já respondi e volto a insistir que a matéria que regula juridicamente o País em termos de incumprimentos, em matéria civil é o Código Civil, em matéria penal é o Código Penal, genericamente, para não entrarmos em minúcias.

Quer o Código Civil, quer o Código Penal, são de aplicação genérica ao País, não há interesses específicos.

Por que é que eu vou buscar o Código Penal?

Estamos no regime sancionatório do diploma.

O regime sancionatório do diploma não tem matéria específica na Região Autónoma dos Açores para que pudéssemos ou tivéssemos que legislar de forma diversa daquela que é proposta.

Se querem saber em concreto o que é que eu acho, é que a Comunidade não nos impõe. O Estado-membro é que nos impõe esse tipo de normativo, mas isso é subjectivo ou depende do parecer jurídico de cada um dos assessores jurídicos de V. Exas., porque algum pode achar que tem fundamento específico e interesse regional legislar de forma diversa, e outro Sr. Deputado, ou outra bancada, achar que não há interesse específico nessa matéria.

Eu entendo que em regimes sancionatórios, só muito anormalmente estamos no domínio do interesse específico da Região.

No domínio do conteúdo, do conteúdo funcional, do conteúdo orgânico, do conteúdo em razão da matéria, estamos no domínio do interesse específico.

O domínio exclusivamente sancionatório é o único que eu entendo, pessoalmente, mas só me vincula como jurista e não como Secretário Regional, que pessoalmente não é possível fazer alteração como estava a ser sugerido, a não ser que encontrassem aqui uma matéria que fosse de interesse específico regional. Ai, tudo bem, vamos legislar por interesse específico. Qual era a razão de ser?

Vamos ver a rácio legis que era permitida numa situação dessas.

No Continente, onde há quem preste falsas declarações e há quem cometa graves erros nas candidaturas do modo a poder ser considerado crime, num caso tem 5 anos de penalização, ou seja, não se podem candidatar e, no outro, 3 anos de penalização.

Nos Açores, os senhores beneficiários ou candidatos, eventualmente não têm tantos conhecimentos como no Continente, eventualmente não têm tanta experiência e podem enganar-se mais vezes. Mas isso é o regime geral.

Eu não conheço nem percebo — e “desafio” que me esclareçam, já que estamos no domínio dos esclarecimentos em termos de bancada parlamentar — que interesse específico regional encontram num regime sancionatório diverso, sendo certo que os fundamentos eu já os expliquei.

Não demos pactuar com irresponsabilidades, não devemos pactuar com criminosos, não devemos pactuar com pessoas que se colocam em situações de poder beneficiar enganosamente no subsídio para ter esse benefício. **Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para uma intervenção sobre a matéria.

Em primeiro lugar, quanto mais o Sr. Secretário Regional aprofunda esta matéria, mais confuso eu fico em relação à mesma.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): É natural!

O Orador: Porque das duas uma: ou se aplica a legislação nacional e no nosso decreto o Sr. Secretário, como jurista devia dizer “aplica-se o artigo número tal do Decreto-Lei número tal” e estávamos entendidos, ou então não se aplica e nesse caso, o Sr. Secretário não tinha nada que repetir textualmente aquilo que já se aplica, porque um parecer do Tribunal Constitucional que V. Exa. com certeza conhece...

Deputado José Decq Mota (PCP): Conhece!

O Orador: ... num acórdão refere que aquilo que já está legislado em relação ao todo nacional, não pode ser legislado na Região Autónoma dos Açores “ipsis verbis”. É isso que diz no acórdão do Tribunal Constitucional que todos nós conhecemos.

Deputado José Decq Mota (PCP): Não é formado, mas também é jurista!

O Orador: Das duas uma: ou aplica-se como está ou não se aplica.

Um outro aspecto que gostaria referir é que era importante ficar perfeitamente esclarecido aquilo que diz a regulamentação comunitária.

Outro aspecto que também gostaria de ver esclarecido é que o Sr. Secretário fala em crime, mas o problema que leva aqui à suspensão de candidaturas, não é apenas os crimes. Pode ser um erro ou até mesmo as deficiências e isso preocupa-nos muito, porque imagine que um agricultor, por uma

deficiência involuntária, pode ser sancionado como se fosse um criminoso. Isso são coisas completamente diferentes. Esta é a nossa grande preocupação.

Nós não temos nenhuma preocupação se o Sr. Secretário nos disser que aqueles que criminosamente fazem falsas declarações têm que ser punidos. Tudo bem, estamos de acordo. Agora, se nos diz que as pessoas por um erro involuntário vão ser sancionados como se fossem criminosos, nós estamos contra isso.

No que diz respeito ao sector agrícola, infelizmente há determinados preciosismos e determinados aprofundamentos que são feitos e que merecem alguma preocupação.

Vou dar um exemplo concreto, até porque nesta matéria há interpretações e muitas vezes a interpretação de um jurista não é exactamente a interpretação doutro jurista.

Vou trazer para cima da mesa um exemplo concreto.

No Programa Extensificação, a regulamentação comunitária diz que o agricultor durante 5 anos tem que ter a mesma área de exploração e há juristas que entendem que se um agricultor tem 5 hectares este ano, tem que ter 5 para o ano, 5 daqui a dois anos ou 5 daqui a 3 anos.

Há casos em que agricultores no ano terminado tem 5 hectares, substituíram uma parcela desses 5 hectares exactamente igual e no ano seguinte continuam a ter 5 hectares, mas a parcela é diferente.

Há juristas que entendem que pelo facto dele ter mudado de parcela, embora tendo a mesma área, — aquilo que é dito é que tem que ter a mesma área de exploração — mudou de área.

São duas interpretações sobre esta realidade que têm que ter aprofundamento. Infelizmente os nossos agricultores têm grandes dificuldades, porque normalmente a consequência dos actos administrativos são aceites pelo agricultor dada a nossa realidade que todos nós também conhecemos.

Por isso eu penso que há que haver algum cuidado no que diz respeito ao tratamento destas matérias.

Por isso é que eu entendo que mesmo em relação a estes problemas e em relação à Região Autónoma dos Açores, há especificidades que no caso de podermos adaptar, deviam ser tidas em conta.

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O nº 2 do artigo 4º refere:

“Os contratos referidos no número anterior estão sujeitos às normas de direito privado.”

O incumprimento que se suscita neste diploma, é o incumprimento decorrente das regras gerais do direito, ou seja, pode ser um incumprimento obrigacional, ou um incumprimento que tenha implicações criminais. Não são necessariamente implicações criminais.

Portanto, aplica-se as regras do direito privado.

O incumprimento é quando uma pessoa comprometeu-se com outra e contratou com outra de determinada forma e depois verificou-se que afinal falhou, errou, não foi assim que ficou combinado e não foi assim que ficou acordado.

Depois, nas últimas normas que ainda não aprovámos, diz-se que o foro do Tribunal competente é o de Ponta Delgada.

Portanto, não está ninguém condenado a que o IFADAP ou o INGA diga que fica 5 anos sem receber ajudas ou sem poder candidatar-se a alguma ajuda, porque está em incumprimento.

Num estado de direito quem verifica o incumprimento, em última análise dos contratos, são os tribunais.

Portanto, não se trata de um poder discricionário da entidade pagadora. Trata-se sim de regulamentar e sancionar uma actividade. A entidade pagadora pode até dizer que está em incumprimento e vir a verificar-se que não está.

Estas são as regras gerais do direito, estas são as regras que podem ser aplicadas aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao contrário do que é uso dizer-se — da discussão nasce a luz — no debate desta matéria, quanto mais se vai discutindo este assunto, mais confuso ele vai ficando e por isso mais dúvidas vão surgindo.

Desde logo, Sr. Secretário, não creio — e isto passará por um estágio mais longo que o senhor tem que fazer na Assembleia Regional — que haja limitação da discussão, nem conveniência ou inconveniência, de debater assuntos, quando estamos a legislar.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este é o momento adequado, é esta a prática que devemos aqui assumir, com honra e com orgulho.

Às vezes, até existem casos, Sr. Secretário, quando estas dúvidas se suscitam e não ficam bem resolvidas no plenário, em que os diplomas descem novamente à Comissão para os necessários esclarecimentos. Portanto, não há limitação.

Há também outra opção, como lembra aqui o Presidente do meu partido, a de intervalos, para que as dúvidas se possam esclarecer.

Creio, Sr. Secretário, que ao não esclarecer e ao não responder à minha questão, reconhece, eventualmente, que não está preparado para, de forma inequívoca, responder à minha dúvida. Isso é um acto de humildade e é natural, até, por isso, devíamos optar pela opção do intervalo para recolher esses esclarecimentos.

Agora, limitações por conveniência ou inconveniência de debate no plano legislativo, que é o que estamos a fazer neste momento, não existem.

Há toda a conveniência em garantir todos os esclarecimentos e uma vez que estamos em debate na especialidade, esses esclarecimentos são decisivos para a nossa opção de voto.

Por isso eu esclareci que vamos votar favoravelmente na generalidade o diploma, porque tínhamos feito esse entendimento, suscitada uma dúvida na especialidade e não esclarecida, pode condicionar o nosso sentido de votação e, provavelmente, até vai, se ela não ficar sanada.

Por isso, Sr. Secretário, creio que é bom habituar-se a esta prática.

Debateremos aqui tudo o que for preciso para sanar dúvidas até à exaustão.

Finalmente, quero dizer que o que estamos aqui a fazer é, de facto, uma coisa que não é de aplicação a todo o território nacional.

Estamos a aplicar regras ou criar regras gerais do PRODESA. O PRODESA diz respeito à Região Autónoma dos Açores, desde logo, há aí especificidade.

Outro esclarecimento na sequência da sua última intervenção, é que nós não estamos a lidar com contratos. Estamos a fazer leis, portanto, a determinar o que é que depois pode condicionar o contrato a celebrar entre o beneficiário, o INGA ou quem quer que seja. Não estamos a fazer a interpretação dos contratos. Estamos a determinar como é que vão ser os contratos.

Portanto, há aqui diferenças substantivas. Nós não somos os intérpretes dos contratos, não somos os aplicadores da lei, somos os fazedores da lei nessa matéria. É isso que importa aqui esclarecer para que a lei fique bem feita e para que possamos exercer aqui, desde logo, uma opção determinante de como os colaboradores e eventuais beneficiários irão relacionar-se com o INGA ou com o IFADAP. É isso que interessa Sr. Secretário.

Portanto, eu insisto no meu pedido de esclarecimento.

Estamos ou não a optar pela mesma lógica no que diz respeito à suspensão do direito de candidatura, por aquilo que a nível nacional se fez e é uma opção deliberada, e aí podemos discordar, ou estamos a aqui a cumprir exigências comunitárias, porque o PRODESA sendo um programa do Quadro Comunitário de Apoio, também obedece às regras comunitárias.

É este o esclarecimento que importa aqui fazer de modo a que fique de forma esclarecida a opção do voto do Partido Social Democrata neste artigo em particular.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Duas palavras apenas para dizer que parece que não há assim tantas dúvidas quanto isso.

Parece que há, de facto, uma posição do Sr. Secretário Regional que apresenta este diploma e que explica, pelo facto de uma determinada cultura de responsabilidade, e que explica pelo facto da lei a

nível exterior à nossa, permitir que fosse legislado em prazos superiores, mas não em prazos inferiores.

Independentemente de uma ou de outra, ou do carácter jurídico da segunda, das várias dúvidas que possam existir, na primeira estaremos de acordo com a cultura de responsabilidade.

Para sairmos das dúvidas com respeito por quem pensa de forma diferente, se de facto existe outro entendimento, nada melhor do que apresentar uma proposta alternativa, explicando quais são as especificidades regionais que exigiriam outro prazo para este diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Só para um pequeno esclarecimento.

O nº 3 do artigo 48º do Regulamento 1750/99, de 23 de Julho, que é o regulamento de execução do regulamento do desenvolvimento rural, obriga à suspensão do direito de candidatura nas situações de incumprimento.

Mais. A proposta do PDR, a da Região, concretamente no que diz respeito à reforma antecipada, apresentada em Bruxelas, diz que em caso de incumprimento e de falsas declarações no âmbito da reforma antecipada, haverá uma suspensão do direito de candidatura por um prazo de 5 anos.

Perante isto, não podemos fazer de outra forma, as coisas têm que ser mesmo assim.

Julgo que a discussão está a ser um bocado estéril.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que estamos a ir no bom caminho, mas esta é apenas a minha opinião.

Agora o que eu quis distinguir — eu posso ficar aqui toda a tarde Srs. Deputados, não vejo problema nenhum nisso — é que à pergunta “os senhores podem fazer uma proposta de alteração ou não”, não esperem do Secretário Regional, resposta sobre essa matéria.

(Apartes inaudíveis do Deputado José Manuel Bolieiro)

O Orador: Aponta para ali, Sr. Deputado Bolieiro?

Não, o senhor também perguntou, aliás, afirmou que estava convencido que não poderia ser de outra maneira. Mas depois eu fiquei com dúvidas se está ou não convencido. O Secretário Regional não está a fugir ao debate, às questões de fundo. Explicou porque é que tinha esse regime sancionatório. Explicou quais as razões da proposta. Explicou tudo.

E depois perguntam-me: “Então diga lá, Sr. Secretário, se nós podemos alterar”. Eu digo, estudem Srs. Deputados! Façam favor de estudar porque essa matéria não é fácil.

Eu próprio — e não sou mais do que ninguém, sou só jurista — posso ter dúvidas sobre a matéria.

Os Srs. façam uma proposta alternativa, votem e irão ver depois, se o Ministro da República levantar a questão da constitucionalidade, ou se daqui a seis meses ou ano tivermos que voltar a não ter esse Decreto Legislativo Regional, mais uma consequência.

Mas isso, meus caros amigos, cada um assume as suas responsabilidades.

Deputada Berta Cabral (PSD): E o Sr. também!

O Orador: Nós trazemos essa proposta aqui e não estou em condições de fazer as definições de parecer jurídico, não porque não saiba, mas sim porque essas questões, tal como disse o Sr. Deputado Paulo Valadão, não são “branco”, ou “preto”.

Como sabem, em direito — e não é por acaso, sempre foi assim — há pessoas que têm opiniões diferentes. E se calhar quem tem opinião final, pode ter opinião diferente da minha, o que é muito natural. Daí que possamos estar aqui a encalacrar — passe a expressão — esse processo, quando aquilo que vos posso dizer é que o regulamento Comunitário diz: “Os Estados-membros determinarão o regime das sanções a aplicar”. Os Estados-membros!

O que é que acontece?

Como explicou o Sr. Deputado Hernâni Jorge, nós submetemos os complementos de programação à Comunidade Europeia, que foram aprovados. Ou seja, devolvemos depois a nossa proposta à Comunidade, que aprova com aquela sanção. Agora é litígio? Não é litígio não. Nós optamos por ser essa a sanção.

Os senhores querem apresentar outra? Tenham a bondade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas:

Apenas gostaria de dizer uma coisa muito simples.

Penso que ficou demonstrado o seguinte:

Primeiro: ninguém pediu nenhuma consulta jurídica ao Sr. Secretário;

Segundo: as dúvidas que foram lançadas são legítimas, e tanto legítimas são que motivam da parte do Sr. Deputado Francisco Oliveira, uma resposta sintética e sistematizada, que corresponde ao pensamento dele.

Da parte do Sr. Secretário, mereceram um sermão jurídico-moralista.

Mas depois levantaram toda uma série de situações que — pela parte que me toca e prestando este esclarecimento, queria concluir — não são absolutamente claras, em vários aspectos, em relação àquilo que eu disse, nomeadamente um aspecto que o Deputado Paulo Valadão levantou e que tem a ver com as razões de incumprimento, portanto o uso da mesma tabela, para todas as razões de incumprimento, desde a fraude ao acidente técnico, ou um azar qualquer que aconteça, etc., etc..

Portanto, nada disso ficou, de facto, esclarecido.

Gostava ainda de informar a Câmara que em relação ao artigo 10º e 11º não vamos propor nada, mas vamo-nos abster, porque efectivamente também temos o entendimento que o Governo Regional, com todo o seu conjunto de técnicos cuja profissão é trabalhar nisto em profundidade, também tem que apresentar as questões de forma a que as dúvidas, em aspectos deste género, possam ser dissipadas.

Não estamos a falar de problemas eminentemente políticos, estamos a falar de problemas eminentemente técnicos.

Portanto, neste sentido e como não estamos completamente esclarecidos em relação aos artigos 10º e 11º, o Grupo Parlamentar do PCP irá abster-se.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para, na sequência deste debate, informar que o PSD nos artigos 10º e 11º irá abster-se.

Presidente: Srs. Deputados, terminado o debate na especialidade sobre o artigo 10º, vamos pô-lo à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 10º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 10º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Está aberto o debate sobre o artigo 11º.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 11º, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O artigo 11º foi aprovado com 27 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 17 abstenções do PSD e 2 abstenções do PCP.

Presidente: Artigo 12º. Está à discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com o artigo 12º, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 12º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13º. Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional:

A opção do Governo, em relação ao foro cível foi Ponta Delgada. Há uma razão forte para ser este o foro cível único ou pura e simplesmente foi uma decisão por parte da administração?

É a pergunta concreta que faço.

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Muito obrigado Sr. Presidente. Srs. Deputados:

A questão da competência territorial, relativamente a esta matéria, tem a ver com várias razões.

Primeiro: há várias regras para fixar e determinar a competência territorial, relativamente a vários conflitos. Poderia ser a da sede da entidade pagadora, o IFADAP ou o INGA – nesse caso seria Lisboa — poderia ser a da residência do beneficiário, poderia ser a da feitura do contrato, poderia ser a da localização da terra. Enfim há várias razões que poderiam contribuir para essa matéria.

Na prática, porque é que foi Ponta Delgada?

Porque entendeu-se que colocá-la na sede da entidade pagadora seria um disparate, porque era em Lisboa.

Assim fazemos deslocar eventualmente a entidade pagadora a uma das ilhas, nesse caso foi Ponta Delgada, porque o IFADAP também tem uma delegação em Ponta Delgada e, portanto, podia não sermos completamente injustos, no sentido de dizermos que seria nas Flores, na Graciosa, ou Terceira, porque há lá uma delegação do IFADAP com alguns meios – a Delegação da Terceira, do IFADAP; não tem tantos meios quanto isso - mas achámos que essa era a mais equitativa em termos da dispersão que os Açores contempla e da obrigatoriedade que em todo o caso fazia deslocar de Lisboa aos Açores os técnicos para um eventual litígio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós compreendemos que se proponha aqui que o foro cível devido seja a comarca onde os institutos referidos têm as suas principais delegações.

No entanto, e isto vem em complemento daquilo que já há pouco disse, entendemos que existem aqui um conjunto de pessoas que são muito mais frágeis em relação a estes processos do que os organismos que organizam os processos e que são pagadoras destes processos.

Por isso mesmo, em nosso entender, o foro competente deveria ser a Comarca do beneficiário, porque efectivamente aí é que o beneficiário teria todas as possibilidades ou mais algumas, de intentar os processos em relação ao instituto, quando se entender injustiçado. Por isso mesmo um agricultor que se encontre no Faial, ou nas Flores, ou no Corvo, se há uma situação em que ele se considere injustiçado, ele só poderá organizar o processo em Ponta Delgada.

Se fosse na sua própria comarca ele poderia organizar o processo mais próximo da sua própria residência. Penso que nada é impeditivo de que esse beneficiário pudesse efectivamente intentar o processo na comarca que lhe diz respeito, portanto muito mais próximo da sua habitação, dos meios e até dos seus conhecimentos em relação a essa matéria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aqui sim, parece que a questão é pertinente, o princípio deve ser, de facto, o foro da parte mais fraca, que no caso são com certeza os senhores lavradores que têm maior dificuldade em dirigir-se às respectivas comarcas e parece que não haverá — nesta comarca em concreto — grande dificuldade em alterar isso de forma a que seja possível ser feito na comarca de cada um desses que pertencem a essa parte mais fraca.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra para pedir um esclarecimento, ou seja, para saber se entendi bem as palavras do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas, sobre esta matéria.

Tratou-se de facto de uma decisão, ao optar pela Comarca de Ponta Delgada, para evitar a deslocação dos responsáveis, de Lisboa. nomeadamente do IFADAP, quando se verificar uma situação de litígio.

Se foi isso que entendi, e recaindo a opção no facto de existir em Ponta Delgada uma delegação daquele Instituto, o que representa esta decisão, esta opção do Governo Regional, é de que os técnicos deste instituto vão subir a Rua Conselheiro Luís Bettencourt da Câmara, para se dirigir a um Tribunal, enquanto que um lavrador das Flores ou do Corvo terá de fazer todo esse percurso para participar neste processo que lhe diz respeito.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Apenas para precisar alguma confusão que eventualmente poderá haver aqui, nomeadamente quanto à intervenção do Sr. Deputado Paulo Valadão.

É preciso não esquecer que em relação ao artigo 13º, o que se define aí nessa competência específica do foro de Ponta Delgada, é para as execuções e apenas para as execuções.

As execuções, à partida, serão apenas aquelas que serão feitas em que o caso do exequente será o IFADAP. O argumento que foi invocado pelo Sr. Deputado não colhe, ou seja, de que um lavrador que se sinta injustiçado que queira colocar uma acção no tribunal, essa definição do foro por acordo, não está incluída nessa via.

Parece-me que em relação à salvaguarda dos direitos, não diria da comodidade, mas de certa forma da facilidade como os lavradores poderão quando se sintam injustiçados, recorrer ao tribunal para a defesa dos seus direitos, este argumento não colhe.

Esta solução, por outro lado, afigura-se-nos correcta, porque funcionando aqui as regras da lei, o que teríamos era que o foro não seria o de Ponta Delgada.

No fundo, o que estamos a fazer nesta situação, é a defender a melhor forma dos intervenientes neste processo (os lavradores por um lado e por outro a entidade administrativa neste caso, que é o caso da delegação do IFADAP) poderem patrocinar ou desenvolver esse instaurar do processo em Ponta Delgada.

Repare: o que diz respeito às execuções, aí é que se poderiam levantar efectivamente problemas, ou seja, se não existisse uma regra como essa, aquilo que teríamos seria a regra de definição do foro como sendo o de Lisboa. Aí sim, haveriam sérias complicações para os lavradores se defenderem.

Também não nos parece que nas execuções em que seja autor e em que se esteja a exigir o cumprimento de uma obrigação em que o exequente é efectivamente o IFADAP, funcione outro foro que não o daquele do foro da delegação do IFADAP.

Portanto, essa solução afigura-se-nos correcta apenas para a questão das execuções e tendo presente que assim se salvaguarda, por um lado aqueles que são facilidade de acesso à justiça por parte dos lavradores e, por outro lado, também o próprio funcionamento global incluindo neste funcionamento uma das partes interessadas que são efectivamente o IFADAP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado acaba de afirmar que a organização do processo, pode ser em qualquer comarca feita pelo interessado. A execução do processo é apenas em Ponta Delgada.

Nós entendemos que tanto a organização do processo como a execução, deveria ser junto do agricultor, porque é ao IFADAP que compete organizar o processo.

O IFADAP, no nosso entender, tanto poderá organizar o processo numa comarca qualquer da Região, como na Comarca de Ponta Delgada. Por outro lado, mesmo que seja apenas a execução, em nosso entender, é muito mais fácil o relacionamento do agricultor com o tribunal da sua comarca, do que com o Tribunal de Ponta Delgada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma simples gostaria de perguntar apenas ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro qual é a diferença entre o mérito de trazer da Comarca de Lisboa para o foro de Ponta Delgada e a diferença perante a proximidade em cada uma das comarcas ou o foro de Ponta Delgada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Paulo Valadão:

Certamente ter-me-ei expressado mal.

De qualquer das formas, o que estamos a falar aqui, do ponto de vista da natureza do processo, é seguramente de processos executivos. Se tivermos em conta o artigo 12º, são processos executivos em que é o IFADAP ou o INGA que assumem a posição de exequentes.

Eu não quero de forma nenhuma maçar, mas existem dois tipos de processos e naquele em que o IFADAP e o INGA são os exequentes, em que pelo decurso da regra geral de atribuição e definição de competência territorial. Essa competência, à partida, caberia ao foro de Lisboa e à Comarca de

Lisboa, ou onde está a sede do IFADAP ou do INGA. O que se faz aqui é a definição de uma competência definida entre as partes, no caso é definida por lei, para o foro de Ponta Delgada.

Questão diferente é se um agricultor se sentir injustiçado em todo este processo, o agricultor põe a acção contra o IFADAP ou contra o INGA na comarca da sua residência e o processo corre todo na comarca da sua residência, mesmo que seja um processo executivo.

Não se esqueça que tem que ver o artigo 12º e em relação a essas execuções, o que se refere é efectivamente a possibilidade que dá a facilidade que se cria, de permitir que existe uma maior proximidade relativamente àqueles que são os executados ou eventuais executados no caso, do que propriamente aquela que decorria da regra geral.

Sr. Deputado Paulo Gusmão, eu não sei se percebeu, por esta explicação, quais são as diferenças...

Deputado Paulo Gusmão (PP): A proximidade para a proximidade!

O Orador: O facto de definir como foro? É isso que V. Exa. está a sugerir?

Deputado Paulo Gusmão (PP): Proximidade para Ponta Delgada!

O Orador: O facto de definir como foro competente para as execuções em que o INGA e o IFADAP sejam os exequentes cada um dos foros da residência dos executados?

Como compreenderá, é uma solução que, à partida, tem todos os inconvenientes de atravancar todo o funcionamento deste processo e de atravancar todo o funcionamento do próprio processo de atribuição de ajudas, de fiscalização de ajudas e de levar essa fiscalização às suas últimas consequências. Acredito que V. Exa. reconhecerá isso por certo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Ricardo Rodrigues): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Continuando neste debate que é interessante, temos que distinguir vários aspectos.

Até à decisão temos o foro administrativo. É possível ter, na instrução do processo antes da homologação das candidaturas pelo Secretário Regional, os mecanismos administrativos para regulamentação do processo, porque ainda não há uma decisão administrativa. Aí, se houver alguma questão, há recursos hierárquicos e pode haver recursos ao Tribunal Administrativo que, quer queiramos, quer não, tem a única existência em Ponta Delgada. Esta é a fase de instrução do processo de candidatura.

Finda a instrução do processo, finda a candidatura, aprovada e homologada a candidatura, é assinado um contrato entre o beneficiário e o IFADAP ou o INGA. Estamos no domínio das relações contratuais.

No domínio das relações contratuais, o próprio contrato pode definir outro foro. É aquilo que se chama em direito a *autonomia da vontade das partes*. Pode ser um foro. Se nada disserem, rege o regime supletivo das competências territoriais — se não me falha a memória, o artigo 305º do Código do Processo Civil — que determina qual é a competência dos tribunais, se no contrato que assinou o beneficiário com o INGA ou com o IFADAP, nada for esclarecido sobre o foro competente. Mas ainda não chegámos a esta parte dos títulos executivos.

Verificado o incumprimento por via do beneficiário reconhecer que não cumpriu e não foi ao tribunal da sua comarca — e depende, se ele aceitou no contrato que a comarca era a de Lisboa, vai ter que ir negociar para Lisboa, mas isso é um contrato e o artigo 4º, nº 2, que há pouco vi, rege-se pelas normas civis, portanto do Código Civil — a autonomia da vontade das partes determina que é possível fazer um foro que as partes convencionem.

Já estamos num incumprimento, uma certidão de dívida passada pelo IFADAP ou pela INGA. Aqui já não estamos a discutir se tem ou não razão, porque quando se passa a uma certidão de dívida, o beneficiário já perdeu.

Passada a certidão de dívida, determina a regra na lei geral — o artigo não sei bem qual é o foro competente, porque é do título executivo, mas não faz mal — que o foro competente é a do exequente. Quem tem um direito, quem é credor de uma dívida, vai pôr uma acção no tribunal e portanto já tem o direito de crédito, não vai pôr na comarca do que deve.

Portanto, eu tenho a dívida, sou credor, sou titular da dívida e agora para cobrar essa dívida vou pôr a minha residência. Isso não faz muito sentido. Por isso a regra geral é de que é da sede do exequente.

Nós propomos que em vez de ser a sede do exequente, que é em Lisboa, que seja em Ponta Delgada. Portanto, só no nível dos títulos executivos.

Presidente: Sr. Secretário, tente terminar a sua lição processual, porque o seu tempo terminou.

O Orador: Obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos votar o artigo 13º.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: O artigo 13º, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com a Proposta de Decreto Legislativo Regional, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O diploma baixa à Comissão de Economia para redacção final.

Vamos passar ao ponto seguinte, ou seja à **Proposta de Resolução — Defesa e preservação do património da indústria do chá e a criação de uma “Denominação de Origem Protegida” para o chá de São Miguel**, apresentada pelo Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Paula Marques.

Deputada Ana Paula Marques (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma das Principais Políticas Sectoriais aprovadas nesta Assembleia para os próximos 4 anos é a dinamização do crescimento e a competitividade da economia regional.

A actividade agrícola nos Açores remonta a pouco mais de 500 anos. A tarefa dos primeiros povoadores para desbravar a terra não foi fácil, as ilhas eram cobertas de um espesso manto vegetal e o grande desafio que então se impunha nessa luta pela sobrevivência era transformar a natureza criando-se espaços para o desenvolvimento de uma economia agrícola. O trigo, as plantas tintureiras, a cana do açúcar, a vinha, o linho, a laranja, o chá, o ananás, a espadana e tantas outras foram aqui introduzidas na esperança de virem a constituir uma fonte de rendimentos para as populações. A agricultura teve no passado, tem no presente e terá no futuro um papel importante na economia dos Açores.

Uma das grandes linhas de orientação estratégica para o sector é “apoiar e motivar as culturas industriais, bem como a agricultura biológica”.

A preservação de espécies vegetais tradicionais, bem como a promoção de produtos regionais é uma forma de manter a nossa identidade e de preservar o património rural que hoje é tão importante na Europa das regiões, pois ele é portador de um capital de memória colectiva que não pode ser esquecido, que tem de ser transmitido às gerações vindouras para que os nossos filhos se orgulhem da terra onde nasceram.

Foi com este propósito que os deputados do Partido Socialista subscritores desta Proposta de Resolução a elaboraram convictos de que não podemos perder para a eternidade um património de arqueologia industrial único na Europa; A agro-indústria do chá.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo:

Nos termos estatutários propusemos que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo as seguintes medidas:

- Inventariar e classificar o património da indústria do chá;
- Elaborar um programa de recuperação dos elementos patrimoniais relacionados com esta indústria;
- Prestar aos produtores de chá de São Miguel o apoio técnico necessário à criação de uma Denominação de Origem Protegida para o chá produzido na ilha;
- Desenvolver com o apoio do IAMA e com os produtores uma campanha de promoção deste produto com imagem de marca.

Importa sobretudo salientar que esta cultura centenária é a única na Europa e foi introduzida nos Açores por volta de 1820. A intensificação da indústria deve-se à Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense que então decidiu investir nesta cultura devido à decadência do “ciclo” da laranja.

O entusiasmo e os bons resultados então verificados levaram os promotores a trazer para a Região dois mestres chineses para ensinarem as artes e técnicas da cultura do chá. Sublinhe-se ainda que

esta planta foi certamente introduzida na Europa pelos Portugueses como defende o Prof. Joel Serrão no Dicionário de História de Portugal. Todavia foi o tráfico comercial dos Holandeses que o tornou mais conhecido na Europa. Também a Companhia das Índias Orientais, inglesa, o procurou divulgar na Europa. Porém a aclimação da planta só encontrou condições favoráveis ao seu desenvolvimento aqui nos Açores, não obstante ter sido também introduzido no Brasil. A extrema generosidade do nosso solo, o clima ameno e a elevada humidade do arquipélago, apresentavam condições propícias ao incremento desta cultura.

António Hintze Ribeiro no I Congresso Açoriano que se realizou em Lisboa em 1938 no seu artigo intitulado “Do Chá dos Açores” refere que “anteriormente a 1878 fizeram-se plantações experimentais na ilha de São Miguel: nas Capelas, na Ribeira Grande e Porto Formoso, sendo um dos mais entusiastas José do Canto que iniciou as plantações na Caldeira Velha — Ribeira Grande onde mais tarde instalou os primeiros maquinismos que substituíram a primitiva manipulação manual, iniciativa, mais tarde, seguida por outros agricultores”. Aliás, ainda hoje existe esta produção manual caseira, na Costa Norte da Ilha de São Miguel, algumas famílias cultivam o chá em casa e transformam-no apenas para consumo próprio. A produção rondava as 100 toneladas e destinava-se quase toda à exportação. Já nesta altura existiam problemas relativos à exportação sobretudo devido às pautas alfandegárias e à ameaça do chá colonial oriundo de Moçambique. Nessa época o Eng^o Hintze Ribeiro referia a importância do barateamento dos fretes, pois “só assim se manterá a labuta dos produtores do Chá Açoriano”.

Existiram em São Miguel várias indústrias a laborarem, hoje apenas se mantêm em laboração a Fábrica de Chá Gorreana e a Fábrica de Chá Porto Formoso recentemente recuperada e já em laboração devido ao entusiasmo e persistência dos actuais proprietários que iniciaram as obras de recuperação do imóvel. Este hoje constitui um bom exemplo de iniciativa empresarial tendo à disposição dos visitantes um espaço museológico, uma sala de chá e uma loja. Além disso poderão os visitantes desfrutar de uma paisagem magnífica e de um programa de animação turística. A Fábrica de Chá da Mafoma possui um património de arqueologia industrial de indubitável valor patrimonial e necessita de urgente recuperação. Portanto, em nosso entender, é necessário e urgente inventariar e classificar todo o património desta indústria.

O encorajamento de explorações familiares é um objectivo explícito da política agrícola da União Europeia (artigo 39, Tratado de Roma). As comunidades rurais baseadas em explorações familiares em que a pluriactividade são uma forma que tende a preservar valores e saberes – fazeres também promovem o equilíbrio ecológico e o investimento produtivo de uma forma integrada envolvendo pessoas e comunidades rurais no respeito máximo pelos patrimónios e pelo desenvolvimento local.

No que diz respeito à criação de uma denominação de origem é necessário prestar aos produtores de chá o devido apoio técnico. O chá é uma bebida que faz parte do quotidiano de muita gente, devido ao seu valor energético, tranquilizante, digestivo, diurético e até pelas suas propriedades medicinais é um produto com grande procura no mercado, também por essa razão, ele deve ser objecto de certificação, tal como já o foram outros produtos açorianos designadamente o queijo de São Jorge, o mel, o ananás, o maracujá e o queijo do Pico.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Membros do Governo:

Se queremos apostar num turismo de qualidade, se queremos valorizar os nossos recursos naturais e paisagísticos temos obrigação de tudo fazer para preservar e revitalizar o mundo rural que hoje na Europa constitui uma questão estratégica fundamental.

Neste sentido e sendo o chá um produto com História à semelhança de outros já referidos, é importante atrair os consumidores através da oferta de produtos genuínos com imagem de Marca. Os produtos tradicionais, possuem uma mais valia devido às regras estritas de produção sujeitas a um controlo rigoroso obtendo, assim, o uso de marca de certificação que só prestigia a Região, porque têm um valor acrescentado enorme.

Não foi por mero acaso que a Comunidade Europeia consagrou um sistema de protecção para os produtos agro-alimentares de carácter específico, a saber: Indicações Geográficas, Denominações de Origem e Especialidade Tradicional Garantida.

As culturas industriais do chá, do tabaco, da beterraba e chicória, ocupavam em 1998 cerca de 725 hectares. Só a cultura do chá já chegou a ocupar 300 hectares hoje está reduzida a pouco mais de 25 hectares, todavia é uma cultura que não tem doenças ou pragas que a desvalorize, pelo que, dado o

interesse hoje pelas culturas agro-biológicas, reveste interesse e merece obter notoriedade acrescentando assim a lista dos “Produtos com uma história para contar”.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS, do Governo e dos Deputados Paulo Gusmão e José Decq Mota)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É com gosto que o Grupo Parlamentar do CDS/PP apoia esta proposta do Partido Socialista.

Aliás, por excepção, gostaria de deixar uma palavra de louvor à visita “à rota do chá” que o Grupo Parlamentar fez, que teve esse efeito consequente e que agora esperamos bem que também tenha efeito junto de quem é dirigida esta Proposta de Resolução.

Também entendemos que o reconhecimento da iniciativa privada fica aqui explanado e é, sobretudo a iniciativa privada que tem mantido, a seu custo, todo o esplendor que o chá de São Miguel ainda continua a ter. É graças a essas pessoas que a tradição foi mantida e um pouco daquilo que é nosso, da nossa terra, do que continua a existir.

Gostaria de dizer apenas que felizmente a imagem do produto já é uma imagem de marca, não só do próprio chá, mas como todos sabemos é uma das imagens dos Açores no exterior.

É importante que o crescimento do sector siga essas pisadas que, até hoje, no pequeno núcleo que durante muitos anos se manteve, continuou e chegou até hoje. Por isso importa dizer, de uma forma clara, que este seja um passo e a certeza de que o chá embalado em São Miguel, continue a ser, no futuro, também o produzido em São Miguel. Aliás, não é difícil fazê-lo e avaliá-lo na relação que no futuro exista entre o alqueire de terra, no caso de vara pequena, e as toneladas de chá que porventura se produzem.

Que o chá de São Miguel continue a ser o ortodoxo, com apenas 1.5 a 2.6 gramas de teína e com isenção total de pesticidas.

Esta constitui por isso uma boa iniciativa para a vinculação da imagem da denominação que no futuro continue a existir, àquilo que — deixem-me dizer — até hoje manteve o chá da Gorreana e que contribuiu para que hoje possamos impulsionar outros a agarrar aquilo que é a nossa tradição e que mais do que algum apego à tradição, significa, felizmente, a potenciação de recursos e futuro no turismo, futuro na nossa imagem e um apoio efectivo a tudo isto.

Escusado é concluir o nosso voto favorável.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Bolieiro.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a apreciar a Proposta de Resolução para a defesa e preservação do património da indústria do chá e a criação de uma “denominação de origem protegida” para o chá, em São Miguel. Uma proposta que recomenda ao Governo medidas adequadas, com as quais nós concordamos.

A produção de chá em São Miguel é um dos últimos testemunhos da acção da sociedade promotora da agricultura micalense e dessa notável geração de açorianos que, na segunda metade do século XIX, com uma visão a todos os títulos notável, foi capaz de ultrapassar a situação de crise então vivida e motivada pelo fim do ciclo da produção da laranja.

Assim, para além do interesse que representa actualmente a recuperação e a preservação do património relacionado com a indústria do chá, é também com sentido de justiça que expressamos, por esta via, preito de homenagem a quem tanto dedicou ao desenvolvimento destas ilhas.

O interesse actual da cultura do chá reside não apenas no aspecto de diversificação da produção agrícola, mas também no facto de que pode constituir um factor de animação turística pela curiosidade de se poder ver e apreciar os métodos, quase artesanais, da produção e fabrico de um único chá que se produz na Europa.

Por outro lado, a cultura do chá apresenta actualmente perspectivas de desenvolvimento pelo alargamento do mercado que o incremento do turismo representa e também pelo facto de se terem descoberto as propriedades anti-oxidantes do chá verde, que contrariam o natural processo de envelhecimento celular e que tem contribuído para um marcado aumento da sua procura.

A criação de uma denominação de origem protegida parece-nos ser meio apropriado à preservação da qualidade e à defesa e promoção do chá de São Miguel.

Por todas estas razões, naturalmente, o PSD vota favoravelmente esta Proposta de Resolução que recomenda medidas ao Governo, e que esperamos não caíam em saco roto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Muito brevemente para, à partida, dizer que o Grupo Parlamentar do PCP apoia e aplaude esta iniciativa. Esperamos que ela possa surtir efeito.

Pensamos que é uma atitude política da Assembleia, uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que tem importância e que deve merecer da parte do Governo a maior atenção.

Para além de outras questões, importa também realçar que com a aprovação desta proposta neste momento e com as medidas que dela venham a resultar, estamos, à partida, a reconhecer-se e a dar-se mérito à persistência e à teimosia daqueles que, teimosamente, persistiram e mantiveram ao longo de muitos anos — e durante muito tempo, uma única empresa — esta actividade.

Ao fazer-se esta recomendação e ao tomarem-se as medidas que dela possam resultar, está-se a encontrar um conjunto de formas que de alguma forma também ajudam a incentivar e a criar perspectiva, de forma séria, para esta actividade.

Este reconhecimento, que é da iniciativa privada certamente, que é do mérito das pessoas que teimosamente mantiveram a actividade, e que é importante fazer-se.

Do ponto de vista turístico, esta medida também tem o maior interesse, no que respeita à visita que nos fazem, ao reconhecimento, mas também à divulgação dos Açores.

É certo o que foi dito por vários Srs. Deputados, nomeadamente pelo Sr. Deputado Paulo Gusmão. É perfeitamente certo que o chá dos Açores é procurado, é divulgado e gostaria de dar um testemunho sobre isso.

Possivelmente, muitos dos senhores deputados não sabem, mas por exemplo, o Partido Comunista Português, o meu partido, desde a primeira Festa do Avante, todos os anos, vende quantidade apreciável de chá da Gorreana nessa festa...

(Risos da Câmara)

... que é comprado por muitos milhares de pessoas que visitam esse certame e que assim têm um contacto com um produto dos Açores.

Ora, se esse produto tiver várias origens e várias empresas, se for certificado, obviamente, que é importante.

Com isto quero apenas dizer que fazemos, como todos fazem, o que podemos para divulgar os nossos produtos e a nossa terra e fazemos com sucesso, no caso do chá.

Portanto, isto ajuda-me também a demonstrar que a iniciativa tem valia e esperamos que o Governo tenha também a mesma persistência — não é preciso tanta como as pessoas que têm a cultura do chá a seu cargo — a persistência suficiente para dar execução a esta recomendação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Rego.

Deputado José Rego (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à plantação de chá nos Açores, gostaria de realçar que o chá industrial, etc., é produzido no concelho da Ribeira Grande e é único nos Açores.

Como Ribeiragrãndense e tendo vivido outras culturas agro-industriais que tiveram fábricas importantes no concelho da Ribeira Grande — as fábricas do tabaco da Maia e da Ribeira Grande, as fábricas de chicória que houve ao longo do concelho e a fábrica do linho da Ribeira Grande — mas que já perderam todo o seu património, poderia dizer que foi um património de arqueologia industrial que desapareceu.

Hoje, ao apresentarmos essa proposta da qual eu sou um dos proponentes, queria realçar os dois aspectos mais relevantes da proposta.

O primeiro passa pela preservação do património da indústria do chá e o segundo passa pela valorização do produto com a atribuição de um DOP (Denominação de Origem Protegida).

Esta cultura apresenta ainda uma mais valia para o concelho da Ribeira Grande, dado que neste momento em termos turísticos é muito apreciado por quem nos visita, não só pelo produto, mas pela tradição do fabrico desta indústria agro-alimentar.

Importava ainda lembrar que este tipo de cultura será proximamente integrada pela primeira vez no POSEIMA, que se encontra neste momento em aprovação na Comunidade Económica Europeia, no qual espera-se que 100 a 200 hectares sejam apoiados entre 500 a 800 euros, e fará com que esta cultura venha a ter no futuro um incremento que se espera significativo.

Disse.

Presidente: Srs. Deputados, ao analisar esta proposta, a Comissão, por unanimidade, resolveu propor aqui algumas alterações ao preâmbulo.

Como foi por unanimidade e não há problemas sobre esta matéria, a Comissão de redacção depois tratará desta questão de redacção e por isso vamos votar esta Proposta com o entendimento de que se assumem as alterações de redacção propostas pela Comissão.

Assim sendo, vamos votar a Proposta de Resolução “Defesa e preservação do património da indústria do chá e criação de uma “denominação de origem protegida” para o chá de São Miguel.”

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Baixa à Comissão para redacção final.

Os Srs. Deputados vamos fazer um pequeno intervalo de 10 minutos.

(Eram 18 horas e 50 minutos)

Presidente: Srs. Deputados, vamos dar início aos nossos trabalhos.

(Eram 19 horas e 05 minutos)

Está presente na Mesa e foram debatidas em Comissão duas **Propostas de Resolução** relativas à “**actividade de automóveis ligeiros de passageiros**” uma apresentada pelo Partido Comunista Português e outra pelo Grupo Parlamentar do PP.

Entretanto, na reunião da Comissão de Economia, foi elaborada uma proposta de substituição conjunta que foi aprovada por maioria com os votos favoráveis do Partido Socialista, do Partido Popular e do Partido Comunista Português e com a abstenção do PSD.

Portanto, vamos iniciar o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional: Este ponto da nossa ordem de trabalhos trata de discutir as Propostas de Resolução e o que resulta do trabalho da Comissão que o Sr. Presidente da Assembleia acabou de anunciar.

Em primeiro lugar e muito rapidamente, gostava de historiar este processo na sua fase actual e recente.

O Grupo Parlamentar do PCP fez uma Proposta de Resolução sobre a actividade dos automóveis ligeiros de passageiros. Alguns dias depois, o Partido Popular também, e dentro do prazo previsto no Regimento, porque têm que ser discutidas em conjunto, fez entrar uma proposta sobre matéria equivalente. Alguns dias depois, o Grupo Parlamentar do PSD, primeiro através de conferência de imprensa e depois de apresentação em Comissão das propostas, também interveio neste processo com um conjunto de propostas de alteração.

Antes de continuar com o resto da evolução e de caracterizar a proposta do meu Grupo Parlamentar, gostaria de dizer que temos satisfação em sublinhar que nesta fase, uma vez que esta matéria já foi discutida há muito tempo atrás na anterior legislatura e agora nesta, interpretando opiniões, posições que os taxistas através das suas associações representativas nos fizeram chegar, nós tomámos a iniciativa de desencadear este processo.

Gostaria também de sublinhar que ficámos satisfeitos por outros partidos, outros grupos parlamentares terem secundado esta proposta e ficámos também satisfeitos pelo partido que apoia o Governo e que tem a maioria, ter entendido na Comissão tratar este assunto, em conjunto com os restantes partidos, de forma positiva no que respeita à procura de uma solução.

Caracterizando a proposta inicial do PCP para poder explicar a evolução da nossa posição, diria que ela tem duas características essenciais: uma recomendava que uma Comissão da Assembleia estudasse um conjunto de matérias relativamente a esta actividade dada as diferenças actuais que esta actividade dos táxis tem no contexto regional e dado os novos elementos que alteram essa actividade e outro objectivo da proposta era recomendar ao Governo que estudasse a possibilidade de reduzir o preço do gasóleo.

Efectivamente há mudanças muito profundas na actividade dos automóveis de aluguer de passageiros com condutor que resultam de variadíssimos factores, mas o que é certo é que essas diferenças não eliminam ou não anulam a necessidade que há em que essa actividade não só exista, mas que seja uma actividade economicamente equilibrada para quem a exerce.

É daí que depois desta Assembleia passados mais de dois anos se ter pronunciado e não ter havido medidas visíveis do Governo anterior, tornou-se urgente que houvesse essas medidas.

Na nossa óptica, era também urgente e continua a ser, como adiante se verá que a Assembleia Legislativa Regional, depois de intervir neste processo com esta resoluções, não se alheasse dele e continuasse a acompanhá-lo.

O facto de na Comissão de Economia se ter realizado uma discussão que possibilitou e levou à criação unânime de um grupo de trabalho que posteriormente elaborou o texto alternativo que o Sr. Presidente referiu há pouco, foi um facto em si mesmo positivo.

Obviamente que os partidos proponentes, nomeadamente o Grupo Parlamentar do PCP, tinha que ter em conta que estando a negociar com o conjunto dos outros partidos na perspectiva de ser aprovada uma resolução, também tinha que ter em conta a contribuição, a colaboração, a perspectiva e o ponto de vista do partido maioritário, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Foi exactamente dentro dessa linha de actuação que orientámos a nossa acção e a nossa decisão de apoiar e de subscrever o texto alternativo.

Em relação à nossa proposta, qual é a evolução ou qual é a modificação que há?

No que respeita ao texto alternativo, os considerandos são basicamente aqueles que apresentámos.

No que respeita à matéria posta, foi seleccionado um conjunto de pontos que constam, de acordo com a informação prestada, de um estudo que está sendo feito entre o Governo Regional e as associações de táxis — uma série de pontos que inclui pontos importantes como seja, por exemplo, a perspectiva da reforma antecipada — para se recomendar ao Governo Regional a sua execução imediata.

Por outro lado, foi seleccionado um outro conjunto de pontos e encarregada a Comissão de Economia da Assembleia para, em tempo útil, poder fazer a avaliação, ou seja, se o resultado desses pontos é suficiente para um reequilíbrio da actividade ou se pelo contrário tem que se entrar por outros caminhos, nomeadamente aquele referente à descida do preço do gasóleo.

Há aqui uma diferença importante em relação à nossa proposta inicial, mas há dois dados adquiridos neste conjunto. Um é uma garantia bastante forte, na medida em que houve um envolvimento directo do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é a garantia de que aqueles pontos que estão neste momento a ser estudados pelo Governo e que serão recomendados pela Assembleia, serão efectivamente cumpridos. Por outro lado, também se adquire um outro aspecto, é que a Assembleia que nós pretendíamos, não se alheie do processo e em tempo útil, depois de um tempo de execução desses pontos, avalie se as medidas são suficientes ou se são precisas outras, nomeadamente a da descida do gasóleo.

Pensamos que este processo tem todas as condições de evoluir neste novo quadro, e não no quadro em que foi discutido há dois anos e meio atrás com outra correlação de forças, e tem toda a possibilidade de evoluir de forma equilibrada no sentido de ajudar a resolver esta actividade económica que é essencial, é importante e tem problemas sérios que variam de ilha para ilha. Portanto, não se pode perder mais tempo sem que eles sejam encarados.

Ficamos satisfeitos de termos contribuído para que este processo tivesse este encaminhamento.

Ficamos satisfeitos de todos terem dado o seu contributo e de muito possivelmente se poder chegar a uma conclusão positiva.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vai esta Assembleia Legislativa apreciar hoje duas Propostas de Resolução, uma do Partido Popular e outra do PCP, que, no nosso caso, recomendam ao Governo Regional a adopção de um conjunto de medidas sobre a actividade dos transportes públicos rodoviários em automóveis ligeiros de passageiros que, como é do domínio comum, tem vindo a perder rentabilidade ao longo dos últimos anos.

Trata-se de um sector da actividade que não tem beneficiado directamente do processo geral de desenvolvimento económico dado que o extraordinário aumento do parque automóvel dos particulares, veio, progressivamente, retirar um importante segmento do mercado constituído pela população residente.

Por outro lado, o significativo aumento que se tem verificado no fluxo turístico não tem revertido em acréscimo de clientela para a actividade dos Táxis, dado o elevado incremento dos rent-a-cars e do transporte colectivo próprio das agências de viagem e unidades hoteleiras.

Se a isso adicionarmos o aumento dos custos de operação e o acréscimo do número de licenças que ocorreu à alguns anos atrás, fácil é concluir que, em toda a Região, os Taxistas tendo que trabalhar muito mais horas, do que é normal e aceitável, estão a facturar muito menos, estando em risco, para muitos deles, a rentabilidade mínima da sua actividade, com as inevitáveis e indesejáveis consequências económicas e sociais.

Estamos assim perante uma grave crise num sector sujeito a uma grande sazonalidade e que presta um relevante serviço económico e social. Por isso deve merecer a atenção de quem governa esta Região e o apoio dos poderes públicos que lhe podem dar voz, como é o caso desta Assembleia.

Tendo presente esta realidade, que não é de agora, em 1998 trouxemos o problema a este Parlamento e após um trabalho desenvolvido no âmbito da Comissão Parlamentar competente, em Maio de 1999, fizemos aprovar, nesta Assembleia, por unanimidade, uma Resolução que recomendava ao Governo Regional a implementação de doze medidas indispensáveis à viabilização da actividade económica desenvolvida por várias centenas de taxistas que operam na nossa Região Autónoma.

Do conjunto daquelas medidas, umas eram estruturais e outras de pormenor, ou mesmo meramente simbólicas, mas todas deveriam ter merecido a adequada prioridade por parte do Governo Regional do PS. Aliás, muitas das recomendações eram de simples execução e vinham ao encontro das necessidades básicas do sector. Teria bastado um pouco de boa vontade.

Passado dois anos, o Governo Regional não foi capaz de dar a devida resposta, nem a umas nem a outras, inviabilizando a satisfação dos justos e legítimos anseios dos taxistas dos Açores, que estavam contemplados na recomendação aprovada pela Assembleia Legislativa.

Por isso surgiu agora a Proposta de Resolução do CDS/PP que retoma exactamente os doze pontos da anterior recomendação, enquanto a proposta do PCP retoma de imediato um desses pontos, remetendo outros para estudo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na perspectiva do Partido Popular, é evidente que dos doze pontos previstos alguns são estruturantes e mais urgentes, enquanto outros requerem apenas medidas pontuais da responsabilidade de serviços públicos ou instruções do Governo junto de entidades fiscalizadoras.

No primeiro caso, importa restabelecer ao nível do mercado um novo equilíbrio, agindo sobre a diminuição da oferta do serviço de táxis na Região.

Para o efeito deve ser implementado um Sistema de indemnizações, em montantes adequados à realidade de cada ilha, a quem, voluntariamente, de acordo com os critérios a fixar, queira aderir ao processo de cancelamento da licença para o exercício da actividade, conforme previsto no ponto dois.

Esta medida é tanto mais adequada quando se sabe que várias dezenas de profissionais do sector já possuem idade avançada e só se mantêm em actividade por razões de subsistência.

Em perfeita correlação com este incentivo à diminuição da oferta importa recomendar às Câmaras Municipais a não atribuição de novas Licenças para o exercício da actividade, conforme previsto no ponto dez.

Outra medida estruturante tem a ver com o incentivo ao investimento no sector, que possibilite por um lado a diminuição dos seus custos e por outro a adequada renovação da frota, que para além de

melhorar o nível e qualidade do serviço prestado acarreta também uma diminuição dos gastos de manutenção e conservação.

Daí a proposta para a criação de uma linha de crédito destinada à indispensável renovação da frota de Táxis, com juros gradualmente bonificados, para a aquisição de viaturas novas, e que no nosso entender deve também incluir a aquisição de viaturas usadas da “gama” alta, com menos de três anos, e de equipamentos que possibilitem melhoria dos serviços prestados, conforme previsto no ponto um da Resolução.

Embora usualmente as linhas de crédito de incentivo ao investimento se destinem à aquisição de equipamentos em estado novo, no caso em apreço a experiência aconselha a que se abra uma excepção, dado que é possível adquirir viaturas da “gama” alta, com menos de três anos, em muito bom estado, por preços vantajosos. O incentivo para incluir este tipo de viaturas na renovação da frota, iria impedir que, tal como acontece presentemente, a renovação seja feita através de viaturas com mais anos de uso e elevada quilometragem, que apesar da boa aparência, acarretam crescentes custos de manutenção e conservação.

Finalmente, ainda no âmbito das soluções inadiáveis, conforme se prevê no ponto oito da Resolução do PP, importa que o Governo Regional promova a urgente regulamentação das normas sobre a actividade dos Táxis, dada a especificidade dos Açores e os graves inconvenientes de os detentores individuais de táxi terem de se constituir em sociedade.

Efectivamente paira uma grande ameaça sobre os empresários em nome individual, que constituem a esmagadora maioria dos Taxistas da Região, que por força da legislação nacional vigente, têm que se constituir em sociedades até antes do final do ano.

Para além de não ser essa a vontade dos profissionais nos Açores, as características sócio-culturais da nossa Região não o fomentam e as negativas experiências do passado desaconselham tal solução. Forçar a constituição de sociedades na exploração dos transportes públicos ligeiros de passageiros nos Açores seria desastroso para a actividade.

De resto, ainda no âmbito da Regulamentação da actividade, importa adequar o limite dos doze anos, estabelecido a nível nacional, como idade máxima para os veículos em operação, dado que, na Região, são muitos os carros da frota que se encontram próximo desse limite e cujo estado de conservação é muito satisfatório, com a agravante do sector estar em crise.

Por outro lado, a média de quilometragem efectuada anualmente em serviço nos Açores é muito inferior à que ocorre nos principais centros urbanos do continente e parte dos veículos que renovaram a frota, apesar do seu bom estado de conservação, por razões económicas, já foram adquiridos com alguma idade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

A par destas medidas estruturais, importa salvaguardar um conjunto de recomendações que apontam para melhorias no sector, quer na óptica da qualidade do serviço prestado quer na garantia de que a concorrência se processe rigorosamente nos termos da lei.

Assim, no primeiro caso, deve ser recomendada ao Governo uma maior fiscalização da actividade dos Táxis relativamente a questões que envolvem a apresentação, limpeza das viaturas e qualidade do serviço prestado, conforme previsto no ponto nove da Resolução do Partido Popular.

Há que fazer um grande esforço nesse sentido, em ordem à dignificação da classe e do sector e à salvaguarda da qualidade do serviço prestado, numa altura em que tanto se aposta no Turismo.

No segundo caso há que tomar as medidas adequadas à fiscalização das actividades que, irregularmente, fazem concorrência desleal e não autorizada aos Taxistas.

Neste particular impõe-se uma maior fiscalização aos operadores turísticos que prestem serviços não autorizados (ponto quatro da Resolução do Partido Popular) bem como a outras entidades colectivas, sócio-culturais, que fazem serviços concorrentes com os dos Táxis e a empresas que alugam viaturas não autorizadas (ponto seis da Resolução do PP).

Na mesma ordem de ideias, embora com menor incidência, impõe-se garantir que o próprio serviço de ambulâncias cumpra, rigorosamente, apenas com os serviços de que estão oficialmente incumbidos e, por isso, não pratiquem em nenhuma circunstância deslocamentos que se afigurem concorrentes dos transportes públicos de passageiros (ponto cinco da Resolução do PP).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O ponto sete da Proposta de Resolução do Partido Popular que recomenda maior parcimónia na utilização de viaturas oficiais no transporte de agentes da administração ou de técnicos e cidadãos, sem direito a transporte oficial, nomeadamente quando se deslocam de e para os aeroportos da Região, na óptica do Partido Popular, deve merecer a maior atenção deste Parlamento.

Efectivamente não está em causa, como decorre da letra do texto, o transporte em carro oficial dos agentes da administração que a tal tenham direito.

A verdade é que por solidariedade e natural simpatia entre serviços, muitas vezes por comodismo ou cortesia, a administração recorre com frequência ao transporte em viaturas dos serviços, para e dos aeroportos, de funcionários administrativos ou técnicos que se deslocam em serviço com direito a subsídio de ajuda de custo e de transporte, mas não a transporte oficial.

Conscientemente ou não, a administração, a troco da poupança que faz no subsídio de transporte a que estes funcionários tinham naturalmente direito, está efectivamente a retirar do mercado dos Táxis uma importante parcela do mercado local.

É ver o que acontece no aeroporto de Lisboa, onde este tipo de funcionários e agentes utilizam naturalmente o serviço dos Táxis, enquanto nos aeroportos dos Açores as carrinhas oficiais dos diversos serviços, fazem fila para transportarem estes funcionários para as unidades de alojamento, enquanto a fila dos Táxis aumenta.

Sobre este tipo de situações há que fazer opções e emanar directrizes claras sobre a utilização com parcimónia do transporte em viaturas oficiais. Caso contrário, estamos a “chorar lágrimas de crocodilo” pela crise que afecta a actividade dos Táxis nos Açores.

Quando a par de tudo isto, no caso específico das praças de Táxi de Angra do Heroísmo, a segunda maior concentração de Táxis dos Açores, se assiste à introdução, pela Câmara Municipal, de carreiras urbanas gratuitas, simpaticamente acessíveis a toda a gente, que atravessam a cidade permanentemente e fazem a ligação entre os principais pólos geradores de serviço de Táxi, não há concorrência que resista nem actividade económica que subsista.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:

Há que ter coragem para mudar uma série de coisas, impor regras e incrementar a fiscalização. Há que introduzir as tais medidas estruturantes que apontamos no início da nossa intervenção.

Se o Governo Regional intervir com urgência, determinação e eficácia será possível retomar um saudável equilíbrio no mercado do Transporte Público Ligeiro de Passageiros na nossa Região, devolvendo-lhe uma rentabilidade adequada.

Para o efeito há que reduzir a oferta do serviço de Táxi através da indemnização ao cancelamento de licenças, aumentar a procura daquele serviço, através da eliminação da concorrência desleal de que o mesmo vem sofrendo e apoiando o investimento na renovação da frota e de outros equipamentos através da criação de uma linha de crédito bonificada.

Se assim acontecer, como se impõe, acreditamos que se poderá evitar o recurso ao apoio directo à exploração, que é sempre tecnicamente indesejável, através de um subsídio especial ao gasóleo, ou a aplicação de outras benesses quase insignificantes como a isenção do pagamento da inspecção anual a que as viaturas estão sujeitas.

Um sector forte, saudável, com capacidade de investimento, num mercado equilibrado, como se deseja e é possível criar, não irá necessitar de subsídios à exploração e subsistência, nem será necessário recorrer a aumentos tarifários superiores à inflação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como acabámos de demonstrar e, justificadamente, o Grupo Parlamentar do Partido Popular subscreve, com gosto, a proposta de alteração elaborada no âmbito do trabalho da Comissão competente que, como é do vosso conhecimento, desagrega o conjunto das propostas em análise em dois grupos. O primeiro grupo de propostas é composto por uma recomendação imediata ao Governo para a sua implementação e o segundo grupo de propostas, que após estudo e apreciação do impacto do primeiro, poderão eventualmente vir a ter andamento.

É com gosto que subscrevemos as propostas pertencentes ao primeiro grupo em número de 6 e que resumem, no âmbito daquilo que havíamos proposto, aquelas que têm carácter mais estruturante.

Relativamente ao segundo grupo de propostas, também em número de 5, 3 resultam da nossa iniciativa parlamentar e as outras 2, nomeadamente o apoio à instalação de centrais de táxis e o apoio na área da promoção profissional, nomeadamente através da realização de cursos de

formação, são adendas e aditamentos que muito valorizam e de forma oportuna aqui estão, pensando nós até que, no que respeita a uma e a outra, elas se integram no sistema geral de apoio do sector público às actividades económicas.

No caso do apoio à instalação de centrais de táxis, esta medida não é de resto inovadora no conjunto da Região, atendendo que é do nosso conhecimento que, nomeadamente em Ponta Delgada, já houve uma acção de apoio, por parte da Administração Regional, que visava pelo menos incentivar esse tipo de investimento. Logo, sob esse ponto de vista, o que importa é generalizar, ao conjunto do sector, uma prática que em boa hora já teve algum início e, no segundo caso, o apoio na área da formação profissional, diremos que deveria ser uma preocupação permanente e não deveria ficar dependente de qualquer apreciação do resultado das chamadas medidas estruturantes.

Portanto, apesar da mesma aqui estar e ter a nossa subscrição, um apelo que deixamos desde já, é que na área da formação e promoção profissional, independentemente do conteúdo que aqui está, haja um esforço muito concreto do Governo para apoiar as associações e a sua federação, no sentido de melhorar rapidamente a imagem e o serviço num sector que é importante ao desenvolvimento do nosso turismo.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi feita aqui alguma apreciação em termos históricos, à introdução destas últimas Propostas de Resolução da autoria do PCP e do PP.

Porém, acontece que a história em torno desta matéria, remonta a Maio de 1998, altura em que a Comissão de Economia principiou a ouvir todas as associações de táxis da Região.

Aí se inseriu o trabalho activo do Partido Socialista, em paralelo com todos os outros partidos, no que se refere a esta matéria, auscultando com relativa frequência todas as associações de táxis, quer no âmbito da comissão, quer até fora dela.

Inteiramo-nos, portanto, de todas as condições precárias, digamos assim, em que algumas associações de táxis e alguns taxistas executam a sua profissão, porque em termos de rentabilidade, deixava muito a desejar.

Acontece que o problema número um suscitado desde então, prendia-se com o excesso de táxis existentes em qualquer uma das associações, mas com particular incidência na Ilha Terceira, onde, para além de todas as situações que criaram este problema em todas as outras ilhas, houve aquela situação derivada da existência dos militares americanos na Base que utilizavam muito os táxis e que, de um momento para o outro, praticamente deixaram de os utilizar, embora o façam mas em situações pontuais e em pequena escala.

Isso fez com que, por exemplo, na Ilha Terceira, existam praticamente tantos táxis como na Ilha de São Miguel. Com a desproporção que existe na população de cada ilha, notam-se bem os problemas existentes nesta área, com menos actividade e menos circulação, que, obviamente, deriva da percentagem de população que existe em cada ilha.

Acontece que nessa altura, e datado de 14 de Maio, a Comissão de Economia entregou um trabalho, onde recomendava ao Governo 10 pontos considerados prioritários e essenciais para a ultrapassagem deste problema.

No dia 19 de Maio entrou a Proposta de Resolução do PP, ou seja, a primeira, exactamente com estes mesmos pontos que a Comissão de Economia apresentava. Não é um trabalho inédito, é antes o retomar — para que se entenda a história sobre esta matéria — das propostas que a Comissão de Economia já tinha recomendado ao Governo, transformando-as numa Proposta de Resolução. Obviamente teve o apoio unânime da Câmara, como já tinha tido a recomendação da Comissão de Economia.

A partir daí, o Governo principiou a trabalhar sobre o assunto e quando se elencaram essas recomendações que vieram depois a ser transcritas, até na mesma ordem prioritária na Proposta de Resolução do PCP, recomendou-se de uma forma genérica todas elas, porque o estudo posterior é que iria indicar por onde é que o Governo iria entrar para principiar a resolver tão grave problema, como entendíamos na altura e continuamos a entender hoje.

Acontece que dos trabalhos havidos, deu-se prioridade à reivindicação número um de todas as associações de táxis, que era exactamente a redução dos táxis existentes numa percentagem de 20% e possivelmente até mais do que isso, na Ilha Terceira.

Esse assunto foi aprofundado pelo Governo Regional de maneira que está praticamente em vias de conclusão e, portanto, tudo indica que para a iniciação da redução dos táxis existentes, passe-se por aquilo que está aqui no primeiro ponto da Proposta de Resolução, ou seja, por reformas antecipadas, por reformulação ou reconversão da actividade profissional ou até por indemnizações para quem queira terminar a actividade, cancelando a sua licença.

Nesta ordem de ideias não fazia sentido continuar a incluir determinadas medidas no mesmo grau de prioridade. Se o que está em causa é a rentabilidade da actividade de taxista, tinha que haver primeiro este esforço do Governo.

Já tendo realizado alguns passos no sentido de resolver os problemas da actividade do taxista, (esta vontade de resolver passa pela redução dos táxis que também é um grave problema existente) havia que dar espaço para que depois de concluído esses trabalhos e depois da observação da realidade na prática da execução deles, sabermos o que é que era necessário avançar a partir daí.

Aí então, aparecem medidas que se inserem numa ordem prioritária, medidas essas que já foram apresentadas pelos Srs. Deputados que me antecederam de uma forma esclarecedora, por isso julgo que não é necessário estar aqui a repeti-las. Gostaria apenas de dizer que o facto de haver uma divisão por prioridades assenta na ideia de que depois de umas em execução, ir-se-á então atender às outras e saber se são ou não necessárias, porque se com estas a actividade do taxista se tornar rentável, não é de todo próprio que iremos atender a outras medidas na altura reivindicadas e que não farão sentido se estas medidas que agora vão ser aplicadas forem positivas.

Portanto, é esta razão pela qual o Partido Socialista, sem nunca ter apresentado uma proposta de resolução formal, esteve sempre por dentro do assunto desde o início do trabalho da Comissão, simplesmente por confiar no Governo, por saber que o Governo já trazia na mão o conhecimento efectivo desta realidade e destes problemas e sabíamos que a partir dessa recomendação o Governo iria trabalhar e fazer todos os possíveis para, no mais curto espaço de tempo, principiar a resolver esta situação. Por isso, também estamos de acordo com os trabalhos apresentados.

Nesta proposta que saiu da Comissão estão incluídos todos os pontos que qualquer partido apresentou na sequência destes trabalhos. Só a ordem prioritária é que é da concordância apenas de uns. Na altura, na Comissão, não foi do PSD que não esteve contra, mas absteve-se.

Portanto, chegámos a uma situação onde as próprias associações de táxis que nós contactámos estão de acordo com este procedimento. Havendo também concordância dos partidos, temos esperanças que o trabalho do Governo que até aqui foi profícuo, continue a caminhar no mesmo sentido e que os taxistas vejam a sua situação profissional resolvida o mais breve possível.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD desde de 98 já tem vindo a acompanhar, quer seja na Comissão, quer seja em trabalhos com os representantes da classe, estas matérias. Desta feita, em sede de Comissão de Economia, tentámos também contribuir para responder às reivindicações que julgávamos justas dos representantes desta classe dos taxistas e que nos haviam transmitido recentemente e outras numa fase anterior.

Julgamos que no texto de substituição que se encontrou, poderíamos ter ido um pouco mais longe, razão pela qual nos abstivemos em sede de Comissão, porque pouco se avança em relação à Resolução 5/99/A, mas posso adiantar que vamos votar favoravelmente no plenário.

Nalguns aspectos, pode-se de algum modo até dizer que se retrocedeu, nomeadamente em relação ao nº 11 desta resolução que citei, que já há dois anos que recomendava ao Governo que estudasse a possibilidade de atribuição de subsídio ao combustível utilizado por estes transportes públicos.

No texto agora submetido para a aprovação, esta situação fica protelada e entregue desta feita à Comissão de Economia.

Nos trabalhos que estivemos presentes propusemos que se deveria sintetizar e dar prioridade a um conjunto vasto de preocupações que foram postas, razão pela qual a nossa proposta, em sede desta Comissão, foi no sentido de se dar apoio aos combustíveis, pois os seus preços são superiores aos

de 99 e os preços praticados pelos taxistas mantêm-se inalterados desde há 5 anos, situação que a manter-se em favor dos utentes, como entendemos, não deveria prejudicar no entanto o rendimento destes taxistas.

Tal só seria possível com o mecanismo de apoio à aquisição dos combustíveis.

Por outro lado, e felizmente, os agentes económicos desta área, têm vindo a agrupar-se em associações de ilha e em federações, nomeadamente na Federação Açoriana, o que pode contribuir para a dignificação dos seus associados por um lado e, por outro lado, para a dignificação da sua classe e para um melhor serviço dos utentes, merecendo por isso o apoio das entidades públicas, todo o apoio que estas lhe possam prestar e esta questão não foi devidamente estabelecida nestes textos de substituição.

A legislação nacional que já foi aqui referida e que enquadra a actividade de automóveis de aluguer com condutor, necessita de uma adaptação urgente à nossa realidade insular e arquipelágica e, a partir de Outubro deste ano, essa situação põe-se com maior incidência, pois entrarão todos os mecanismos que lá estão previstos em vigor, o que foi bom, em nosso entender, colocar no texto de substituição.

As exigências regulamentares e de mercado obrigam a uma qualificação destes meios de transporte que são cruciais, não só na actividade normal da nossa sociedade, mas em particular do sector económico que representa o turismo, sendo muitas vezes os taxistas a primeira e a última referência que os nossos turistas levam das nossas ilhas, pelo que a formação dos agentes e, por outro lado, o rejuvenescimento destes operadores, se torna urgente.

Neste sentido, entendemos que deve ser instaurado um sistema que vise o apoio à retirada voluntária de operadores, até porque nalgumas ilhas se constata o excesso de táxis a circular, segundo critérios a fixar para quem queira aderir a um sistema de cancelamento de licenças que não deverão ser de novo atribuídas, contribuindo-se assim para o tal equilíbrio entre a oferta e a procura. Isto está também inserido e bem no texto de substituição da Proposta de Resolução.

Gostaria de dizer que se bem que algumas das nossas opiniões foram tidas em conta, não o terão sido na totalidade ou, pela forma ou prioridade, não se conjugam exactamente com o que nós pretendíamos e propusemos na Comissão.

Porém, vamos associarmo-nos, como já disse, na votação favorável desta Proposta de Resolução, pois havendo naturalmente alguns retrocessos nalguns pontos, esta proposta vem renovar preocupações já explicitadas na anterior e vem ainda renovar as recomendações desta Assembleia perante um novo Governo, de uma forma de novo unânime pelo que sabemos, esperando que desta feita os taxistas possam ter a esperança de actuação célere nestas matérias e que a Comissão de Economia vá, a partir daqui, acompanhar.

Deputado José Manuel Bolieiro (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, gostaria de referenciar factualmente os apoios dados pelo VII e pelo VIII Governo a várias associações de táxis, porque felizmente elas já existem, tanto na vigência deste Governo como do anterior, nomeadamente com os apoios a 209 rádios, no montante de 31.842.081 escudos. Este apoio foi efectuado nas Ilhas de São Miguel, do Faial e do Pico, às associações que nos solicitaram apoio para a instalação de centrais de rádio de táxis.

Devo mesmo dizer que, no caso da Ilha de São Miguel — é o dado que disponho — o ano passado houve 15 mil chamadas para a central de táxis o que demonstra a importância da eficácia desse sistema de comunicações na própria actividade dos táxis.

Por outro lado, continua em curso estes apoios à medida que as associações nos vão solicitando.

Gostaria também de informar esta Câmara de alguns dados que penso que são relevantes para a análise séria deste problema e que têm a ver nomeadamente com o número de licenças de táxis que existem nos Açores e que foram dadas pelas Câmaras Municipais num total de 630. Já há algum tempo que não se verifica a concessão de licenças de táxis.

Nessa altura, em 1998, nós fizemos sentir a necessidade do mercado não ser compatível com um maior número de licenças de táxis, mas existem também 1388 motoristas nos Açores, que são mais do que as licenças, porque como sabem, cada carro pode ser conduzido por mais que uma pessoa,

desde que tenha o certificado de aptidão profissional ou a vulgarmente conhecida carteira profissional.

Essa carteira profissional, nos Açores, foi dada por um sistema “ad hoc” aos taxistas que já tinham idade e que não podia aceder aos mecanismos que nacionalmente estavam estipulados na lei, no sentido de não haver a possibilidade deles ficarem prejudicados na sua actividade e no seu ganha pão, porque esta actividade é complexa.

Eu não gostaria de particularizar situações marginais, mas não há em todo este sector um conjunto de situações que correspondam unicamente à subsistência das pessoas.

Há também, como já foi dito aqui e o Governo concorda com isso, ilhas que têm diferenciações próprias e têm problemas próprios.

De qualquer modo, gostaria de informar a Câmara que sendo do mérito das associações — e é por isso que elas se constituem em associação — há algumas regalias que essas associações já auferem: 70% de redução no valor do imposto automóvel, alguns contratos com gasoleiras no sentido da redução de 5 escudos e meio por litro para algumas ilhas e 4 escudos para outras, o fornecimento dessas entidades de 2 garrafas de gás por mês para algumas ilhas, um juro bancário negociado com algumas das associações de 65 para aquisição de veículos, redução de 26% nos pneumáticos e 40% nas baterias.

Portanto, há aqui trabalho resultante da boa actividade das associações, do interesse e do significado que as associações têm como são reconhecidas como entidade privada e, naturalmente, gostaria de dizer também que nos Açores, o preço do gasóleo é de 97 escudos, independentemente destes descontos que eu aqui falei e na Madeira e no Continente é de 130 escudos. Portanto, nos Açores é menos 33 escudos do que no Continente e na Madeira.

Portanto, há aqui trabalho feito de 98 e há nesta fase, como já foi dito pelo Sr. Deputado Francisco Oliveira, um processo de verificação na complexidade das 1383 pessoas que integram agora este sector e a possibilidade de ver quais são os que estão em condições para aceder aos mecanismos que existem nos Açores da reconversão profissional. É preciso ver se essas pessoas querem efectivamente serem reconvertidas em termos profissionais e se têm os requisitos para essa reconversão

Também está sendo estudado, consoante a idade, a reforma antecipada para algumas dessas situações.

Esse trabalho está a decorrer no âmbito da Secretaria dos Assuntos Sociais e também da Direcção Regional do Emprego.

Gostaria de dizer que o panorama do sector da actividade do táxi é diferente de ilha para ilha, é rentável em algumas ilhas.

O Governo Regional, ao longo deste tempo, independentemente de considerar que há aqui algumas coisas que são mais da responsabilidade da Associação de Municípios ou das Câmaras Municipais ou de algumas das entidades que são o próprio Governo Regional, no caso da fiscalização de actividades económicas, ou das próprias associações de táxis que têm um estatuto próprio para cada associação e têm também sanções disciplinatórias do regime de actividade, tem estudado com rigor e naturalmente com a atenção que cada ilha merece.

Penso que há algum consenso em dizer que, no caso da Terceira, há um superavit perante a conjuntura história e recente que foi referida aqui e que de algum modo penaliza alguma das actividades.

Gostaria de dizer também que o Governo Regional entende que esta matéria de redução do gasóleo para estes veículos, é uma matéria que tem que ser muito ponderada, porque há situações de profissionais ou indivíduos que têm a aptidão profissional e que não utilizam a viatura só para o trabalho. É preciso distinguir situações e encontrar mecanismos que de algum modo não transformem apoios em situações iníquas que possam comprometer uma actividade que é privada, que tem os seus riscos, mas que é entendida pelo Governo Regional dentro do apoio que nós consideramos possível e viabilizador para esta actividade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos trouxe-nos aqui o recenseamento da actividade de taxista com elementos que considero muito importantes para melhor fazermos a avaliação de toda esta problemática e também de melhor decidirmos sobre as recomendações que temos a fazer ao Governo sobre esta matéria.

Fiquei com algumas dúvidas sobre alguns dados que adiantou e por isso mesmo solicito esclarecimentos.

As reduções que se verificam ao nível da aquisição de pneumáticos, baterias, combustíveis, bem como o acesso a taxas de juro mais reduzidas para a aquisição de viaturas, são medidas da Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos ou são vantagens que são obtidas pelas Associações de Táxis decorrentes das economias de escala da dimensão exactamente de cada uma dessas associações?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para voltar a dizer o que já disse há pouco.

Efectivamente, algumas das regalias e, concretamente, essa que falou, obtidas pelos filiados nas Associações de Táxis, são negociações dessas associações com essas entidades, ainda que o Governo Regional nas conversações que mantém com as Federações de Táxis ou com as associações incentive, exactamente para que hajam essas regalias.

Deputada Berta Cabral (PSD): Pelo amor de Deus! Haja honestidade intelectual!

O Orador: Obviamente, isto só significa uma coisa, é que esta actividade não precisa, como poderia passar nesta Câmara, de tantas ajudas quantas aquelas que eventualmente se poderia pôr, no sentido de estar a azedo em tudo isto.

É por isso que eu carreei esta informação para a Câmara, efectivamente para em consciência haver os dados disponíveis e naturalmente se poder também recomendar ao Governo no âmbito daquilo que já existe.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não fosse a intervenção final do Sr. Secretário, não pensava intervir.

De qualquer maneira, queria congratular-me com tudo o que tem sido dito aqui sobre essa matéria.

Eu julgo que todos nós tivemos o cuidado de fazer o enquadramento histórico da nossa participação neste processo e acho que neste domínio a Assembleia Regional tem uma boa história para contar.

O resultado do trabalho conjunto da Assembleia há dois anos, foi muito positivo e todos nós já o salientámos. Criou expectativas legítimas junto dos interessados.

Infelizmente, quem tem uma história menos bonita nesse processo, é exactamente o Sr. Secretário e o Governo. Portanto, nesse domínio, é bom que isto fique claro.

Os representantes do povo dos Açores cumpriram: os partidos da oposição e o partido da situação.

Se infelizmente a situação hoje está neste estado, obviamente foi porque o Governo, em dois anos, não fez aquilo que se esperava, não fez aquilo que nós esperávamos, não fez aquilo que os interessados esperavam.

Já foi feita aqui referência à história. Eu também fiz na minha bancada e aprecio o esforço e a correcção dos elementos referidos pelo Sr. Deputado Francisco Oliveira, mas há um pormenor que falhou nesse aspecto histórico e que pode ser útil para a apreciação, ou seja, o excelente trabalho produzido pela Comissão de Economia de então, para agrado geral, ocorreu porque houve um partido que apresentou, através desta Assembleia, uma iniciativa para que a Comissão desenvolvesse aquele trabalho. É bom incluir isto no processo.

Na altura fomos nós que tivemos essa oportunidade. O Partido Popular solicitou esse trabalho, o qual foi desenvolvido com todo o empenho de todos os membros da Comissão e com a participação de todos.

De três recomendações iniciais numa proposta do relator da Comissão, nós sugerimos que passasse para 10 e tudo foi aprovado. Presumo que no próprio plenário, o PSD fez mais duas propostas e passou para 12.

É engraçado e já que isso chegou a este pormenor e a nossa memória felizmente ainda é razoável, permitem-me dizer o seguinte:

Quando o Partido Popular apresentou nesta Assembleia uma Proposta de Resolução chamando à decisão desta Casa, exactamente as conclusões da Comissão, que foram enriquecidas na altura com as propostas do Partido Social Democrata, fê-lo com toda a legitimidade e qualquer partido o podia ter feito. Ainda bem que foi o Partido Popular, porque tinha a própria legitimidade de quem trouxe o problema a esta Casa.

Sr. Secretário Regional, realmente há momentos que todos compreendemos que não são fáceis para o Governo ver o Parlamento a repetir-se dois anos depois, exactamente porque o Governo não foi eficaz. É apenas isso, Sr. Secretário.

O senhor acha que tínhamos necessidade de estarmos aqui dois anos depois a dizer o mesmo, com as mesmas palavras, a ser aprovado com o esforço de critério feito em Comissão, se os senhores tivessem feito alguma coisa que prestasse?

Tenha paciência, Sr. Secretário, e faça o favor de não nos aliciar aqui com medidas do Governo.

O Sr. Secretário vem chamar a si uma iniciativa meritória das associações ao terem conseguido, pelo dinamismo das suas direcções, dos seus consultores, negociado com empresas privadas, quer na área das comunicações, quer na área do combustíveis, numa linha de modernidade, de cooperação entre empresas privadas?

O senhor vem aqui relevar esse ganho que essas empresas tiveram, o suficiente para resolver o problema estrutural que os afecta?

Vem lembrar aqui que há isenções fiscais existentes, felizmente, há muitos anos neste país, que essas empresas beneficiam e sempre beneficiaram como mérito de quem?

O senhor esquece-se de dizer aqui é que o sector não tem capacidade financeira para beneficiar devidamente dessas isenções, adquirindo viaturas novas onde aí poderiam tirar grandes benefícios, porque infelizmente não têm capacidade de investimento para tal.

Andam a comprar viaturas que chegam cá com 8 e 9 anos pintadas de fresco, com centenas de milhares de quilómetros em cima, com a carcaça semelhante às novas que andam para aí, porque as gamas altas não mudam de carcaça todos os anos.

Eles é que sabem os gastos de conservação que isso acarreta, como Sr. Secretário sabe e como eu sei, porque são viaturas que realmente não deviam servir aqui, viaturas do 3º mundo, um sector de actividade que devia estar equipado com viaturas em condições. São viaturas do 3º mundo que andam para aí e que nos envergonham.

Deputado José San-Bento (PS): Nunca foi ao 3º mundo!

O Orador: Cada um tem a exigência que tem e que pode ter. Para alguns o que se passa é o melhor dos mundos, é cor-de-rosa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este é o nosso ponto de vista.

É por isso que estamos aqui e, felizmente que há uma consciência política dos representantes do povo dos Açores, sem excepção, no sentido de que é preciso fazer algo.

É um sector que está genericamente em crise. Basta ouvir as pessoas.

Esperamos que desta vez o Governo dê prioridade devida a esse sector e resolva as questões de fundo.

Julgo que disse na tribuna, mas volto a referir, porque é um dos aspectos que concordo da intervenção do Sr. Secretário, pela justificação, mas nós fazemo-lo de forma diferente e com convicções de princípio.

O Partido Popular aceita que o problema do subsídio ao combustível aguarde a implementação das medidas estruturantes, não só pelo facto de ser uma medida de implementação tecnicamente complexa, não é pelo facto de questões burocráticas, é por razões de princípio, porque entendemos que se for possível, e é possível, viabilizar economicamente o sector, não há necessidade de haver subsídio à exploração.

Só há necessidade de fazer subsídio ao combustível, se o sector não for capaz de ser viável por si próprio. É por princípio. Crie-se as condições no apoio ao investimento, crie-se condições no reequilíbrio do mercado, crie-se condições que são importantes para a valorização do sector e para quê falar em subsídio ao gasóleo? Será que os táxis nos Açores não vão ser capazes de pagar o gasóleo pelo seu preço de mercado? São capazes, mas tem que estar devidamente estruturado e viabilizado.

Quando nós admitimos essa possibilidade de poder haver um subsídio ao gasóleo, é numa hipótese, eu diria, absurda, de que o sector não é viabilizado economicamente e o Governo terá culpa se não agir a tempo nesse sentido e, então irá subsidiar o gasóleo dos táxis, como vai subsidiando por esta Região fora, porque as coisas não têm viabilidade e, portanto, entra-se no subsídio à exploração.

Nós queremos uma economia sã e esse sector pode ser saneado e pode ter uma rentabilidade que seja até apelativa ao seu desenvolvimento.

Neste caso, entendemos que não será necessário o subsídio ao gasóleo.

Presidente: Srs. Deputados, nós já ultrapassámos a nossa hora regimental, não sei o que é que a Câmara pretende fazer.

(Pausa)

Vamos prosseguir os nossos trabalhos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos.

Secretário Regional da Habitação e Equipamentos (José Contente): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Apenas para reforçar aquilo que já disse.

O Governo Regional felizmente não precisa de assuntos para avocar ganhos políticos. Outros partidos, nomeadamente o seu, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, precisarão.

Nós distinguimos o que é demagógico do que é interessante.

O que é demagógico, obviamente é vir dizer esse tipo de coisas para aqui, nomeadamente dizer que nós queríamos avocar estas regalias obtidas pela associação, porque eu fui muito claro na minha exposição e tive oportunidade de reafirmar.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, nos seus malabarismos habituais, voltou a tentar arranjar essa situação.

Obviamente que a nossa preocupação desde 98 é estudar com o objectivo de trazer segurança ao sector e é por isso que não se sabia e agora já se sabe, quantas licenças é que há, quantas licenças é que foram dadas, quantos motoristas é que trabalhavam nos Açores.

Não havia nem um diagnóstico feito nos Açores para além dos apoios que nós demos, porque os apoios às centrais de táxis que não são tão poucos como isso, foi num investimento de mais de 31 mil contos que representa também a saúde do sector.

Eu tenho sérias dúvidas que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro conheça o sector dos táxis ou conheça só o sector da Terceira ou até mesmo só os táxis do Porto Martins. Tenho grandes dúvidas que o Sr. Deputado conheça isso.

É por isso que eu queria reafirmar aqui mais uma vez que há ilhas que têm alguma viabilidade neste momento e há outras que têm dificuldades.

Digo-lhe mais: o próprio Governo Regional tem cedido a algumas dessas associações instalações para elas terem as suas associações de táxis. Portanto, não venham dizer nesta Casa que desde há dois anos o Governo Regional não moveu um pé para tentar viabilizar a actividade dos táxis.

Nós gostaríamos de dizer que vamos prosseguir nesta política de apoio às centrais de táxis, porque é isso que até agora as associações nos têm reclamado como prioridade de viabilização da sua actividade e, naturalmente, que no âmbito da reconversão profissional ou da possibilidade das reformas antecipadas, que não é matéria fácil, porque se fosse já estava resolvida, não é pelo facto de haver algum ruído político acerca da matéria que nós iríamos ou não resolver essa situação.

Gostaríamos de dizer que o nosso empenhamento neste caso é de procurar que esta actividade, dentro do entendimento que se trata de uma actividade privada, independentemente de poder ter incentivos, que já os tem, tem também numa dose de risco que é das próprias entidades que praticam isso, sem prejuízo de haver aqui uma grande contradição.

O Governo Regional é acusado de dar incentivos a todas as actividades e chega-se a determinada altura que não se faz outra coisa senão pedir incentivos. É um pouco, como há dias se dizia: “já não sabem se querem sol na eira e chuva no nabal ou se chuva na eira e sol no nabal”.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como sabem, somos pessoas em que a nossa vida, devido às funções que desempenhamos neste momento, obriga-nos a viajar bastante por todos os meios de transporte.

Andamos de ilha para ilha.

Há dois anos, e antes disso, eu recebia muitas queixas de profissionais de táxis que apontavam problemas.

Conhecia, como os senhores deputados que intervieram antes de mim e muitos outros aqui conhecem, essa gama de problemas.

Estamos a falar de 98 e dos anos anteriores, porque esta actividade tem uma transformação ao longo dos anos.

É uma actividade que durante muito tempo se desenvolvia de acordo com os padrões e um determinado tipo de enquadramento, mas depois há modificações envolventes muito grandes.

Todas as ilhas têm problemas, mas algumas — e no caso do Terceira essa conclusão é consensual — têm uma particularidade grande com o número de licenças que foram atribuídas.

Acontece que não parei essas minhas viagens há dois anos. Continuei até este ano.

Em Fevereiro ou Março deste ano, as Associações de Táxis, a Federação de Táxis dos Açores, etc., recolocaram os problemas que tinham sido postos no essencial há dois anos.

É neste contexto que era oportuno isto vir aqui, era necessário vir aqui e é neste contexto que o partido da maioria entendeu que era necessário encontrar um entendimento político que levasse à aprovação de um texto. É neste contexto que o Governo tem que aceitar esta recomendação, sem dramas.

Ninguém quer tirar protagonismos ao Governo, ninguém se quer apropriar de protagonismos de espécie nenhuma.

Cada um tem que cumprir a sua função! Ninguém nos peça que não cumpramos a nossa!

Nós pedimos e exigimos, como toda a população, que cumpram a vossa.

Penso que a questão é tão simples como isso.

Não há que dramatizar nada disto.

Não há que procurar demonstrar que não havia razão para surgir a Proposta de Resolução, procurar demonstrar que é demagogia o partido tal vir dizer qualquer coisa sobre que assunto for.

Estamos a cumprir convictamente o nosso papel e estamos a trabalhar com muita seriedade.

Recebi em conjunto com o colega Deputado Paulo Valadão, Associações de Táxis e a Federação de Táxis e estudámos o problema, analisando-o com seriedade, Sr. Secretário.

Não é preciso o senhor vir dizer que eram mil e não sei quantos ou que eram 600 licenças.

Analisámos este assunto com seriedade e tenho no meu gabinete uma série de documentação profunda, de vários tipos e de vários problemas.

O Sr. Secretário tem alguma no seu, mas outra não a tem ou não a leu.

Nós trouxemos aqui o que entendemos que era necessário trazer.

Não vale a pena irmos por este caminho. O que vale a pena é provarmos o entendimento que os 4 partidos aqui chegaram. É isso que vale a pena.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Oliveira.

Deputado Francisco Oliveira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas uma referência ao que disse o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro em relação à sugestão da auscultação dos taxistas ter partido do PP.

É evidente que na altura podíamos ter dito, mas isso não estava em causa.

O que estava em causa era que com a apresentação das propostas de resolução, criava-se de facto uma situação que implicitamente trazia consigo a ideia de que o Partido Socialista tinha andado a reboque nesta matéria.

O Partido Socialista não apresentou propostas de resolução, conforme disse na minha intervenção inicial, única e simplesmente porque acreditou na recomendação feita ao Governo pela Comissão de Economia e sabia que o Governo ia fazer o trabalho que fez, quer existissem propostas de resolução ou só a recomendação da Comissão de Economia.

Nunca coarctámos a hipótese — muito longe de nós essa ideia — de qualquer um ter a legitimidade de apresentar o que apresentou. O nosso trabalho foi no sentido dessa legitimidade e desse apreço, só que há aqui coisas que têm que ser referidas.

Uma vez mais, quando aparecem as novas propostas de resolução, inserem-se novamente no conhecimento ou não conhecimento daquilo que o Governo já tem em mãos e daquilo que o Governo está realizando ou em vias de realizar.

O Partido Socialista não avança nem julga extremamente necessário avançar com a Proposta de Resolução, porque conhece o trabalho que está sendo desempenhado e confia na solução que vai haver, ao ponto de considerarmos que tem toda a legitimidade esta Proposta de Resolução saída da Comissão e quanto mais depressa se resolverem as situações dos taxistas com problemas na sua actividade profissional, melhor para todos, inclusivamente para eles taxistas que bem necessitam.

No entanto, estamos convictos que sem estas últimas propostas de resolução, o ritmo de trabalho de Governo era aquele que está sendo realizado neste momento, que foi aqui referido e está aqui formalizado.

Também interessa aqui dizer que houve associações que tiveram alguma demora e alguma dificuldade em encontrar no seu seio o números e as condições para chegarem a um acordo com os associados, no sentido de se caminhar para o cancelamento das licenças, conforme está anunciado no primeiro ponto da resolução. Isso fez com que a acção do Governo nesta matéria demorasse algum tempo, porque sem esses dados era impossível fazer os estudos finais para saber o que é que estava encontrado no exterior, isto é, no seio das associações.

Isso dificultou alguma coisa em termos de demora na especificação dessas medidas que agora estão mais perto da sua concretização.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro disse algo que eu confesso que não percebo bem, mas segundo o que percebi, na proposta da Comissão teria acrescentado mais um ponto na sua Proposta de Resolução? Não foi isso que disse? Se não foi peço desculpa e não falo mais no assunto, porque o que ele tinha dito foi que eram iguais e que continuavam iguais, na óptica do PP.

O que eu disse mantenho, porque julguei que era isso que tinha posto em dúvida. É que a proposta do PP copiou — não há também qualquer problema em ter copiado — 5 dias depois, exactamente aquilo que a Comissão de Economia tinha recomendado. Copiou os mesmo pontos e tenho aqui os documentos que posso provar e ler se quiser.

Apenas em plenário, foi acrescentada a essa Proposta de Resolução as medidas introduzidas (a 11ª e a 12ª) pelo PSD e que dizem respeito ao aumento do tarifário e ao tal subsídio do gasóleo.

Era apenas essa questão que queria repor, porque tinha pensado que havia diferença nessa matéria.

Está clarificado que o Governo trabalhou.

Quem não soube a que ritmo o Governo estava conduzir esse trabalho foi porque não perguntou directamente ao Governo, mas com tudo isso ninguém tira a legitimidade a qualquer um de desempenhar as acções que entender no sentido de acelerar aquilo que angustia muita gente nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, o nosso Regimento, designadamente o artigo 148º nº 2, diz que “a Comissão pode sugerir ao plenário a substituição por outro texto do projecto ou da proposta, tanto na generalidade, como na especialidade.” O nº 2 diz: “o texto de substituição é discutido na generalidade em conjunto com o texto do projecto ou proposta e finda a discussão procede-se à votação sucessiva dos textos”.

Isto significava que nós tínhamos que fazer regimentalmente 3 votações, uma para a do PP, outra para a do PCP e outra para a da Comissão.

Face a esta situação e uma vez que o Partido Popular e o Partido Comunista Português subscreveram a proposta da Comissão, se a assumissem, evitavam-se 3 votações e vota-se apenas a proposta de substituição apresentada. Penso que não havia uma violação gritante do Regimento.

A não ser assim, vamos votar as 3 e votando as 3, Srs. Deputados, ninguém sabe o que se vai passar na Câmara, mas podem passar as 3. Neste caso, se a regra é a da maioria, qual é que passa à especialidade?

Normalmente, não se contam os números de voto para ver qual é que passa à especialidade.

A situação tem alguma complexidade regimental e neste momento gostaria de ouvir a vossa opinião.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente e uma opinião modesta.

Eu não sou especialista do Regimento, ainda não tive tempo de aprendê-lo suficientemente, mas penso que não há votação na especialidade, porque estamos a falar de resoluções, sendo a votação única.

Em segundo lugar, pela parte do Grupo Parlamentar do PCP, não temos nenhum problema em não submeter à votação o nosso texto.

Por outras palavras: não temos nenhum problema em assumir no plenário a postura que assumimos na Comissão.

Penso que assim sintetiza o que quero dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Portanto, é entendimento da Câmara que neste caso basta votar, na generalidade, o texto apresentado pela Comissão.

Vamos passar à votação da Proposta de Resolução sobre “medidas para a reestruturação do sector dos transportes de passageiros em automóveis ligeiros”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminada a nossa ordem de trabalhos, a Mesa da Assembleia apresenta mais uma Proposta de Resolução que passo a ler antes de submeter à votação.

“A Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Maio”.

Os Srs. Deputados que concordam, por favor mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, terminaram assim os nossos trabalhos.

Boa noite e bom regresso às vossas casas.

(Eram 20 horas e 25 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Luís Henrique de Aguiar Sequeira de **Medeiros**

Victor do Couto **Cruz**

Partido Popular (PP)

Alvarino Manuel Meneses **Pinheiro**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Dionísio Mendes de **Sousa**

José do **Nascimento** de **Ávila**

Documentos entrados

Proposta de Resolução

Gestão Ambiental e Urbanística da zona do aeroporto de Santa Maria

A zona do Aeroporto de Santa Maria encontra-se em estado deplorável no que diz respeito á sua limpeza e ordenamento.

A degradação daquela zona é crescente e não se vislumbra qualquer medida tendente a inverter a situação.

Considerando que o acumular de lixos, a degradação do parque habitacional e o mau estado da maioria das estradas, em nada abonam em favor daquela que é a principal porta de entrada na ilha;

Considerando o impacto ambiental negativo que a situação existente provoca;

Considerando que a ANA S.A. empresa cujo objecto é a exploração de aeroportos, não pode nem tem a sensibilidade, nem os meios necessários para a correcta gestão urbanística e paisagística de toda aquela zona;

Considerando, finalmente, que o Aeroporto de Santa Maria é a zona, por excelência, de expansão da vila.

Assim, os deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, apresentam a seguinte proposta de resolução;

1º. Recomendar que o Governo Regional, promova a celebração de um protocolo com a Administração Regional, a Câmara Municipal de Vila do Porto e a empresa ANA S.A. no sentido de se proceder à limpeza de toda a zona do Aeroporto de Santa Maria e elabore um plano de ordenamento que permita a sua reabilitação paisagística e urbanística;

2º. Recomendar que o Governo Regional encete contactos com o Ministério das Finanças no sentido de desanexar os terrenos não necessários às operações aeroportuárias e entregá-los à Câmara Municipal de Vila do Porto, para que esta promova a adequada gestão ambiental e urbanística daquela zona.

Horta, Sala das Sessões, 9 de Maio de 2001.

Os Deputados Regionais, *Berta Cabral, Sérgio Ferreira, Humberto Melo, Mark Marques e José Manuel Bolieiro.*

A Redactora: *Maria da Conceição Fraga Branco.*

